

Valmor Isaurino Vidal

**A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE
SEGURANÇA INSTITUCIONAL – DESEG DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC: CONTRIBUIÇÕES
PARA A PREVENÇÃO E O COMBATE À CRIMINALIDADE NO
CAMPUS TRINDADE**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Administração
Universitária da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Administração
Universitária
Orientador: Prof. Dr. Raphael
Schlickmann

Florianópolis/SC
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vidal, Valmor Isaurino

A atividade de inteligência do Departamento de Segurança Institucional – DESEG da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: contribuições para a prevenção e o combate à criminalidade no campus Trindade / Valmor Isaurino Vidal; Orientador, Raphael Schlickmann - Florianópolis, SC, 2017. 216 p.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – PPGAU.

Inclui referências

1. Administração universitária. 2. Atividade de inteligência. 3. Segurança Universitária Federal. I. Schlickmann, Raphael. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Administração Universitária. III. Título.

Valmor Isaurino Vidal

**A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE
SEGURANÇA INSTITUCIONAL – DESEG DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC: CONTRIBUIÇÕES
PARA A PREVENÇÃO E O COMBATE À CRIMINALIDADE NO
CAMPUS TRINDADE**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Administração Universitária – PPGAU.

Florianópolis, 16 de Janeiro de 2017.

Profa. Alessandra de Linhares Jacobsen, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Raphael Schlickmann, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Maurício Rissi, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. José Luiz Gonçalves da Silveira, Dr.
Polícia Militar de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram em mim: aos meus professores, colegas e amigos, à minha família (em especial à minha mãe) e, sobretudo, às minhas filhas Talita e Letícia, as quais são a inspiração para todo meu esforço nessa vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido saúde, paz e força para alcançar meus objetivos e a todos os seres que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. A todos os professores que já tive, a começar pelos meus irmãos que me ensinaram a ler, escrever e fazer algumas contas antes mesmo de eu ir pra escola. Por conta disso, fiquei somente dois meses na primeira série e me passaram pra segunda. Esses profissionais que, na maioria das vezes, são tão mal remunerados e reconhecidos, mas que são de enorme importância em nossas vidas, são figuras que não se apagam jamais na nossa existência. Que Deus os proteja sempre e que dê forças para que possam prosseguir nessa batalha chamada docência.

A sociedade não está preocupada com a cor do gato. O importante é que se pegue o rato.

RESUMO

A ascendente insegurança em nossa sociedade é notória e carece de meios que busquem minimizar seus efeitos devastadores. Esse problema social não se restringe a um só local, inserindo-se desde os grandes centros até o interior das mais remotas localidades brasileiras. No intuito de prevenir e combater as práticas criminosas, as instituições de segurança buscam, cada vez mais, utilizar-se da atividade de inteligência como ferramenta fundamental para se contrapor à atividade criminosa. Nesse sentido, as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, como a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por não se constituírem em ilhas blindadas da criminalidade, acabam por sofrer das mesmas consequências que assolam toda a sociedade. Esse trabalho busca mostrar e entender o trabalho da Seção de Investigação e Inteligência – SII do Departamento de Segurança Institucional da UFSC – DESEG, num contexto de gestão universitária, na busca da prevenção e do combate à criminalidade no interior e arredores do campus Trindade da UFSC, de maneira integrada com os demais segmentos de segurança pública. Busca propor melhorias para o setor, caracterizando suas atividades à luz de um ciclo de inteligência, analisando a utilização do produto de inteligência oriundo desse ciclo e apontando deficiências e meios de corrigi-las. Foram feitas pesquisas bibliográficas acerca da criminalidade e da atividade de inteligência, além de pesquisas nos bancos de dados da SII do DESEG/UFSC, bem como nas ocorrências registradas no departamento, no período de janeiro de 2003 a setembro de 2016. Tal pesquisa buscou compreender a importância do trabalho da SII/DESEG/UFSC e como esta contribui na prevenção e no combate à criminalidade no interior do campus Trindade da UFSC e em seus arredores. Por fim, concluiu-se que embora haja deficiências no setor que devem ser corrigidas, a SII tem demonstrado ser fundamental no processo de prevenção e combate à criminalidade, pois se constatou que é executado um ciclo de inteligência, cujo produto é aplicado na resolução de crimes praticados contra a comunidade universitária, bem como ao patrimônio público, trazendo resultados positivos na questão de segurança no campus Trindade, culminando na diminuição de alguns crimes como furtos de veículos e em veículos. Nesse sentido, propostas foram apresentadas aos gestores universitários para que possam por em prática no intuito de melhorar a segurança no campus Trindade da UFSC.

Palavras-chave: Gestão universitária; segurança; criminalidade.

ABSTRACT

The rising insecurity in our society is notorious and lacks means that seek to minimize its devastating effects. This social problem is not restricted to a single place, inserting itself from the great centers to the interior of the most remote Brazilian localities. In order to prevent and combat criminal practices, security institutions increasingly seek to use intelligence as a fundamental tool to counteract criminal activity. In this sense, the Federal Institutions of Higher Education - IFES, like the Federal University of Santa Catarina - UFSC, because they are not constituted in armored islands of crime, end up suffering from the same consequences that devastate the whole society. This work seeks to show and understand the work of the Investigation and Intelligence Section - SII of the Department of Institutional Security of UFSC - DESEG, in a context of university management, in the search for prevention and fight against crime in the interior and surroundings of the Trindade campus of UFSC, in an integrated manner with the other segments of public security. It seeks to propose improvements for the sector, characterizing its activities in light of an intelligence cycle, analyzing the use of the intelligence product from this cycle and pointing out deficiencies and means of correcting them. Bibliographic research on crime and intelligence activity was carried out, as well as researches in the DESII / UFSC SII databases, as well as on the occurrences registered in the department, from January 2003 to September 2016. This research sought to understand the importance of the work of the SII / DESEG / UFSC and how it contributes to the prevention and fight against crime inside the UFSC campus Trindade and its surroundings. Finally, it was concluded that although there are deficiencies in the sector that need to be corrected, the SII has been shown to be fundamental in the process of preventing and combating crime, as it has been verified that an intelligence cycle is implemented, the product of which is applied in solving Crimes committed against the university community, as well as the public patrimony, bringing positive results in the security issue in the Trindade campus, culminating in the reduction of some crimes such as vehicle theft and in vehicles. In this sense, proposals were presented to the university managers so that they can put into practice in order to improve security at the Trindade campus of UFSC.

Keywords: University management; security; crime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de Inteligência	46
Figura 2 – Organograma	98
Figura 3 – A UFSC e seu entorno	106

LISTA DE FOTOS

Foto 1– Primeiro prédio do campus Trindade da UFSC	93
Foto 2– Agente de segurança da UFSC em Dez/81	95
Foto 3– Viaturas do DESEG defronte a sede do Departamento	97
Foto 4– Material apreendido em 2010	125
Foto 5– Material apreendido em 2005 referente ao BO 075/05	130
Foto 6– Material apreendido com o autor em 21/06/11	135
Foto 7– Foto da suspeita tirada no centro de Florianópolis em	151
Foto 8– Festa no Centro de Convivência em 2013	159
Foto 9– Veículos saindo do campus após intervenção do	160
Foto 10– Cerca de 10 mil pessoas em uma festa no campus	160
Foto 11– Lixo jogado após festa em 2013	161
Foto 12– Lixo após festa defronte ao CCE em 2014	162
Foto 13– Lixo após festa defronte ao CCE em 2014	162
Foto 14– Lixo e lixeiras destruídas defronte ao prédio da	163
Foto 15– Mancha de sangue no chão após briga em festa em 2015	164
Foto 16– Pichação no prédio do SETIC durante festa em 2016	165
Foto 17– Cancelas depredadas em 2015	166
Foto 18– Cancelas Depredadas em noite de festas em 2015	166
Foto 19– Manhã após noite de festas em 2015	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Furtos em veículos registrados entre 2003 e	120
Gráfico 2– Furtos em veículos por local - 2010 a 2015	121
Gráfico 3– Furto de veículos registrados entre 2003 e 2016	127
Gráfico 4– Furto de veículos por local. 2010 a 2015	128
Gráfico 5– Furtos de bicicletas registrados entre 2003 e 2016	134
Gráfico 6– Furtos de bicicletas por local – 2010 a 2015	136
Gráfico 7– Ocorrências de roubo entre os anos de 2003 e 2016	142
Gráfico 8– Ocorrências de roubo por local. 2010 a 2015	143
Gráfico 9– Número de ocorrências registradas no DESEG	147
Gráfico 10– Número de flagrantes e de casos resolvidos pelo	148
Gráfico 11– Detenção de indivíduos no campus Trindade	149
Gráfico 12– Detenção de indivíduos com drogas no	154
Gráfico 13– Relação entre nº de ocorrências de roubo e festas	168
Gráfico 14– Relação entre nº de Ocorrências de roubos e	168
Gráfico 15– Número de Ocorrências registradas no	170

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1– Sistema de Monitoramento por Imagens – SMI	101
Imagem 2– Área considerada pela ACI: Raio de 1,1 KM	108
Imagem 3– Banco de fotos da SII/DESEG/UFSC	111
Imagem 4– Plataforma do <i>Sinesp Cidadão</i>	117
Imagem 5– Imagens do sistema SMI da UFSC (2013)	140
Imagem 6– Suspeitos no centro comercial ARS	141
Imagem 7– Entrega de droga a um usuário	157

LISTA DE MAPAS

Mapa 1– Mancha Criminal: Furtos em veículos por local	122
Mapa 2– Mancha Criminal: Furtos de veículos por local	131
Mapa 3– Mancha Criminal: Furtos de bicicletas por local	137
Mapa 4– Mancha Criminal: Roubos por local	144
Mapa 5– Mapa de localização – Local de construção das guaritas ..	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– A atividade de inteligência e investigação criminal	40
Quadro 2– Leis e Decretos específicos da atividade de inteligência	59
Quadro 3– Quadro de análise	89
Quadro 4– Definição das categorias de análise	90
Quadro 5– Indivíduo envolvido em roubos em 2008	110
Quadro 6– Ocorrência ref. ao BO 247/2015/DESEG	115
Quadro 7– Receptação de moto em 2015 (BO 253/2015/DESEG)	118
Quadro 8– Furto em veículo em 2010 (BO 178/2010/DESEG)	123
Quadro 9– Recuperação de veículo furtado em 2012	126
Quadro 10–Furtos de veículos em 2005	129
Quadro 11– Furto de bicicleta em 2011	134
Quadro 12– Roubo em 2013	138
Quadro 13– Furto de componentes eletrônicos em 2004	150
Quadro 14– Tráfico de drogas em 2008	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Quantitativo de servidores e câmeras analógicas	99
Tabela 2– Localização e quantitativo de câmeras digitais (IP's)	99
Tabela 3– Equipamentos da Central de Monitoramento	100
Tabela 4– Sistemas de controle de acesso. Localização geral,	102
Tabela 5– Sistemas de alarme de intrusão. Localização geral	104
Tabela 6– Ocorrências registradas no DESEG/UFSC – 2003 a	146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	28
1.2 JUSTIFICATIVA	28
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	31
2 FUNDAMENTAÇÃO.....	32
2.1 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA	32
2.1.1 Breve histórico da atividade de inteligência.....	32
2.1.2 Atividade de inteligência no Brasil.....	35
2.1.3 Conceitos de atividade de inteligência.....	38
2.1.4 Inteligência e contrainteligência.....	43
2.1.5 Ciclos de inteligência.....	45
2.1.6 Atividade de inteligência em instituições públicas.....	50
2.1.7 Atividade de inteligência em segurança pública.....	54
2.1.8 Legislação na área de inteligência.....	58
2.2 CRIMINALIDADE.....	64
2.2.1 Conceitos.....	64
2.1.3 Conceitos de atividade de inteligência.....	38
2.1.4 Inteligência e contrainteligência.....	43
2.1.5 Ciclos de inteligência.....	45
2.1.6 Atividade de inteligência em instituições públicas.....	50
2.1.7 Atividade de inteligência em segurança pública.....	54
2.1.8 Legislação na área de inteligência.....	58
2.2 CRIMINALIDADE.....	64
2.2.1 Conceitos.....	64
2.2.2 Modelos de combate e prevenção ao crime.....	67
2.2.3 Estudos acerca da criminalidade.....	75
2.2.4 Criminalidade em organizações universitárias federais..	82
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	86
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	86
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	87
3.3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	90
3.4 LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	91
4 CONTEXTO ORGANIZACIONAL PESQUISADO	92
4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A SEGURANÇA DA UFSC...	92
4.2 A ATUAL SITUAÇÃO DA ESTRUTURA DA SEG.....	97
4.2.1 Sistema de segurança eletrônica	99
4.2.2 Sistema de controle de acesso	101
4.2.3 Sistema de cancelas	101

4.2.4 Sistema de alarmes	104
4.3 APRESENTAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPUS	106
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	109
5.1 A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA...	109
5.2 A SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E INTELIGÊNCIA	113
5.3 OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO VEÍCULOS	119
5.3.1 Furtos em veículos	120
5.3.2 Furtos de veículos	127
5.4 FURTOS DE BICICLETA	132
5.5 ROUBOS	138
5.6 ANÁLISES DAS OCORRÊNCIAS ENTRE 2003 E 2016	145
5.7 OCORRÊNCIAS LIGADAS ÀS DROGAS	152
5.8 OCORRÊNCIAS LIGADAS ÀS FESTAS UNIVERSIT.....	158
6 PROPOSTAS PARA MELHORIA DA SEGURANÇA	171
6.1 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA MINIMIZAR OS	171
6.1.1 Furtos de veículos	171
6.1.2 Furtos em veículos	172
6.1.3 Furtos de bicicletas	173
6.1.4 Roubos	173
6.2 PROPOSTAS GERAIS PARA MELHORIA DA SEG	174
6.3 PROPOSTAS PARA A MELHORIA DA SEÇÃO	183
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	189
ANEXOS	198

1 INTRODUÇÃO

As questões de segurança pública envolvem e afetam toda a sociedade e tem respaldo na Constituição Federal de 1998, especificamente no seu Art. 144, em que o tema é tratado (BRASIL, 1988). As políticas de segurança pública no Brasil apresentam-se com ênfase no controle social, numa busca pela resolução dos problemas sociais por meio da exclusão via criminalização em detrimento de uma solução que busque a resolução dos conflitos assegurando os direitos de cidadania (DE PAULA; SANTOS; SILVA, 2010).

Na busca de soluções para a questão da prevenção e combate à criminalidade por parte da segurança pública, ou seja, pelo Estado, temos a atividade de inteligência como importante ferramenta que busca atuar na contramão das ações criminosas de uma maneira menos onerosa para o Estado, bem como para a própria sociedade, garantindo aos envolvidos os direitos constitucionais e a dignidade da pessoa humana (DE PAULA, 2013).

Embora já bastante utilizada nos órgãos de Segurança Pública, a atividade de inteligência na área de segurança das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES se mostra ainda muito incipiente e se restringe a poucas Instituições. Nascimento (2006) destaca que apenas quatro IFES apresentam atividades dessa natureza, sendo elas a Universidade Federal do Pará – UFPA, a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Na contramão dessa realidade, os problemas relacionados à falta de segurança no interior dos campi das IFES brasileiras são cada vez mais comuns. Eles são crescentes, se arrastam ao longo dos tempos e vêm se intensificando nos últimos anos como reflexo do que acontece fora dos limites dos campi, os quais não estão isolados da sociedade, mas inseridos nela.

Frequentemente, os meios de comunicação veiculam matérias relacionadas à violência nos ambientes universitários nos mais diversos pontos do país. Tais atos colocam em risco a integridade física, psíquica e patrimonial da comunidade acadêmica, bem como o próprio patrimônio público e envolvem crimes que vão desde pequenos furtos até roubos e homicídios, como o que ocorreu no campus da Universidade Federal da Bahia - UFBA, em 28 de Março de 2014 (CORREIO 24 HORAS, 2014).

A sensação de insegurança que é sentida pela sociedade em geral, bem como no interior das IFES, é percebida também no campus

Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, onde têm sido constantes as ocorrências de atos criminosos, sobretudo, contra a comunidade universitária. A exemplo das demais IFES, a UFSC detém em seus campi um patrimônio público de alto valor e é a Segurança Universitária Federal, no caso da UFSC, o Departamento de Segurança Institucional- DESEG, o responsável por proteger esse patrimônio, bem como garantir a segurança da própria comunidade universitária, haja vista ser ela o braço do Estado, em termos de segurança, dentro da instituição de ensino.

Para Nascimento (2006), segurança pública é uma atividade desenvolvida pelo Estado, a qual destina-se a empreender ações, oferecendo estímulos positivos de forma que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e usufruir de lazer. Assim sendo, essas instituições, as quais são responsáveis por essa atividade, atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos anti-sociais, proporcionando a proteção coletiva e, complementarmente, dos bens e serviços públicos (NASCIMENTO, 2006).

Sob essa ótica, Nascimento (2006) salienta que a Segurança Orgânica Universitária tem papel fundamental na questão da segurança preventiva e ostensiva no âmbito dos campi universitários federais, já que existe uma limitação dos órgãos de segurança pública constitucionalmente definidos no combate à criminalidade em razão do crescimento das ações criminosas.

A sensação de aumento da criminalidade é destacada por Nascimento (2006) quando cita que a violência deixou as ruas como seu único campo de atuação e passou a invadir nossas vidas no lar, na igreja, na escola, trabalho e em toda parte onde possamos estar. Para Nascimento (2006) a violência é uma visita que não tem dia nem hora marcadas, mas que certamente irá chegar.

Entretanto, fazer segurança em um ambiente universitário é diferente de se fazer segurança em qualquer outro lugar. Suas peculiaridades e pluralidades de pensamentos e crenças exigem uma abordagem de segurança que se aproxima do modelo de segurança comunitária, onde há uma maior proximidade do agente de segurança com o público, estando esse em interação e participando do processo, com confiança mútua, pautada na prevenção (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

Fazer segurança pública é algo delicado, haja vista que todos desejam estar seguros, mas muitos não compreendem a necessidade do esforço individual para se alcançar esse objetivo, esforço esse que podemos entender nos dizeres constitucionais, particularmente os do art.

144, onde menciona que “segurança pública é dever do Estado”, mas também é “direito e RESPONSABILIDADE de todos” (grifo nosso) (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, é importante que haja consciência de cada um dos cidadãos acerca de seu papel no cenário e ambiente em que vivem. É preciso que as pessoas se sensibilizem e criem um novo olhar à luz do contexto social no qual estão inseridas, entendendo que as mudanças começam por si e que refletem no reconhecimento do próximo.

Entretanto, os órgãos de segurança pública, os quais são braços da força Estatal, são constantemente responsabilizados pela falta de segurança, sem que se compreenda o contexto dos demais problemas sociais que levam ao crescimento da criminalidade. As forças de segurança não podem ser as únicas responsáveis em resolver os conflitos que, em sua grande maioria, tem origem e consequências sociais e estruturais (DE PAULA, 2011).

Neto (2005 *apud* ZAVERUCHA, 2007), disserta sobre essa visão quando comenta que uma política de prevenção integrada no que tange a segurança pública é caracterizada por diversificação das respostas sociais e governamentais aos problemas causados pelo crime e pela violência, sendo que não existe ator social excluído dessa responsabilidade na gestão da segurança em um espaço urbano.

Sob essa ótica, é possível se entender que cada cidadão tem sua parcela de responsabilidade no que se refere à segurança pública, não cabendo única e exclusivamente ao Estado, sob o papel das polícias, a função de promovê-la.

Corroborando com esse entendimento, de Paula (2011) acredita que a solução para essa complexa e desafiadora questão relacionada à segurança pública está no efetivo envolvimento de diferentes órgãos governamentais em todos os níveis, bem como as entidades privadas e a própria sociedade civil.

Entretanto, uma boa estrutura de segurança deve estar fundamentada em informações precisas que sustentem as ações, sobretudo, as de prevenção, as quais podem ser buscadas, muitas vezes, com essa aproximação com a comunidade. Assim sendo, um serviço de inteligência se torna ferramenta indispensável para a gestão de segurança pública no ambiente social e, conseqüentemente, dentro dos próprios campi universitários, haja vista que ele diagnostica as razões e determina as ações, subsidiando a tomada de decisão (SIMÕES FILHO, 2011).

Para Rodrigues (2010), tomar decisões é identificar e selecionar um curso de ação para lidar com um problema específico, bem como

extrair vantagens em uma oportunidade, de forma que um gestor atento poderá tomar decisões embasadas e acertadas em suas organizações.

Ao longo deste trabalho serão apresentadas as atividades do serviço da Seção de Investigação e Inteligência - SII do Departamento de Segurança Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina – DESEG e suas ações conjuntas com os demais órgãos de segurança pública na prevenção e combate à criminalidade no interior do campus Trindade da UFSC, bem como em seu entorno.

Nesse contexto, esta dissertação de mestrado busca entender *como a atividade de inteligência do DESEG/UFSC pode contribuir para a prevenção e o combate à criminalidade no interior do campus Trindade da UFSC?*

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Propor melhorias na atuação da atividade de inteligência do Departamento de Segurança Institucional – DESEG da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em relação à prevenção e ao combate à criminalidade no campus Trindade da UFSC.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar as ocorrências registradas no DESEG/UFSC entre 2003 e 2016, caracterizando a atuação da atividade de inteligência do DESEG/UFSC à luz do ciclo de inteligência;
- b) Analisar o uso do produto de inteligência na prevenção e no combate à criminalidade no campus Trindade da UFSC;
- c) Apontar possíveis deficiências na atuação da atividade de inteligência do DESEG/UFSC na prevenção e no combate à criminalidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os problemas da criminalidade dentro dos campi universitários devem ser discutidos e encarados com seriedade por toda a comunidade universitária, bem como pela própria sociedade de uma maneira geral. Essas questões devem ser debatidas não apenas em razão da falta de

segurança nas IFES, particularmente na UFSC, mas também por se tratar esta de uma universidade federal onde circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014), sendo que o campus não pode ser visto como uma “ilha” isolada dos problemas próprios do convívio social, mas estando inserido em uma sociedade onde diversos motivos, tais como as desigualdades sociais, fomentam o aumento da criminalidade.

O Campus da UFSC é maior que a maioria dos municípios catarinenses e possui características físicas que contribuem para essa falta de segurança, seja por sua extensão territorial, cercamento inadequado e falta de controle de acesso ao campus, bem como por condutas individuais e coletivas que contribuem para a suscetibilidade ao ato criminoso.

Para Nascimento (2006) os campi universitários são verdadeiras cidades, tanto é verdade que são chamadas de cidades universitárias a ponto de algumas possuírem prefeituras que executam atividades próprias de uma administração municipal. Assim sendo, como toda cidade urbana, constituem-se em locais propícios para a presença da violência (NASCIMENTO, 2006).

Nesse sentido, considerando que se está falando em um ambiente universitário, o serviço de segurança pública, o qual é feito dentro da autarquia por agentes de segurança da própria instituição, deve fundamentar-se sob a ótica de segurança comunitária, proposta por Robert Peel em 1829, mas que se mostra atual e imprescindível para o presente, sobretudo, num ambiente onde existe a pluralidade de opiniões e crenças, como em uma IFES, pois o poder público deve estar em harmonia com o ambiente acadêmico, respeitando suas diferenças.

Para tanto, a busca de resultados positivos no que tange a segurança das pessoas e do patrimônio público deve ser sustentada por um serviço de inteligência que norteie as ações de prevenção e combate às práticas criminosas dentro do campus, proporcionando um ambiente com as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento e manutenção do tripé institucional de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que, segundo Antunes (2002), a atividade de inteligência resulta em produto que é utilizado para subsidiar a tomada de decisão.

No presente trabalho, o pesquisador busca mostrar o serviço da Seção de Investigação e Inteligência do Departamento de Segurança Institucional da UFSC – DESEG e entender qual sua importância para a manutenção do ambiente universitário em todo seu contexto de Instituição Federal de Ensino Superior.

Entretanto, embora pareça fundamental, esse serviço de inteligência ainda é visto com maus olhos por muitos da comunidade universitária, bem como por membros do próprio Departamento de Segurança, seja por preconceito quanto a essa atividade por conta de seu histórico negativo em um passado recente – como será abordado em momento oportuno – ou ignorância quanto à importância deste no contexto de prevenção e combate a atos delituosos dos mais diversos.

Assim sendo, diante da importância que a atividade de inteligência do DESEG possa ter para a UFSC e, considerando-se que, no contexto da gestão da informação e do conhecimento, esta atividade precisa ser desenvolvida respeitando-se as etapas integrantes de um ciclo de inteligência, como sugere Antunes (2002) busca-se, com o estudo acerca da atividade de inteligência do DESEG/UFSC, conhecer a importância desta no processo de prevenção e combate à criminalidade dentro do campus Trindade da UFSC.

O estudo é importante haja vista a necessidade de se manter o ambiente universitário com as condições mínimas de segurança para que sua função institucional e social sejam adequadamente alcançadas. Também se mostra importante haja vista existirem poucos trabalhos sobre a segurança universitária, sobretudo no que concerne a atividade de inteligência dentro das IFES, sendo que o gestor universitário, enquanto tomador de decisões, necessita de subsídios técnicos para aplicar medidas efetivas na instituição de forma a melhorar a segurança no campus, como sugere Oliveira (2011) quando menciona que a atividade de inteligência faz a análise da criminalidade com bases em tendências com o objetivo de apoiar a gestão da segurança pública em novas políticas, programas e planos.

É considerado viável em razão de o autor fazer parte efetiva do ambiente que foi pesquisado – SII/DESEG/UFSC – tendo, assim, fácil acesso aos dados e documentos os quais foram a base fundamental da pesquisa,

É um tema oportuno, pois a questão de segurança – ou da falta dela – é assunto rotineiro no ambiente universitário, sobretudo em um momento em que a sociedade convive com o crescente aumento da criminalidade nos mais variados setores de convívio social.

Há vinte e três (23) anos no DESEG/UFSC e há treze (13) anos executando serviços na área de inteligência em conjunto com os demais órgãos de segurança pública, o autor acredita que a atividade de inteligência do DESEG/UFSC seja fundamental para o bom andamento das rotinas da instituição como um todo, sendo que buscará com essa pesquisa, esclarecer esse processo e propor melhorias.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho busca propor melhorias na atuação da atividade de inteligência do DESEG/UFSC na prevenção e no combate à criminalidade no campus Trindade da UFSC.

O estudo está dividido em 7 (sete) capítulos. No primeiro, introdutório, são feitas referências à apresentação temática, o objeto de estudo, a justificativa da pesquisa, bem como os objetivos do trabalho.

No segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica que embasará a pesquisa, sendo que num primeiro momento é abordada a Atividade de Inteligência e seu histórico no âmbito mundial e no Brasil, destacando o Ciclo de Inteligência que caracteriza a atividade, seguido de abordagens sobre a Criminalidade, seus conceitos, estudos e formas de prevenção.

Após o embasamento teórico, no terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos que serão adotados para se alcançar os objetivos da pesquisa.

No quarto capítulo, é apresentado o contexto organizacional pesquisado e sua estrutura.

No quinto capítulo é apresentada a pesquisa propriamente dita com a descrição e análise dos dados, bem como seus resultados, mostrando como a atividade de inteligência do DESEG/UFSC contribui para a prevenção e o combate da criminalidade no campus Trindade.

No sexto capítulo são apresentadas propostas para a melhoria da segurança no campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Por fim, no sétimo e último capítulo, são apresentadas as considerações finais, concluindo o trabalho e demonstrando os resultados alcançados com base em seus objetivos, apresentando a situação atual da segurança no campus Trindade da UFSC e propondo futuros trabalhos sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como fundamentação teórica para o desenvolvimento desse trabalho, optou-se pela abordagem conceitual de alguns autores acerca da atividade de inteligência, da criminalidade de um modo geral e dos problemas relacionados à segurança pública, bem como às abordagens específicas das questões de segurança no interior das Instituições Federais de Ensino superior – IFES.

2.1 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A atividade de inteligência se dá pela busca do conhecimento por meio de um conjunto de procedimentos específicos que buscam subsidiar o processo decisório voltado à segurança e à manutenção da ordem. Essa atividade, embora recente como atividade estatal, tem suas origens nos povos antigos onde já se mostrava fundamental para a tomada de decisão.

2.1.1 Breve histórico da atividade de inteligência

A necessidade de se ter conhecimento visando a sobrevivência é tão antiga quanto a própria existência humana. Os homens primitivos tinham que entender o comportamento dos animais para poderem surpreendê-los nas caçadas.

A própria história da humanidade demonstra ser antigo o uso da informação para obtenção de êxitos. Dalila é considerada como a primeira espã da história, uma vez que seduziu Sansão e de posse da informação de que sua força estaria em seu cabelo, havia facilitado para que fossem cortados. Isto, entre 1050 e 1000 a.C (SIMÕES FILHO, 2011).

Gonçalves (2008) enfatiza que há registros do emprego da inteligência desde as primeiras civilizações conhecidas, sendo que os primeiros indícios de sua existência remontam aos sumérios e egípcios.

De Paula (2013) corrobora com esse entendimento quando menciona que:

A necessidade de se contornar as incertezas, reduzir os riscos, perigos e ameaças obrigou as sociedades desde tempos remotos a buscar obter novos conhecimentos capazes de favorecer as vantagens principalmente nos campos territorial, diplomático, econômico, geopolítico, com

posições de prevalência, bem como atuações decisivas em campos de batalhas visando o atendimento de seus objetivos nacionais (DE PAULA, 2013, p. 37).

Um dos primeiros relatórios de inteligência que se tem registro, data de cerca de 3.000 anos a.C., sendo este um documento redigido a um Faraó por uma patrulha de fronteira no Egito, onde registra-se a informação de que “encontramos o rastro de 32 homens e 3 jumentos” (GONÇALVES, 2008).

Na Idade Antiga, aproximadamente 500 anos a.C., Sun Tzu enfatizou em seu livro intitulado “Tratado sobre a arte da guerra” uma atividade de assessoramento à decisão que muito se assemelha ao que se conhece hoje como inteligência. O General chinês dedicou o último capítulo do livro à atividade de inteligência, onde cita que se um soberano e seu comandante saem vitoriosos nas batalhas que enfrentam, alcançando extraordinários feitos, isso se dá em razão deles deterem o conhecimento prévio e necessário, podendo antever o desenrolar de uma guerra (GONÇALVES, 2008).

Gonçalves (2008) cita Sun Tzu salientando que, segundo o General Chinês, esse conhecimento antecipado não pode ser adquirido através de fantasmas e de espíritos, muito menos serem deduzidos baseados em cálculos de posições lunares e solares, mas ser obtido das pessoas que conhecem com clareza as condições do inimigo.

No império Persa, estes se utilizaram da atividade de inteligência para levantar informações acerca de seus vizinhos, bem como para controle da segurança interna (GONÇALVES, 2008).

Um pouco mais adiante, durante a Idade Média, o guerreiro Gengis Khan, imperador e conquistador mongol se utilizava de informações obtidas por viajantes e mercadores para levantar características do exército oponente como armamento, sistemas de defesa e efetivo (GONÇALVES, 2008).

Gonçalves (2008) destaca que a atividade de inteligência foi desenvolvida também em Roma, se aperfeiçoando à medida em que a cidade se apresentava como uma potência daquela época. Até a época de Júlio Cesar, no séc. I a.C., a atividade de inteligência em Roma possuía um caráter privado, a qual era controlada por senadores, políticos e comerciantes, constituindo-se por uma rede de informantes que alcançava quase que toda a república, rede essa que tinha como dever informar qualquer ameaça a Roma ou à fortuna de Crasso (GONÇALVES, 2008). Marco Licínio Crasso era o político mais rico de

Roma, tendo sido cônsul em 70 a. C. e em 55 a. C., sendo que após sua morte, deixou como herança para Cesar sua rede de inteligência (GONÇALVES, 2008).

Segundo Simões Filho (2011), na Idade Moderna, a atividade de inteligência passou a ser desenvolvida de forma mais generalizada, tendo a Inglaterra como o primeiro país a organizar e estruturar um serviço de inteligência. Segundo o autor, os ingleses consideravam a atividade fundamental à vida política, social, diplomática e comercial, sendo que Henrique VIII, no século XVI, foi o pioneiro em dispor de um “serviço secreto” organizado. O trabalho inglês foi copiado na França na luta contra os protestantes, contra a nobreza e a Casa da Áustria pelo então Rei Luís XIII (SIMÕES FILHO, 2011).

Na Idade Contemporânea, a atividade de inteligência foi aperfeiçoada e adquiriu maior organização, passando a ser considerada uma atividade dotada de estrutura e metodologia próprias (GONÇALVES, 2008).

Por ter um serviço de inteligência organizado, a Inglaterra obteve grande vantagem durante a 1ª Guerra Mundial, pois possuía o chamado “MI5” e “MI6”, tratando-se de um serviço de informações encarregado de dirigir as atividades de espionagem Britânicas que atuavam no campo interno e externo (contraespionagem e espionagem) respectivamente (SIMÕES FILHO, 2011).

Durante a 2ª Grande Guerra Mundial, os serviços de inteligência adversários constituíam uma batalha à parte, mas complementar às operações militares. Após o fim da Segunda Guerra, a atividade de inteligência veio a se consolidar face o surgimento de outras formas de conflito, mostrando-se vital à segurança de qualquer Estado, sendo que os ataques contra as torres gêmeas nos Estados Unidos da América - EUA e aos trens na Cidade de Madri, na Espanha, fizeram com que as autoridades repensassem o papel das atividades de inteligência, intensificando o uso dessa ferramenta na prevenção a essas ameaças (SIMÕES FILHO, 2011).

Nesse sentido, Gonçalves (2008) enfatiza que após o “Onze de Setembro” os Estados Unidos promoveram notáveis reformas em seu sistema de inteligência, criando o Departamento de Segurança Doméstica – *Department of Homeland Security*, abalados pelo evidente despreparo, incompetência ou fragilidade de seu aparato de segurança e inteligência (GONÇALVES, 2008).

A atividade de inteligência como forma de prevenção se mostra então fundamental pra se antever as ações criminosas como forma de preveni-las e, no caso de detectadas, reprimi-las, seja no âmbito local ou

global. Assim sendo, as nações passam a dar ênfase a essa atividade como ferramenta preponderante para resguardar a soberania nacional e a manutenção da ordem. Por outro lado, no Brasil, esta atividade teve origem no final da década de 20, mais precisamente em 1927, mas sua utilização ainda guarda reflexos do regime militar, quando foi utilizada como forma de controle social (SIMÕES FILHO, 2011).

2.1.2 A atividade de inteligência no Brasil

No Brasil, o termo “inteligência” passou a ser utilizado como substituto ao termo “informações” na década de 1990, por extinção do Serviço Nacional de Informações – SNI, o qual foi criado em 13 de Junho de 1964, por meio da Lei 4.341. O objetivo da mudança foi tentar retirar da atividade a imagem repressiva e de violação de direitos civis, o que, segundo Pereira (2009), ocorreu no período em que o SNI atuou a serviço do regime militar.

Realçando essa estigmatização, Gonçalves (2008) enfatiza que no Brasil a atividade de inteligência ainda é vista com maus olhos por uma parte da sociedade, influenciados por determinados segmentos que distorcem, menosprezam ou desconhecem sua importância.

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2005) cita que em razão do trauma repressivo imposto pelos serviços de informação durante o período chamado “ditadura militar” no Brasil, as expressões “atividade de inteligência e “sistema de inteligência” passaram a ser alvos de grande preconceito.

Cabe mencionar que segundo Simões Filho (2011) o primeiro registro oficial da atividade de inteligência no Brasil remonta ao ano de 1927, ano de criação do Conselho de Defesa Nacional, o qual foi instituído pelo Decreto 17.999, de 29 de Dezembro de 1927. Assim sendo, anterior ao regime militar e ao SNI.

No que antecede a esse período, a atividade de inteligência só era exercida pelos órgãos militares da Marinha e do Exército (SIMÕES FILHO, 2011). No ano de 1934 ocorre a reestruturação do Conselho de Defesa Nacional passando a denominar-se Conselho Superior de Segurança Nacional, o qual passa por uma reformulação em 1937, sendo então criado o Conselho de Segurança Nacional - CSN, fundamentado no art. 162 da nova Constituição Federal - CF (SIMÕES FILHO, 2011).

Por meio de Decreto-Lei nº 4.783, de 05 de Outubro de 1942, ocorre a reestruturação do CSN, ocasião em que são instituídos e regulamentados como seus órgãos complementares a Comissão de

Estudos, a Secretaria Geral, as Seções de Segurança Nacional e a Comissão Especial de Faixa de Fronteira (SIMÕES FILHO, 2011).

No período da Guerra Fria, após a Segunda Guerra Mundial, em 06 de Setembro de 1946, é criado um órgão específico para tratar das atividades de inteligência no Brasil, o chamado Serviço Nacional de Informações e Contrainformações – SFICI, por meio do Decreto-Lei reservado nº 9.775-A, regulamentado pelo Decreto-Lei 44.489, de 15 de Setembro de 1958. Naquele ano foi criada a Junta Coordenadora de Informações, sob a presidência do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, objetivando coordenar as atividades de informações (SIMÕES FILHO, 2011).

Para Antunes (2002), a justificativa para a criação deste tipo de atividade, após a Guerra Fria, foi uma nova redimensão no que tange aos interesses no cenário político e econômico mundial, uma vez que houve mudança nos inimigos, bem como os alvos a serem alcançados, acendendo o interesse nos países em produzir bomba atômica, ações terroristas, narcotraficância, bioespionagem, espionagem industrial e econômica, além de pretensões expansionistas. Ainda nesse período e, segundo Antunes (2002), essa nova dinâmica político-econômica mundial, baseada na competitividade no advento da globalização, fez com que o conhecimento e a proteção se tornassem fatores fundamentais para a garantia de sobrevivência aos Estados, haja vista a mudança acerca da concepção de segurança nacional, bem como aos interesses que deveriam ser resguardados.

Para Simões Filho (2011), a atividade de inteligência no Brasil cresceu de importância no final da década de 40, sendo aprovado o regulamento que objetivava a salvaguarda das informações de interesse da segurança nacional, datado de 14 de Dezembro de 1949, por meio do Decreto 27.583, o qual tem sua aplicação disposta através do Decreto 27.930, de 27 de Março de 1950.

Em 13 de Junho de 1964, por meio da Lei 4.341, foi criado o Serviço Nacional de Informações. Já em 24 de Setembro do mesmo ano, o Decreto 54.303 altera a redação do Regimento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, o qual fora aprovado pelo Decreto 45.040, revogando o Decreto 44.489 e extinguindo a SFICI. Entretanto, a regulamentação do Serviço Nacional de Informações só veio a ocorrer em 03 de Fevereiro de 1967, por meio do Decreto 60.182 (SIMÕES FILHO, 2011).

O Decreto 60.417 de 11 de Março de 1967 aprova e dispõe sobre a execução do regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos – RSAS.

O Sistema Nacional de Informações foi criado em 1970 e passou a integrar todos os órgãos de informações dos ministérios civis e militares da época, o qual tinha o Serviço Nacional de Informações - SNI como seu órgão central (PEREIRA, 2009).

O Decreto 68.488 de 31 de Março de 1971 criou a Escola Nacional de Informações, subordinada ao Ministro Chefe do Sistema Nacional de Informações, objetivando formar e especializar recursos humanos para o exercício de funções no âmbito do Sistema, sendo que a primeira turma foi formada em 1972 (SIMÕES FILHO, 2011).

Com a Lei 8.028, de 12 de Abril de 1990, o então presidente eleito Fernando Collor de Mello extinguiu o Serviço Nacional de Informações e o Sistema Nacional de Informações. Todavia, com a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, a atividade de informação ainda é mantida, mesmo que parcialmente, mas agora denominada “inteligência”, com a reestruturação ocorrida em 1992 (SIMÕES FILHO, 2011).

Ainda em 1992, através da Lei 8.490, de 19 de Novembro, é criada a Subsecretaria de Inteligência, sendo esta responsável pelo Departamento de Inteligência e pelo Centro de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos – CEFARH (SIMÕES FILHO, 2011).

A partir de 01 de Janeiro de 1995, a Subsecretaria de Inteligência passou a ser vinculada a Secretária-Geral da Presidência da República a qual, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, foi transformada em Secretaria de Inteligência, passando a ser vinculada diretamente ao Presidente da República, por meio da Casa Militar (SIMÕES FILHO, 2011).

Ainda no período FHC, determinou-se a criação de um grupo de trabalho, o qual tinha por objetivo criar um sistema de inteligência moderno e eficiente, capaz de atender aos interesses nacionais (SIMÕES FILHO, 2011).

Em 07 de Dezembro de 1999, foi promulgada a Lei 9.883, criando a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN além de instituir o Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin (PEREIRA, 2009).

O Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, define que a ABIN é o órgão central do Sisbin, cujo objetivo está disposto no § 1º do art. 1º onde define que este deve integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência do País, objetivando fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional (PEREIRA, 2009).

Segundo Antunes (2002), o governo federal enfrentou algumas dificuldades para poder implementar a ABIN, a qual foi criada por uma

medida provisória no ano de 1995, mas que foi oficializada somente em 7 de dezembro de 1999. À época, houve grande resistência por parte da sociedade à sua implantação, sobretudo por parte da imprensa, fazendo com que isso se refletisse no congresso. Esta reação foi decorrente, sobretudo, face ao perfil assumido pelos órgãos de informações durante o então recente regime militar (ANTUNES, 2002). Ainda segundo a mesma autora, a ABIN passou por delicada situação, onde existia e funcionava sem a necessária regulamentação da função, e acrescenta que a ignorância e a resistência ao debate acerca do assunto, bem como a falta de vontade política, contribuíram na manutenção da situação.

Em 20 de Junho de 2000 é firmado o Plano Nacional de Segurança Pública, onde é anunciada a criação de uma inteligência voltada à segurança pública, sendo criado o subsistema de inteligência de segurança pública, através do Decreto nº 3.695, de 21 de Dezembro de 2000, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, cujo objetivo era coordenar e integrar as atividades de inteligência em segurança pública, subsidiando os governos federal e estaduais com informações para a tomada de decisão (REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, 2006 *Apud* SIMÕES FILHO, 2011).

A trajetória da atividade de inteligência no Brasil é, como vimos até agora, permeada por mudanças no que se refere a nomenclaturas, subordinações e atribuições no âmbito estatal, sendo que os conceitos atribuídos a essa atividade também apresentam divergências entre os autores aqui estudados, como veremos a seguir.

2.1.3 Conceitos de atividade de inteligência

Em termos de produção acadêmica brasileira, de cunho conceitual, sobre o tema “atividade de inteligência”, Antunes (2002) destaca o trabalho de Luís Antônio Emílio Bittencourt, ex-diretor do Centro de Formação Aperfeiçoamento e Recursos Humanos (CEFARH), a antiga Escola Nacional de Informações criada em 1972 (ESNI) onde o mesmo investiga a compatibilidade dos serviços de informações e a nascente democracia brasileira em sua dissertação de mestrado intitulada “O Poder Legislativo e os Serviços Secretos no Brasil”, de 1992.

Muito embora diversos autores dissertem sobre o assunto, inexistente um consenso acerca da definição do tema. Apesar de haver segmentos que defendem a ideia desta atividade estar fundamentada em segredos, conferindo-lhe assim, um sentido mais estrito, a maior parte dos autores segue um viés que eleva a atividade de inteligência a um patamar mais amplo. Nesse sentido, ela é tida como um instrumento que

possibilita por meio de técnicas e métodos próprios, transformar dados e conhecimentos em informações, objetivando subsidiar a tomada de decisão (PEREIRA, 2009).

Para Santos (2015), esses tomadores de decisão não podem, todavia, prescindir da inteligência para uma ação mais adequada. Para que os conhecimentos produzidos e apresentados aos decisores sejam de fato úteis para uma tomada de decisão mais esclarecida, a relação entre o usuário e o produtor deve ser bem sincronizada. Os produtores de inteligência necessitam conhecer as necessidades dos decisores (SANTOS, 2015).

Por outro lado, essa atividade de inteligência, segundo Wendt (2013), não deve ser confundida com investigação. Na visão do autor, inteligência seria uma atividade *proativa*, caracterizada pela busca incessante de informações, objetivando possibilitar ao gestor público um subsídio mínimo para seu poder de decisão. Com base no produto de inteligência, o agente decisor poderá propor e comandar medidas concretas no âmbito da segurança pública. Já quanto à investigação, o autor cita que:

[...] sabe-se que se define como atividade na qual agentes públicos oficiais, cuja função institucional é prevista na Constituição e na lei, buscam através das mais variadas ações, prospectar provas e indícios da ocorrência de uma infração penal e sua autoria, cuja destinação final será da Autoridade Policial, em sede de Inquérito Policial, para fins de indiciamento, representação ou relatório no estado em que se encontra o procedimento (WENDT, 2013, p. 3).

Oliveira (2011) concorda com essa visão quando argumenta que:

[...] a atividade de inteligência não se confunde com a atividade de investigação. A inteligência atua na busca de informação negada e por meio de técnicas operacionais próprias auxilia a investigação que tem por escopo preparar a ação penal. Assim entendido a inteligência não “prende”, mas pode, por meio de seus agentes, infiltrarem em organizações criminosas e se confundir com o público; efetuar levantamentos de dados, locais e pessoas; empregar

equipamentos especiais; etc. (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Wendt (2013) ainda afirma que contrariamente a Atividade de Inteligência, a qual se caracteriza como ação no presente para subsidiar decisão futura, a Investigação é por natureza reativa ou repressiva.

Nesse sentido, Oliveira (2011) elabora quadro comparativo com características das duas atividades, mostrando suas diferenças:

Quadro 1 – Atividade de Inteligência e Investigação Criminal.

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL
Proativa;	Reativa;
Visão de Futuro;	Visão de passado e presente;
Compreensão do fenômeno, suas causas, consequências e de como enfrentar o problema por meio de atuações específicas;	Objetiva esclarecer a autoria e comprovar a materialidade;
Não se preocupa com a produção de prova;	Ocupa-se da produção de prova;
Assessoria qualificada produtora de conhecimentos; e	Não é atividade de assessoria; e
Pode ser de natureza <i>sistemática</i> , caracterizada por ser uma produção constante de conhecimentos acerca de determinado assunto e <i>exploratória</i> , a qual busca atender uma necessidade imediata de determinado assunto.	Em regra, é <i>exploratória</i> .

Fonte: Oliveira (2011), adaptada pelo autor (2016).

Para Cepik (2003), inteligência é um conflito entre atores, os quais lidam predominantemente com a obtenção e/ou negação de informações. Segundo o mesmo autor, o termo inteligência é utilizado em dois sentidos, sendo que o primeiro e mais amplo remete a inteligência à toda informação coletada, organizada ou analisada objetivando atender demandas de um tomador de decisões. O segundo sentido trata o termo como algo mais restrito, onde inteligência é definida como sendo “a coleta de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação”,

conferindo-lhe o mesmo sentido de segredo ou informação secreta (CEPIK, 2003, p. 28).

Para Antunes (2002), a atividade de inteligência refere-se a certos tipos de informações que dizem respeito à segurança do Estado, às atividades desenvolvidas no sentido de obtê-las ou de impedir que sejam obtidas por outros países, bem como às organizações responsáveis por realizar e coordenar a atividade no âmbito estatal. A mesma autora enfatiza a necessidade de se diferenciar inteligência de espionagem, sendo essa segunda apenas uma parte do processo da atividade de inteligência, mas que é massificada pela mídia e pela *literatura ficcional* como instrumento de trapaças e chantagens, não destacando a verdadeira importância da referida atividade, a qual se mostra muito mais ampla no seu contexto.

De Paula (2013) define atividade de inteligência como:

[...] uma atividade do Estado e compreende a busca de conhecimento mediante um conjunto de procedimentos e rotinas específicas visando auxiliar o processo decisório voltado à defesa externa e interna e à manutenção da ordem, numa acepção weberiana de que o Estado detém os meios legais e materiais de dominação e controle e, por conseguinte, os atributos do monopólio legítimo do uso da força (DE PAULA, 2013, p. 23).

Já Kent (1967 *apud* PEREIRA, 2009), descreve a atividade sob três aspectos, sendo eles o conhecimento, a organização e a atividade, aspectos esses entendidos por Gonçalves (2008) como produto, organização e processo, sendo que conhecimento refere-se ao conhecimento produzido, traduzindo-se no resultado do processo de produção do conhecimento, ou seja, o produto de inteligência. Quanto à inteligência como organização, essa se refere às estruturas funcionais ou agências de inteligência, as quais atuam na busca e coleta de dados, produção de inteligência e salvaguarda de informações (contra inteligência). Já no que concerne à inteligência enquanto atividade ou processo, essa se refere aos meios pelos quais algumas informações são requeridas, buscadas ou coletadas, analisadas e difundidas, bem como os procedimentos utilizados para a obtenção de dados (GONÇALVES, 2008).

Segundo Sims (1995 *apud* ANTUNES, 2002), toda a informação que for analisada com o objetivo de subsidiar uma tomada de decisão, seria um produto de inteligência, desde uma mera pesquisa que busque saber o nível de aceitação de um determinado produto no

mercado a um projeto tecnológico de desenvolvimento de submarinos nucleares na China.

Para Santos (2015) inteligência é:

[...] um conjunto de ações de obtenção de dados associado a um conjunto de ações de análise para compreensão desses dados e sua transformação em um cenário compreensível para entendimento do passado, do presente e uma perspectiva de como possa se configurar o futuro, de maneira que a sua utilização possa ser transformada em ação pelo usuário. Inteligência é aplicação de técnicas para a obtenção dos dados, mas também para a transformação desses dados (SANTOS, 2015, p.10).

Antunes (2002) ensina que a atividade de inteligência é destinada, sobretudo, à produção de conhecimento estratégico, que subsidia a tomada de decisão no âmbito da segurança. Antunes (2002, p. 39-40), ainda, recorda que os sistemas organizacionais, ou sistemas de inteligência, referem-se às “organizações que atendem à função de inteligência dentro de um determinado governo”.

Na continuidade, Herman (1996 apud ANTUNES, 2002) afirma que estes estão relacionados a um conjunto de organizações que podem receber denominações tais como serviços de inteligência ou comunidade de inteligência, sendo que inteligência é a atividade que desenvolvem e conhecimento de inteligência é o que produzem. Quanto a esta concepção, Gonçalves (2008, p. 141-142) elabora o seguinte raciocínio:

[...] para se compreender o significado de inteligência, é fundamental que se entenda que se trata de um conhecimento processado – a partir de matéria bruta, com metodologia própria –, obtido de fontes com algum aspecto de sigilo e com o objetivo de assessorar o processo decisório. Atente-se para o fato de que a inteligência lida também com fontes abertas, ostensivas, mas para que se produza um conhecimento de inteligência é necessário, de maneira geral, que haja alguma parcela de dados sigilosos em sua produção. Claro que pode haver produção de conhecimento de inteligência que seja sigiloso não necessariamente pelos dados nele utilizados, mas pela análise realizada. Além de conhecimento, a atividade de inteligência poderá ser o processo de produção em

si ou, ainda, a organização encarregada de obter, produzir e difundir inteligência, também chamada de serviço secreto. Destarte, essa gama de definições acaba sintetizada na concepção original de Kent, que entende inteligência como conhecimento (produto), atividade (processo) e organização (produtor).

Ainda segundo Gonçalves (2008), a inteligência – enquanto atividade de natureza policial – tem como base questões táticas de repressão e investigação de ilícitos e grupos infratores. Segundo o mesmo autor, essa forma de inteligência está e deve continuar vinculada às polícias, ou seja, às instituições elencadas no art. 144 da Constituição Federal – CF de 1988, as quais podem levantar indícios e tipologias que subsidiem o trabalho da Polícia Judiciária e do Ministério Público.

Entretanto, esse rol mostra-se estendido ao tempo em que a segurança universitária das universidades federais recebeu, com o advento da Lei N° 11.091, de 12 de Janeiro de 2005 e do Anexo II do Art. 2° - decreto n°. 5.824/2006, a atribuição de investigar atos delituosos no âmbito das IFES (BRASIL, 2006). Nesse sentido, Nascimento (2006) cita que a segurança universitária federal é de fato uma polícia interna nos campi federais, muito embora não seja reconhecida legalmente como tal.

2.1.4 Inteligência e contra-inteligência

A atividade de inteligência, como já foi dito até aqui, tem por objetivo obter dados e tratá-los, a partir dos quais é produzido e disseminado o conhecimento para a tomada de decisão. Já quando falamos em contra-inteligência, esta se caracteriza pela busca em neutralizar a inteligência adversa, de forma que essa não possa ter acesso aos dados nos quais tem interesse (ANTUNES, 2002).

Na Lei n° 9.883, de sete de dezembro de 1999 (BRASIL, 2009), tem-se o seguinte conceito de inteligência e contra-inteligência:

Art. 1° [...]

“§ 2° Para os efeitos de aplicação desta Lei, entende-se como inteligência a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre os fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação

governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

§ 3º Entende-se como contra-inteligência a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa”.

Almeida Neto (2009, p. 28) considera inteligência como:

[...] a atividade permanente e especializada de obtenção de dados, produção e difusão metódica de conhecimentos, a fim de assessorar um decisor na tomada de uma decisão, com o resguardo do sigilo, quando necessário para a preservação da própria utilidade da decisão, da incolumidade da instituição ou do grupo de pessoas a que serve. Tal atividade, em sentido amplo, abrange, ainda, a prevenção, detecção, obstrução e neutralização das ameaças (internas e externas) às informações, áreas, instalações, meios, pessoas e interesses a que a organização serve (contra-inteligência).

Para a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP, esses dois ramos da atividade de inteligência devem ser considerados indissolúveis, ou seja, estão sempre ligados, pois são partes de um todo, não possuindo limites precisos, uma vez que se interpenetram, se inter-relacionam e interdependem (BRASIL, 2007).

Já Gonçalves (2008), pondera que qualquer serviço de inteligência faz tanto a análise das informações para a produção de conhecimento (inteligência) como salvaguarda as informações produzidas, tanto da organização, das pessoas e instalações, além dos processos contra a atividade de inteligência adversa (contra inteligência).

Para Antunes (2002), ao mesmo tempo em que se procura obter na atividade de inteligência informações de outros atores, busca-se também proteger-se e neutralizar a capacidade desses outros atores em se apossar das informações que se detém. Assim sendo, Antunes (2002) enfoca a atividade de contrainteligência quando cita que “os governos procuram manter em segurança um amplo campo de informações sensíveis, considerando-se que, por segurança, entende-se uma condição relativa de proteção na qual se é capaz de neutralizar ameaças discerníveis” (ANTUNES, 2002, p 22).

Antunes (2002), ainda completa que essa proteção envolve uma série de medidas de segurança, as quais objetivam frustrar a inteligência

adversária. Assim sendo, contra inteligência é “a inteligência sobre as capacidades e intenções dos serviços de inteligência adversários” (ANTUNES, 2002, p 31). A título de exemplo, podemos citar a indústria automotiva, onde uma fabricante utiliza-se da contra inteligência para que a outra não tenha acesso aos projetos de seus veículos, também chamada de contra espionagem industrial.

2.1.5 Ciclo de inteligência

Considerando o que já foi dito até aqui, onde a atividade de inteligência é um processo de busca, tratamento e disseminação de conhecimento para a tomada de decisões, cabe analisarmos como esse processo se dá para que o objetivo final, ou seja, a aplicação do conhecimento possa ser disponibilizada ao tomador de decisão.

Diante desse quadro, Antunes (2002) compreende fundamental que os serviços de inteligência sejam desenvolvidos com base em um processo, conhecido como *Ciclo de Inteligência* (Figura 1), no qual as informações coletadas, especialmente por unidades de inteligência, são oferecidas aos usuários para a tomada de decisões. Tal processo é descrito por uma variedade de autores, tais como Cepik (2003), Pacheco (2005) e Gonçalves (2008). Porém, de acordo com Gonçalves (2008), no estado brasileiro, predomina o uso de um modelo que acontece em três etapas, que são a de orientação, a de produção e a de difusão.

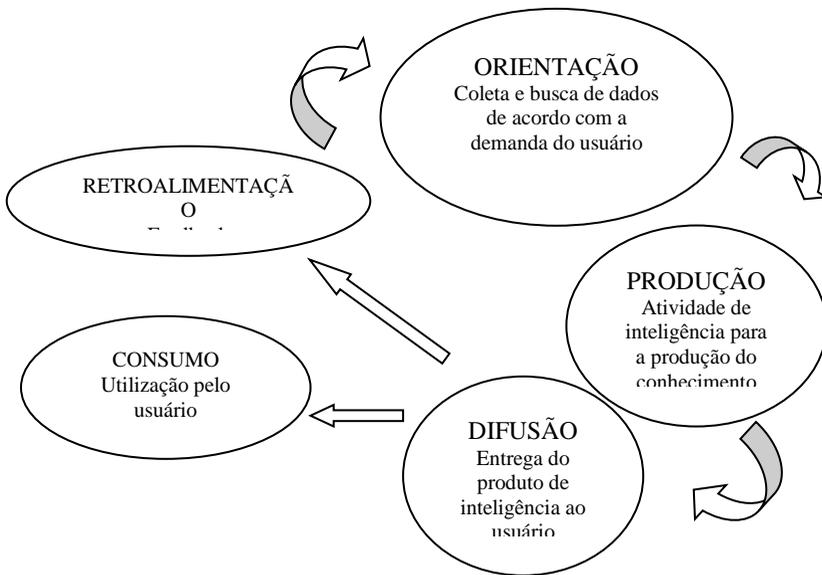
Nesse sentido, Gonçalves (2008) entende que a etapa de orientação se refere à primeira etapa do ciclo, estando voltada às necessidades de inteligência do tomador de decisão, ou seja, do que ele está precisando. Nessa etapa, segundo o mesmo autor, existe a necessidade de haver uma boa relação entre o tomador de decisão e a agência responsável pelo produto de inteligência, caso contrário, corre-se o risco da atividade de inteligência se tornar mais uma barreira burocrática do sistema estatal (GONÇALVES, 2008).

Quanto à etapa de produção, Gonçalves (2008) entende como a segunda etapa do ciclo, fase em que ocorre, efetivamente, a atividade de inteligência e a produção do conhecimento. A partir da demanda do tomador de decisão, as agências de inteligência irão buscar reunir dados, analisá-los e processá-los, culminando na produção do conhecimento de inteligência a ser difundido (GONÇALVES, 2008).

No que diz respeito à difusão, o mesmo autor menciona que ela completa o ciclo de inteligência, mas que esse só é plenamente concluído quando há a utilização do produto de inteligência pelo tomador de decisão. Assim sendo, a fase de difusão, a qual carece da

utilização, pode ser subdividida em consumo e retroalimentação (feedback) que nada mais é do que um retorno do tomador de decisão para a agência produtora da informação acerca da necessidade de aprofundamento de determinado tema (GONÇALVES, 2008). Esse feedback também é demonstrado como fundamental no ciclo de inteligência nas palavras de Antunes (2002), quando cita que o produto final que é entregue ao consumidor é apreciado por este, o qual verifica novas necessidades e faz os ajustes necessários objetivando prover a atividade de inteligência de mais eficácia e eficiência.

Figura 1: Ciclo de Inteligência.



Fonte: Gonçalves (2008). Figura elaborada pelo autor (2016).

Para Antunes (2002), o ciclo de inteligência é:

[...] a descrição de um processo no qual as informações coletadas, principalmente pelas agências de inteligência, são postas à disposição de seus usuários. Na realidade, ele pode ser

definido basicamente em duas grandes etapas: uma de coleta e outra de análise, que se encontram organizacionalmente estabelecidas, vinculadas a diferentes órgãos estatais (ANTUNES, 2002, p. 29).

Já para Pereira (2009), ciclo de inteligência é o “processo de transformação do dado em conhecimento útil, significativo, avaliado, oportuno e seguro, a partir da adoção de uma sequência lógica de ações” (PEREIRA, 2009, p. 28).

Almeida Neto (2009) ressalta que:

[...] o método de construção do conhecimento de inteligência e, por conseguinte, o ciclo de tal atividade, foram forjados a partir de um específico critério de aceitabilidade da verdade, imbuído da primazia dos princípios da oportunidade e utilidade sobre a própria verificabilidade do conhecimento produzido (possibilidade de o conhecimento ser testado)” (ALMEIDA NETO, 2009, p. 50).

Percebe-se então que existe uma falta de consenso entre os autores no que concernem as etapas do ciclo de inteligência, sendo que são encontrados autores que destacam até 10 principais etapas. É o caso de Cepik (2003), o qual elenca as etapas como sendo:

1. Requerimentos informacionais.
2. Planejamento.
3. Gerenciamento dos meios técnicos de coleta.
4. Coleta a partir de fontes singulares.
5. Processamento.
6. Análise das informações obtidas de fontes diversas.
7. Produção de relatórios, informes e estudos.
8. Disseminação dos produtos.
9. Consumo pelos usuários.
10. Avaliação (*feedback*).

Ainda segundo o mesmo autor, “a ideia de ciclo de inteligência deve ser vista como uma metáfora, um modelo simplificado que não corresponde exatamente a nenhum sistema de inteligência realmente existente” (CEPIK, 2003, p. 32). Ele acredita que a principal contribuição do ciclo de inteligência é ajudar a compreender a transformação da informação, destacando a existência de fluxos

informativos entre os diferentes atores envolvidos no processo, ou seja, usuários, gerentes, coletores, analistas, etc.

Para Kent (1967 *Apud* PEREIRA, 2009), o método de produção de informações estratégicas compreende sete passos distintos descritos como:

- 1) aparecimento do problema; 2) análise do problema; 3) busca de dados relacionados ao problema; 4) avaliação dos dados; 5) estudo dos dados avaliados – momento da hipótese; 6) mais busca de dados – confirmação ou rejeição das hipóteses mais prováveis; e 7) apresentação.

Gonçalves (2008) menciona que o modelo mais utilizado, identificado nos Estados Unidos, possui somente cinco fases, as quais são compreendidas como 1- planejamento e direção; 2- reunião (coleta/busca); 3- processamento; 4- análise e produção; e 5- disseminação, podendo ser reduzido ao que o autor chama de ciclo básico, compreendendo reunião, processamento, análise e disseminação.

Para Antunes (2002), no decorrer do ciclo de inteligência as informações são coletadas por meio de fontes diversas, através de “agências especializadas”, as quais são responsáveis pela coleta de tipos específicos de informações. Essas agências possuem especialidades técnicas específicas como foto-reconhecimento, cripto-análise e espionagem. Ato contínuo, as informações coletadas são repassadas para a área de análise onde são processadas, analisadas e transformadas em produto de inteligência (ANTUNES, 2002).

No processo do ciclo de inteligência, a coleta de informações ou dados é o primeiro estágio, sendo o mais conhecido dentro da atividade de inteligência. Nesse estágio, as informações ou dados são adquiridas por solicitação do usuário ou por demanda da própria agência (ANTUNES, 2002). Ainda segundo Antunes (2002), as informações coletadas são direcionadas conforme a necessidade do usuário ou do objetivo da pesquisa.

Muitas vezes essa informação é protegida ou tem acesso restrito – como no caso do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISIP, em Santa Catarina – SC e do Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública – INFOSEG, sistema esse que segundo Oliveira (2011) mantém cadastros nacionais e estaduais de informações criminais, de mandados de prisão, de armas de fogo e de veículos furtados e roubados, sendo essa, uma especificidade da

atividade de inteligência. Oliveira (2011) também define o que vem a ser o INFOSEG, explicando que:

[...] é um sistema de uso restrito das Instituições que compõem a área de Justiça e de Segurança Pública, possuindo como escopo integrar todos os bancos de dados existentes no país, com o fim de facilitar a ação das polícias brasileiras na identificação de pessoas que estejam com pendências criminais perante a justiça bem como facilitar a coleta de dados a respeito do cidadão. Posteriormente, foi integrado ao Sistema a possibilidade de consulta ao Cadastro Nacional de Habilitação (RENACH) e a base de dados da Receita Federal por meio de consulta ao CPF (OLIVEIRA, 2011, p. 29).

Entretanto, Oliveira (2011) enfatiza que o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN ainda peca pela falta de uma integração efetiva, fato esse que impede o intercâmbio de dados – o que se percebe na prática – com notório prejuízo ao processo decisório no âmbito nacional.

Voltando a falar da primeira fase do Ciclo de inteligência, cabe diferenciar os termos *busca* e *coleta*, utilizados nessa fase do ciclo, sendo que o primeiro refere-se às ações de levantamento de dados negados, ou seja, aqueles que não estão disponíveis e que quase sempre são adquiridos sem o consentimento do alvo, enquanto o segundo refere-se à captura de dados disponíveis em fontes abertas, como livros, jornais, internet, etc (ROMÃO, 2013). Importante também aqui entendermos o que significa o termo *dados*, que segundo a Doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP é:

[...] toda e qualquer representação de fato, situação, comunicação, notícia, documento, extrato de documento, fotografia, gravação, relato, denúncia, etc., ainda não submetida à metodologia de produção do conhecimento (BRASIL, 2007, p. 17).

Na fase de análise do Ciclo de Inteligência, existe o processo de *colocação*, que é o registro das informações que entram, seguido pelo processo de *avaliação*, sendo esse o momento em que se averigua a confiabilidade da fonte e a credibilidade da informação, culminando no processo de *análise* em si, onde se identificam os fatos significantes,

fazendo-se uma comparação com os fatos pré-existentes (ANTUNES, 2002). Findado esse processo, as informações analisadas são integradas por meio de um quadro onde serão interpretadas e utilizadas na tomada de decisões cabíveis em função das probabilidades esperadas (ANTUNES, 2002).

Na fase de disseminação ou distribuição, processo pelo qual o produto de inteligência é disponibilizado ao usuário, é procedido etapa crucial no ciclo, uma vez que o produto de inteligência é entregue ao usuário (ANTUNES, 2002).

No que se refere ao usuário, Antunes (2002) enfoca o ciclo num processo onde os mesmos determinam o tipo de informação da qual necessitam, demanda essa repassada aos coletores objetivando direcionar seus esforços os quais, por sua vez, buscam obter as informações requeridas, informações essas que são processadas e transformadas pelos analistas de inteligência em produto de inteligência, produto este que é disponibilizado ao tomador de decisão (ANTUNES, 2002).

Assim sendo, Silva (2012) enfatiza que a atividade de inteligência tem na área de segurança pública uma das maiores potencialidades de aumentar exponencialmente a qualidade dos resultados obtidos, sobretudo quando realizada de forma sistemática. No entanto, outras instituições que não estão diretamente ligadas à área de segurança pública também se utilizam dessa atividade com o objetivo de buscar conhecimento para a tomada de decisão.

2.1.6 Atividade de inteligência em instituições públicas

As atividades de inteligência no Brasil no que diz respeito a instituições públicas passam a se intensificar a partir da segunda metade da década de 90, sobretudo após o vácuo que se viu até o ano de 1995, em razão da extinção da SNI. Nesse sentido, os Ministérios militares foram os primeiros a reorganizarem suas atividades de inteligência.

Segundo Antunes (2002), a Aeronáutica foi a primeira instituição militar a se preocupar em reorganizar e redirecionar suas atividades de Inteligência/Informações. Em contrapartida, foi o último Ministério militar a criar um serviço próprio de informações. Sua Secretaria de Inteligência – SECINT se preocupava com o controle da área externa no que se refere ao espaço territorial aéreo brasileiro, bem como acompanhar o desenvolvimento de forças aéreas estrangeiras. A mudança do termo *informações* para *inteligência* no âmbito deste Ministério se deu em razão de um redirecionamento, cujo objetivo era

reverter o serviço de inteligência para a área militar, de forma a abandonar, integralmente, a área política. Assim sendo, a Secretaria de Inteligência desenvolvia operações de busca e análise em conjunto com a área de comunicação social, sempre que se fizesse necessário (ANTUNES, 2002).

O segundo Ministério militar a adotar o termo inteligência e a reorganizar seu serviço de informações foi o da Marinha. Entretanto, foi o primeiro a se preocupar com a área de informações. Segundo Antunes (2002), o Centro de Inteligência da Marinha – CIM se preocupava, sobretudo, com as questões navais e marítimas de uma maneira geral.

De acordo com o mesmo autor, inexistem cursos de capacitação em inteligência para os membros de seu quadro, existindo tão somente um treinamento básico, o qual é ministrado a todos os oficiais e instrui acerca dos procedimentos na obtenção e seleção de documentos, da classificação das informações e da maneira mais adequada de se relacionar com os informantes, no intuito de constatar a confiabilidade da informação.

Ainda segundo Antunes (2002), não existia na década de 90 um profundo entrosamento entre os Ministérios militares. Todavia, a troca de informações e o contato eram frequentes. Na época de publicação de sua obra, o autor menciona que o Centro de Inteligência da Marinha tinha a responsabilidade quanto aos problemas na ordem do controle portuário e dos limites marítimos, mas tendo como alvo principal seus problemas internos (ANTUNES, 2002).

No Exército, o Centro de Informações do Exército – CIE foi criado no governo de Costa e Silva, por meio do Decreto 60.664 de 02 de Maio de 1967. O referido Decreto determinava que o CIE ficasse subordinado ao chefe do Estado Maior do Exército – EME. No entanto, no governo de Emílio Médici, o CIE passou a ser subordinado ao Ministério do Exército (ANTUNES, 2002).

Segundo Antunes (2002), o CIE era o maior serviço de informações no que se refere ao quadro de pessoal, além de ter sido o que mais se empenhou no combate à luta armada. Ainda segundo o mesmo autor, o CIE foi criado para combater a subversão tendo sido o último Ministério militar a adotar o termo inteligência no seu setor de informações.

Fato interessante e que deve ser comentado é que o CIE dispunha de uma seção que tratava de contra informações. No entanto, segundo Antunes (2002) ela era responsável não pela neutralização da inteligência adversária, como já explanado anteriormente, mas como escolta e segurança pessoal no âmbito do próprio CIE.

Segundo Cruz (2009), dos três Ministérios militares, somente o Exército possui escola permanente e especializada visando preparar seus recursos humanos em inteligência.

Em Junho de 1999, com a criação do Ministério da Defesa, englobando os três Ministérios militares, transformando-os em Estados Maiores, os respectivos órgãos de inteligência passaram a ser subordinados aos comandantes chefes de cada Estado Maior (ANTUNES, 2002).

Nesse sentido, o Ministério da Defesa, o qual possui entre outras funções a de se responsabilizar pela inteligência estratégica e operacional no que se refere à defesa e a formulação de uma doutrina comum de inteligência operacional, também apresenta uma subchefia própria no comando da atividade, bem como um Departamento de Inteligência Estratégica (ANTUNES, 2002).

Fora do âmbito militar, outra instituição pública que realiza ações na área de inteligência é o Tribunal de Contas da União - TCU, cuja atividade de inteligência, embora ainda seja incipiente, caminha para esse fim. Para Pereira (2009) pode-se generalizar inteligência de Estado com inteligência institucional. Assim sendo, a atividade de inteligência pode ser estendida no âmbito de órgãos e instituições públicas, como no caso dos Tribunais de Contas.

Nesse sentido, Pereira (2009) argumenta que os primeiros passos para que isso se tornasse realidade já eram dados desde o ano de 2005, quando o TCU criou o Serviço de Gestão de Informações Estratégicas – SGI objetivando o controle externo, o qual tinha a finalidade de:

Art. 1º [...] I - gerir informações estratégicas para as ações de controle externo; II - auxiliar na coordenação de rede interna de produção de informações estratégicas; III - interagir com outros órgãos e entidades da administração pública com objetivo de estabelecer rede de intercâmbio e compartilhamento de informações e conhecimentos estratégicos que apoiem as ações de controle externo.

Ainda segundo Pereira (2009), as competências do SGI foram estabelecidas em:

I - propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas, para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas de intercâmbio de

informações; II - auxiliar na elaboração do plano integrado de ações de controle externo; III - promover a articulação com instituições de interesse para o controle, em especial as que possuam as finalidades de inteligência, prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; IV - desenvolver, disseminar, implantar e orientar na utilização de métodos, técnicas e procedimentos aplicáveis às atividades do Serviço e elaborar, com o auxílio do ISC, plano de capacitação da rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; V - elaborar manual de procedimentos de trabalho relativos a sua área de competência.

Assim sendo, a partir do ano de 2009, o TCU passa a formação da chamada rede de controle, cujo objetivo era estabelecer parcerias com diversos órgãos públicos que atuam na investigação, fiscalização e controle da gestão pública, com vistas ao intercâmbio de documentos e informações objetivando otimizar os esforços, conferindo maior efetividade às ações de controle externo cuja responsabilidade é do Tribunal (PEREIRA, 2009).

Ainda no que tange a atividade de inteligência em instituições públicas, Oliveira (2011) destaca algumas que mantêm atividades dessa natureza, sendo elas:

- Os setores de inteligência dos Comandos Militares – do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – e do Ministério da Defesa, voltados, preponderantemente, à inteligência militar;
- As áreas de inteligência de órgãos de fiscalização, como a do Instituto Nacional do Seguro Social e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- Os setores de inteligência direcionados à área financeira – do Banco Central do Brasil ou de bancos estatais, como a Caixa Econômica Federal;
- A unidade de inteligência financeira da Receita Federal encarregada da coordenação das atividades de combate à lavagem de dinheiro;
- Unidades de inteligência policial – na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal e nas Polícias Estaduais civis e militares (OLIVEIRA, 2011).

Como visto, são muitas as instituições públicas que fazem uso da atividade de inteligência na prevenção e combate às atividades criminosas, sobretudo, como forma de subsidiar decisões. Entretanto, e como já foi dito, é na área de segurança pública que esta atividade tem grande potencial de maximizar a qualidade dos resultados obtidos.

2.1.7 Atividade de inteligência em segurança pública

A atividade de inteligência, no que diz respeito à área de segurança pública, é intensamente utilizada pelas polícias estaduais (Civil e Militar), bem como pelas polícias da União. Com relação às Polícias Militares, Oliveira (2011) cita que a atividade atua nesse âmbito no objetivo de dar suporte e auxílio nas investigações, bem como na assessoria, objetivando a tomada de decisões nos níveis estratégico, tático e operacional.

Para Oliveira (2011), a atividade no nível estratégico, o qual o autor chama de prospectivo e proativo, faz a análise da criminalidade com bases em tendências, com o objetivo de apoiar a gestão da segurança pública em novas políticas, programas e planos, com foco maior nas causas estruturais, em detrimento das conjunturais.

Já em relação ao nível tático, Oliveira (2011) argumenta que a inteligência busca produzir conhecimentos que possibilitem o eficiente, eficaz e racional emprego do policiamento ostensivo. Cabe aqui realçar que *policimento ostensivo* é aquele que é feito por organizações fardadas, de forma que se mostre evidente a presença do policiamento em determinado local. Por outro lado, existe o chamado *policimento velado*, sendo esta uma ação realizada por agentes em trajes civis, caracterizando-se por uma atividade adicional na busca de dados objetivando a produção de informações que subsidie e possibilite o emprego do policiamento fardado, maximizando os resultados (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, Oliveira (2011) conclui que o nível operacional objetiva produzir informações operacionais para serem utilizadas pelos comandantes das corporações, objetivando enfrentar a criminalidade com maior eficiência e eficácia, de forma a proporcionar maior segurança à sociedade.

Em seu trabalho sobre a atividade de inteligência na Polícia Militar do Distrito Federal, Oliveira (2011) define alguns critérios importantes para a produção de conhecimento necessário no estabelecimento de uma política de segurança pública, quais sejam:

- Mapeamento da criminalidade;
- Identificação de criminosos;
- Áreas de atuação;
- Modalidade de ação;
- *Modus operandi*; e
- Demais conhecimentos úteis que proporcionem uma avaliação real de cenário, o que poderá possibilitar aos decisores adotarem as medidas necessárias à prevenção e a repressão no enfrentamento da criminalidade (OLIVEIRA, 2011).

A avaliação desses critérios irá definir quais as medidas mais adequadas para prevenir ou coibir determinada ação criminosa de acordo com suas especificidades.

No Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão embasa suas ações em três pilares, sendo o policiamento ostensivo, executado pela Polícia Militar em todo território catarinense, o policiamento repressivo e processual, representado pela Polícia Judiciária ou Polícia Civil e a Atividade de Inteligência através da Diretoria de Informação e Inteligência – DINI, a qual foi criada em 03 de Dezembro de 2002 (CASTELO BRANCO, 2014). A DINI realiza atividades de busca e coleta de informações, análise criminal, estatística, geoprocessamento, além de operações de inteligência e contra inteligência. Segundo Castelo Branco (2014), A Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC dispõe do Sistema de Inteligência da polícia Militar – SISPOM, o qual abrange o conjunto de órgãos de inteligência da PMSC estruturado de forma harmônica com a estrutura organizacional da corporação, possibilitando assim, uma interação de maneira eficiente e eficaz (CASTELO BRANCO, 2014). O SISPOM abrange as ações na área de inteligência que são desenvolvidas em todo o Estado, dando suporte às operações policiais ostensivas na prevenção e repressão, bem como fornecer subsídios à Polícia Judiciária. Coordenando o SISPOM existe a Agencia Central de Inteligência – ACI que é parte integrante do Estado Maior Geral da Corporação – EMG, situada no Quartel do Comando Geral – QCG, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, possuindo o papel de fazer contato com os demais órgãos e sistemas de inteligência do Brasil (CASTELO BRANCO, 2014).

Falando-se em atividade de inteligência, não podemos deixar de falar no Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin e, sobretudo, na

Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, uma vez que são os órgãos centrais da atividade de inteligência no âmbito nacional.

Segundo Santos (2015), o Sistema Brasileiro de Inteligência, o qual foi criado pela Lei 9.883/99, possui a finalidade de assessorar o Presidente da República. Nesse sentido, a Lei se volta ao viés de direcionar sua estrutura de forma a garantir a canalização de informações ao Presidente de maneira controlada e adequada para subsidiar decisões.

A atribuição do Sisbin é a preservação da soberania nacional, bem como a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, além de se preocupar, notadamente, com os direitos e garantias individuais (SANTOS, 2015). Essa nova roupagem pode estar vinculada a tentativa de trazer a opinião pública ao encontro da atividade, minimizando a visão negativa do passado, como já foi colocado.

Regulamentado pelo Decreto nº 3.695, de 21 de Dezembro de 2000, o Sisbin tem a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o território nacional, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem as tomadas de decisões neste campo (SANTOS, 2015). Integram ainda os subsistemas do Sisbin os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Defesa e da Integração Nacional, além do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da república – GSIPR.

Dentro do Sisbin existem os subsistemas de inteligência, no intuito de tratarem de questões mais específicas, sendo que um é voltado à defesa nacional, no âmbito das forças armadas, e o outro é voltado à segurança pública (SANTOS, 2015).

A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN apresenta-se como o órgão central do Sisbin, tendo como atribuições a de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência em todo o território nacional (ANTUNES, 2002). A Medida Provisória - MP 1.999-17, de 2000 e a MP 2.216-37, de 2001, alteraram a redação do art. 3º da Lei 9.883/99, transformando a ABIN em um órgão da Presidência da República, sendo que o cargo de Diretor-Geral é escolhido privativamente pelo Chefe do Executivo Federal, após aprovação no Senado (SANTOS, 2015).

Segundo Santos (2015), a ABIN é o único órgão criado por Lei com atribuições exclusivas voltadas para a atividade de inteligência. Entretanto, o autor conclui que a atividade:

[...] também pode ser e é exercida em outros órgãos, e com outras finalidades. Esses órgãos não

desenvolvem somente a inteligência no que se trata da finalidade de assessorar o Presidente da República. Também desempenham atividades de inteligência para assessorar comandantes de forças armadas, Ministros de Estado como Ministro da Defesa e Ministro da Justiça, Comandantes de Polícias Militares, Secretários de Segurança Pública Estaduais, delegados de polícia, entre outras possibilidades (SANTOS, 2015, p. 67).

Cabe aqui salientar que segundo Santos (2015) as atribuições da ABIN buscam assessorar o Presidente da República. Assim sendo, caberia à ABIN exercer suas atribuições sobre todos os órgãos de inteligência do país. Entretanto, a atribuição de planejar e de coordenar limita-se aos órgãos que produzem ou detêm dados e conhecimentos que possam subsidiar a Presidência da República (SANTOS, 2015). Para o caso de outros órgãos ou conhecimentos, o planejamento e coordenação por parte da ABIN não faria sentido, uma vez que se trata de assuntos que fugiriam à competência e às atribuições da ABIN e do chefe do Executivo Federal (SANTOS, 2015).

Nesse escopo, podemos comentar o fato de que a ABIN, face suas atribuições estarem voltadas para os interesses da Presidência da República, uma vez que seu Diretor-Geral é indicação desta, faz com que a agência possa ser, por vezes, utilizada para atender interesses escusos do governo, desvirtuando sua missão em relação à nação como um todo, vinculando-se à interesses políticos partidários, como é sugerido em áudio recentemente divulgado na internet, onde um suposto membro da inteligência do Exército menciona o fato de que a ABIN estaria monitorando o Juiz Sérgio Moro, o qual preside a operação “Lava Jato” da Polícia Federal, sendo que ao saber desse fato, o referido magistrado acabou por decidir veicular na mídia conversa telefônica entre o ex- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Dilma Rousseff, no atual escândalo político que vive o Brasil (MOMENTO VERDADEIRO, 2016).

Entrando agora no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, especificamente no que se refere a atividade de inteligência dentro da Segurança Universitária Federal, esta ainda é muito incipiente. Segundo Nascimento (2006) elas se resumem a quatro instituições, sendo elas a Universidade Federal do Pará – UFPA, a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a qual será abordada no decorrer desse trabalho.

Com relação à UFPA, a atividade de inteligência se limita a utilização do sistema de alarme e monitoramento para resolução e prevenção de atos criminosos, não apresentando um sistema formal de inteligência propriamente dito. Já na UFPE o Grupo Tático Operacional - GTO é o responsável pelas atividades de inteligência. Esse grupo especial formado por agentes de segurança da própria instituição realiza ações de segurança preventiva como policiamento ostensivo e abordagens à suspeitos, mantendo um banco de dados de indivíduos abordados que cometem delitos na região (NASCIMENTO, 2006).

Na UFRJ a inteligência está vinculada ao uso de um sistema que foi desenvolvido na própria instituição pelo Laboratório de Inteligência Computacional – LabIC, denominado KAPTA, sendo esse um sistema de reconhecimento automático de placas de veículos. Nesse caso, um veículo previamente identificado na prática de delitos pode ser cadastrado e sempre que acessar o campus será feita notificação à equipe de segurança quanto à presença do mesmo no interior do campus (NASCIMENTO, 2006).

Como visto, a atividade de Inteligência na área de segurança pública busca aumentar a resolução de atos criminosos praticados, mas, sobretudo, prevenir essas ações que permeiam a sociedade. Todavia, essa atividade deve se submeter a um controle estatal, respeitando a Constituição e os direitos individuais, controle esse que é feito por meio de vasta legislação específica que estabelece normas para a atividade.

2.1.8 Legislação na área de inteligência

A legislação referente a atividade de Inteligência é vasta e ao longo do tempo tem sofrido constantes modificações. Assim sendo, os profissionais que atuam nessa atividade devem conhecer e estar sempre atentos às mudanças que acontecem com as mesmas. Para Simões Filho (2011) cada órgão ou agência de Inteligência de Segurança Pública deve destacar uma seção ou grupo de pessoas para tratar especificamente desse importante assunto.

Passa-se a apresentar algumas Leis e Decretos específicos da atividade de Inteligência, levantados por Simões Filho (2011):

Quadro 2: Leis e Decretos específicos da atividade de inteligência.

LEI /DECRETO	DATA	ORDENAMENTO
Lei nº 7.565	19/12/1986	Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.
Lei nº 8.027	12/04/1990	Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências.
Decreto nº 1.171	22/06/1994	Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
Lei nº 9.017	30/03/1995	Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como altera dispositivos da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, o qual dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento de empresas particulares que explorem serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.
Lei nº 9.034	03/05/1995	Dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.
Lei nº 9.437	20/02/1997	Institui o Sistema Nacional de Armas – SINARM –, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências.

LEI /DECRETO	DATA	ORDENAMENTO
Lei nº 9.613	03/03/1998	Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF –, e dá outras providências.
Lei nº 9.614	05/03/1998	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave.
Lei nº 9.883	07/12/1999	Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – Abin –, e dá outras providências.
Decreto nº 3.505	13/06/2000	Institui a Política de Segurança da Informação nos órgão e entidades da Administração Pública Federal.
Decreto nº 3.695	21/12/2000	Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências.
Lei nº 10.217	11/04/2001	Altera o art. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas.

LEI /DECRETO	DATA	ORDENAMENTO
Decreto nº 4.376	13/09/2002	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência e dá outras providências.
Decreto nº 4.553	27/12/2002	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.
Decreto nº 4.693	08/05/2003	Aprova a Estrutura e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e das Gratificações de Representação da Agência Brasileira de Inteligência – Abin –, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e dá outras providências. (Revogado pelo Decreto nº 5.609, de 09 de dezembro de 2005).
Lei nº 10.701	09/07/2003	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf –, e dá outras providências.

LEI /DECRETO	DATA	ORDENAMENTO
Decreto nº 4.872	06/11/2003	Dá nova redação aos arts. 4º, 8º e 9º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.
Decreto nº 5.301	09/12/2004	O decreto regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e dá outras providências.
Decreto nº 5.388	07/03/2005	Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência (Revogado pelo Decreto nº 6.540, de 19 de agosto de 2008).
Decreto nº 5.525	25/08/2005	Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência (Revogado pelo Decreto nº 6.540, de 19 de agosto de 2008).

LEI /DECRETO	DATA	ORDENAMENTO
Decreto nº 5.609	09/12/2005	Aprova a Estrutura e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e das Gratificações de Representação da Agência Brasileira de Inteligência – Abin –, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e dá outras providências (Revogado pelo Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008).
Decreto nº 6.408	24/03/2008	Aprova a Estrutura e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e das Gratificações de Representação da Agência Brasileira de Inteligência – Abin –, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Decreto nº 6.540	19/08/2008	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999.

LEI/DECRETO	DATA	ORDENAMENTO
Lei nº 12.527	18/11/2011	Regulamentada pelo Decreto 7.724/2012, de 16/05/2012, trás o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

Fonte: Simões Filho (2011). Quadro elaborado pelo autor (2016).

A legislação que trata da área de inteligência tem fundamental importância para os profissionais que executam essa atividade. O trabalho desenvolvido por esses agentes devem pautar-se com segurança e com respeito à legislação em vigor e ao Estado democrático de Direito em que vivemos, até por que eles estão sujeitos à regras referentes ao sigilo profissional em razão de seu ofício, bem como em razão de seu código de ética específico (SIMÕES FILHO, 2011).

2.2 CRIMINALIDADE

A criminalidade é um mal social e seu crescimento é notório no Brasil e no mundo, motivo pelo qual estão sendo realizadas pesquisas por órgãos governamentais e não governamentais para tentar se entender e resolver esses problemas que atingem as mais diversas classes sociais (PANUCCI, 2004).

2.2.1 Conceitos

O crime, fenômeno sempre presente entre os povos desde o início das civilizações, é o principal responsável pela sensação de insegurança que a sociedade moderna vem sentindo, sobretudo ao longo dos últimos anos (DE PAULA, 2013).

Castro (2004) conceitua a Criminologia como a atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das

normas sociais que estão relacionadas com o comportamento desviante. Nesse sentido, essa ciência analisa os processos de infração e de desvio dessas normas e a reação social formalizada ou não que aquelas infrações ou desvios tenham provocado: o seu processo de criação, a sua forma e conteúdo e os seus efeitos (CASTRO, 2004).

Para Soares (1986), o crime é um fenômeno complexo e seu conceito envolve questões morais, religiosas, econômicas, filosóficas, políticas, históricas, jurídicas, entre outras. Esses aspectos são mutáveis no tempo e no espaço, à medida que são modificados os sistemas políticos e jurídicos dos povos (SOARES, 1986).

Nesse sentido, Soares (1986) entende que criminologia é a ciência causal-explicativa, essencialmente preventiva, a qual visa o oferecimento de estratégias, por meio de modelos operacionais, no intuito de minimizar os fatores estimulantes da criminalidade, ao mesmo tempo em que emprega táticas que podem inibir os fatores da criminalidade.

O mesmo autor define criminalidade como, em sentido estrito, a qualidade inerente a determinada ação ou omissão anti-social. Em outras palavras, atos de natureza delituosa. Em sentido lato, Soares (1986) define criminalidade com um fenômeno antissocial, o qual abrange um conjunto de delitos, em suas diversas modalidades, durante certa época, em cada região ou país.

Na visão filosófica de Marx, citado por Soares (1986), o crime tem uma função útil no contexto social – o que não deixa de ser verdade –, onde parte da população é tirada do mercado de trabalho, reduzindo a competição entre os trabalhadores. Por outro lado, a luta contra o crime absorve outra parte dessa população, o que faz com que o criminoso seja um *contrapeso* natural que causa um balanço correto, abrindo perspectivas de ocupações úteis (SOARES, 1986).

Durkheim (2004) segue a mesma linha de reflexão marxista, entendendo que o crime tem utilidade e é necessário, pois está ligado às condições fundamentais de qualquer vida social. Como ilustração, Durkheim (2004) cita o exemplo de Sócrates, argumentando que o mesmo:

... era um criminoso, e sua condenação nada tinha de injusto. Contudo, o seu crime, a saber, a independência do seu pensamento, era útil não só à humanidade, mas também à sua pátria: servia para preparar uma moral e uma fé novas de que atenienses necessitavam naquele momento, porque as tradições de que tinham vivido até então já não estavam em harmonia com as suas condições de existência (DURKHEIN, 2004, p. 86-87).

Durkheim (2004) ainda completa que não há sociedade em que não haja criminalidade ou que seja isenta dela. Ela muda de forma, os atos qualificados como crime não são os mesmos em todo lado, mas em toda parte existiram e existem pessoas que se conduzem de forma a incorrer em atos criminosos (DURKHEIN, 2004).

Para Panucci (2004) o crime é uma conduta de ação ou omissão contrária ao Direito, à qual é atribuída uma pena na forma da Lei. A mesma autora ainda completa que o conceito de crime deve ser dividido em *formal* e *material*, sendo que o primeiro caracteriza-se pela relação de contrariedade entre a conduta e a pena, enquanto o segundo designa os elementos constitutivos do fato delituoso (PANUCCI, 2004).

Sá e Shecaira et al (2008) entendem que a criminalidade e o criminoso são o objeto da criminologia, a qual busca compreender os mecanismos que levam o indivíduo a descumprir a lei, no intuito de vislumbrar algo que traga explicação e previsibilidade da ação criminosa (SÁ e SHECAIRA et al, 2008).

Shecaira (2004) define que o estudo da criminalidade reúne informações válidas e confiáveis sobre o problema criminal, baseado em um método empírico de análise e observação da realidade. Todavia, não traz uma forma absoluta, concludente e definitiva, pois trata-se de uma ciência humana e que apresenta um conhecimento parcial, provisório e fluido, adaptável à realidade e suscetível à evoluções históricas e sociais (SHECAIRA, 2004).

Tangerino (2007) ensina que crime é um problema social e comunitário, sendo caracterizado pelos componentes que seguem:

Incidência massiva da população; que a incidência desse problema seja dolorosa e aflitiva; que haja uma determinada persistência espaço-temporal do

problema em tese e que, finalmente, não haja um inequívoco consenso a respeito de sua etiologia, bem como de eficazes técnicas de intervenção do mesmo (TANGERINO, 2007, p. 35).

Kolker (2004 *apud* SANTOS e RUSCHE, 2011), ensina que criminalidade é um fenômeno complexo e multideterminado que carece de um diálogo entre saberes distintos como a Psicologia, a Pedagogia e o Direito.

2.2.2 Modelos de combate e prevenção ao crime

O conflito entre os seres, que hoje causa danos materiais e físicos, os quais conhecemos por crime, sempre existiu ao longo das civilizações no âmbito pessoal, social ou entre povos. Assim sendo, é permanente a necessidade de se buscar meios de contê-los, seja sob o aspecto da mediação ou do controle. Os povos antigos viveram momentos de migração, lutas e disputas que exigiam condutas de controle sobre os indivíduos na busca de uma convivência pacífica (DE PAULA, 2011).

A questão das diferenças e desigualdades sociais aparece entre as principais razões desses conflitos. Com o advento do capitalismo e da globalização, esses fatores só se agravaram. Essas mudanças fundamentais na sociedade seja na cultura, religião, economia ou na vida política, criaram novos padrões de relacionamento, os quais não conseguiram reverter o processo de exclusão e de conflitos (DE PAULA, 2011). Ao contrário disso, só os aumentaram.

Ao longo dos séculos, as formas de combate aos conflitos próprios da convivência humana pouco evoluíram, sendo que ainda se mostram focadas na repressão, quando deveria ser fundamentada na prevenção (DE PAULA, 2011). A sociedade moderna sofre com o crescente aumento dos conflitos e com a sensação de insegurança, onde a violência se mostra de forma nunca antes vista, mostrando serem urgentes e necessárias novas formas de combate à criminalidade tanto por parte do Estado, como pela própria sociedade.

Cabe aqui entendermos que violência e criminalidade não são sinônimos. Segundo o Portal Educação (2012), criminalidade é o conjunto de infrações que são produzidas em um tempo e lugar determinados, sendo assim, o conjunto dos crimes. Dessa forma, existe grande diferença entre violência e criminalidade, pois existem crimes que não são cometidos com violência física, como estelionato e furto,

enquanto existem atos violentos que não constituem crime como os ocorridos em esportes como Box e UFC. Por outro lado, o crime e a violência estão relacionados, pois mesmo que não haja violência física em alguns crimes, estes provocam violentas reações psicológicas e morais nas vítimas (PORTAL EDUCAÇÃO, 2012).

Nesse sentido, de Paula (2011) afirma que uma das principais causas da insegurança em nosso país se mostra na fragilidade das ações e da notória falta de políticas públicas de segurança por parte da estrutura estatal, a qual ainda volta-se quase que exclusivamente à repressão. Assim sendo, as estruturas de segurança pública do Estado são as responsáveis pelas intervenções imediatas nos problemas relacionados à criminalidade, quando a solução deveria estar num conjunto de ações envolvendo outros setores públicos e da própria sociedade, sob uma ótica de ação integrada.

Na contramão desse entendimento, o modelo estatal brasileiro de combate à criminalidade ainda está vinculado à concepção dogmática do paradigma *positivista*, onde se vislumbra na prisão a principal forma de combater os atos violentos e tipificados como crimes (DE PAULA, 2011), o que demonstra que falta ao Estado brasileiro políticas públicas multidisciplinares que enfatizem, sobretudo, medidas preventivas de forma a não ser necessário o desgaste da repressão como forma de combate.

Importante salientar que a partir da concepção positivista defendida por Cesare Lombroso, surgem outras correntes criminológicas chamadas de Escolas Penais, as quais buscaram analisar os fundamentos do sistema penal, como forma de ampliar o conhecimento acerca da criminalidade e de suas teorias (DE PAULA, 2011).

Nesse contexto, a escola *clássica* surge como a primeira dessas escolas, durante o movimento iluminista, a qual defendia a ideia da humanização da pena, tendo o Jurista e Economista italiano Cesare Beccaria como seu expoente maior (DE PAULA, 2011).

Outra vertente da criminologia é conhecida como escola *positiva*, a qual herda fundamentos da escola *positivista*, mas agrega o método indutivo de observação dos fatos, substituindo o método dedutivo e de lógica abstrata, base conceitual da escola clássica. Os seguidores dessa escola defendiam a teoria de prevenção, atribuindo à pena um fim prático e imediato (DE PAULA, 2011).

Uma terceira vertente refere-se à escola *Técnico Jurídica*, cuja preocupação central era estabelecer bases metodológicas e práticas na construção de uma ciência penal fundamentalmente jurídica, de forma a

delimitar seu objeto, especificar seu método, tarefas e funções (DE PAULA, 2011).

Independente de paradigmas, os conflitos sociais e os castigos como forma de punição e controle mostram-se inerente a existência humana, como podemos verificar nos próprios textos bíblicos: “...Quem ferir o outro de forma que esse morra, também será morto; Se alguém ferir com vara seu escravo ou sua escrava, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido...” (BÍBLIA, Êxodo).

Não obstante, a pena advinda da aplicação da lei penal pelo Estado é fruto da modernidade e de uma construção social advinda da consolidação do Estado-Nação (DE PAULA, 2011). Na contramão da aplicação da lei, temos um sistema penal brasileiro que, notadamente falido – se é que algum dia funcionou –, não ressocializa o interno (DE PAULA, 2011). Os poucos que saem de lá com uma nova visão de sociedade, parecem estar alicerçados em características e vontades próprias ou por se apegarem à religião.

Nossas prisões ainda carregam a herança positivista, fundamentada no castigo contra o crime (DE PAULA, 2011). O Estado ausente não investe no sistema penal, tão pouco em políticas públicas de ressocialização e reinserção dos detentos na sociedade, deixando espaço para o surgimento das facções criminosas que procuram preencher as lacunas deixadas pelo Estado. As condições a que estão submetidos os segregados são sub-humanas, não aceitas em um Estado democrático de Direito (DE PAULA, 2011). O indivíduo lá é posto por cometer um delito e sai “formado” para cometer crimes muito piores, pois não existem setores no âmbito do sistema penal distintos por crime, estando o detento que cometeu um furto, ao lado de homicidas e traficantes de drogas (DE PAULA, 2011).

Nesse sentido, de Paula (2011) enfatiza que o sistema penitenciário brasileiro compõe-se de prisões corrompidas, insalubres e superlotadas, evidentemente impróprias para a vida humana e completa afirmando que “partindo do princípio de que o sistema penitenciário é considerado um processo de ressocialização, o que se percebe é uma afronta direta aos direitos humanos e à legislação que regula a execução das penas no Brasil” (DE PAULA, 2011, p. 51).

Para Baltazar, Stocki e Kafrouni (2011), a crise existente hoje no sistema de justiça criminal no Brasil é a evidência de que o Estado possui inabilidade em controlar a violência no âmbito do Estado Democrático de Direito. Assim sendo, o que se presencia é um aumento da criminalidade e uma mudança nas suas características, manifesto pela audácia no resgate de presos, motins e rebeliões em penitenciárias e

determinados pontos em centros urbanos onde a lei do tráfico fala mais alto que a Lei do Estado (BALTAZAR; STOCKI; KAFROUNI, 2011).

Ainda segundo Baltazar, Stocki e Kafrouni (2011), o Brasil é uma democracia sem cidadania, onde contemplamos uma sociedade fundamentada na exclusão. Os efeitos da globalização e das crises econômicas separam a sociedade no lado pobre e no lado rico, como se em razão disso não pudessem ser misturados (BALTAZAR; STOCKI; KAFROUNI, 2011).

Nesse sentido, Pinheiro (1997 *apud* BALTAZAR; STOCKI; KAFROUNI, 2011), cita que a ideia que têm as classes elitizadas de que os mais pobres oferecem perigo acaba sendo sustentada pelo sistema judiciário, o qual acaba condenando e punindo os crimes cometidos por indivíduos advindos de classes menos favorecidas enquanto crimes praticados por membros da elite acabam na impunidade.

Nesse ambiente de criminalidade crescente, a reação da sociedade e do Estado contra os atos considerados “crimes” tem sido a punição pelo encarceramento. Entretanto, esse modelo de resposta aos conflitos sociais cada vez mais se mostra saturado e inadequado, na medida em que não tem sido eficaz na promoção da pacificação social e de ressocialização dos segregados.

Na mesma linha de pensamento, de Paula (2013) enfatiza que:

[...] Na mesma velocidade que a sociedade evolui, a criminalidade avança sobre todos os segmentos e camadas da população. Em contrapartida, as ações de prevenção e combate não seguem no mesmo ritmo. Prender o criminoso, julgá-lo e puni-lo significa, apenas, atacar parte de um problema que se agrava e cujas características se diferenciam muito daquelas dos anos 70, quando o Brasil possuía 70 milhões de habitantes (DE PAULA, 2013, p. 13).

A crise do sistema penitenciário brasileiro vem sendo agravada pela reação à criminalidade, pois não se previne, mas sim “reage-se”, num ciclo incessante de reprodução da violência, da criminalidade e dos processos de criminalização (DE PAULA, 2013).

Nascimento (2006) argumenta nesse sentido quando menciona que a polícia brasileira atua quase que sempre após o cometimento do crime, quando uma vida já foi ceifada ou quando um crime já foi cometido, como roubo ou furto. Assim sendo, os órgãos de segurança chegam após o indivíduo chegar, cometer o crime e se evadir do local (NASCIMENTO, 2006).

Nesse sentido, o caminho mais curto para a reversão dessa situação parece ser a prevenção num sentido mais amplo possível. Prevenção de ordem policial e, sobretudo, Estatal como um todo, além de social. Políticas públicas no intuito de melhorar a situação de saúde, educação, trabalho, moradia e lazer para todos os níveis sociais. O crime é inerente às sociedades e, para alguns desses criminosos, não haverá alternativa senão a prisão. No entanto, mesmo para esses “incorrigíveis” seres, o ambiente de segregação tem que ser adequado, de forma que se respeite a sua condição de ser humano e que, de fato, busque torná-lo apto ao convívio social.

Para Nascimento (2006), se consagrou no Brasil que segurança pública é atividade restrita à atividade policial. Para o autor, as pessoas enxergam a segurança pública como dever do Estado de proteger a sociedade dos riscos aos quais os indivíduos estão expostos, perpassando pelas atividades dos órgãos policiais, do Ministério Público, da Justiça até chegar ao sistema penal. No entanto, completa que as ações de segurança pública devem estar somadas às políticas públicas que possam influenciar a redução dos riscos no âmbito social, equacionar situações de conflitos, fortalecer a cidadania e conduzir à paz social.

Corroborando com esse entendimento, de Paula (2013) argumenta que:

Muito se fala sobre políticas de repressão à criminalidade violenta, entre as quais o aumento da maioria penal, penas mais severas, sistemas prisionais mais rígidos, entre outros. Contudo, para o eficaz enfrentamento da criminalidade violenta, há de se ter consciência de que o problema é multidisciplinar, de responsabilidade profissional de muitos e responsabilidade social

de todos, eis que os fatores do crime são muitos e de variada etiologia (DE PAULA, 2013, p. 9).

No mundo policial, mesmo que se necessite do caráter repressivo como último meio de correção social, este deve ser pautado dentro dos limites da dignidade humana e respeito aos direitos constitucionais (DE PAULA, 2013). Assim sendo, ações truculentas onde após o indivíduo detido e algemado, este é espancado e agredido física e moralmente não deveriam encontrar mais espaço em nossa sociedade.

De Paula (2013) disserta nesse viés quando fala acerca da atividade de inteligência na busca e produção do conhecimento e informação, argumentando que não se justifica a sua busca se ela for adquirida:

[...] violando-se garantias constitucionalmente asseguradas em nome de uma pseudo proteção social. Se, até bem pouco tempo, toleravam-se abusos nas atividades de inteligência, as novas bases dessa atividade exigem cautela e observância das normas legais. Cada vez mais o caráter emblemático e oculto dessa atividade vai perdendo sustentação numa sociedade que se pretende livre, justa e democrática” (DE PAULA, 2013, p. 44).

Entretanto, de Paula (2011) nos ensina que em muitas vezes as forças policiais não encontram alternativas senão fazer uso da força eminentemente repressiva, como em casos de inevitáveis enfrentamentos diretos com troca de tiros e contato físico, situações em que não cabe a tentativa de mediação em razão do risco de perigo eminente. Contudo, o autor enfatiza que um eficiente serviço de inteligência poderia minimizar a necessidade e a possibilidade desse tipo de enfrentamento.

Soares et al (1996) também enfatiza essa questão quando cita que o combate à criminalidade não está, necessariamente, na incursão policial em favelas como se essas fossem nações inimigas a serem ocupadas, pondo em risco a vida e os direitos de pessoas que não têm envolvimento com o crime. O desarmamento de grupos criminosos que lá agem exige uma atuação de inteligência e atuação policial

estrategicamente orientada, enfatizando que existem exemplos internacionais que denotam a importância e a eficiência de um policiamento inteligente (SOARES et al, 1996).

Podemos aqui então entender que a noção de polícia comunitária, de aproximação do Estado com o indivíduo, pode servir, inclusive, de meio de ressocialização, uma vez que o indivíduo que foi preso pelo agente público o encontra na rua e lhe cumprimenta, chamando-lhe pelo nome, sabendo que embora ele o tenha prendido, o fez por se tratar de seu dever, mas que foi feita de maneira a respeitar os seus direitos e sua dignidade, mesmo que o indivíduo tenha cometido um crime.

Como espectadora nesse contexto de combate e prevenção das ações criminosas pelo Estado, a sociedade brasileira, sobretudo nos grandes centros urbanos, foi exposta a um crescimento expressivo das taxas de criminalidade ao longo das décadas de 80 e 90 (DE PAULA, 2011). Em contrapartida, a elaboração e implementação de políticas públicas de contenção da criminalidade constituem temas recentes na nossa sociedade, sendo que as intervenções públicas nesta área acabam sendo sempre pautadas pela improvisação e pela postura meramente reativa (DE PAULA, 2011).

As instabilidades políticas e sociais em nosso país vêm afetando as Instituições responsáveis pela ordem pública no Brasil, de sorte que acabam gerando uma crescente incapacidade do Estado em reduzir os índices criminais e ampliar a segurança pública em um contexto geral.

É evidente a necessidade de políticas públicas, planos e programas para a área da segurança. Isso fica claro quando se percebe a carência de medidas concretas, a desorganização dos órgãos de justiça criminal, o crime “organizado” em escala crescente a nível nacional e internacional e, conseqüentemente, a explosão da violência no país (DE PAULA, 2011).

Cabe aqui mencionar que a expressão *crime organizado* tem origem norte americana, tratando-se de uma multiplicidade de ações delituosas, diversificadas em diversos campos criminosos como o tráfico de drogas, de mulheres, crianças, órgãos humanos, bem como jogatina, roubos, corrupção e uma série de outros atos (SOARES, 1986).

Nesse sentido, Soares (1986) pondera que o crime organizado pressupõe a noção elementar de associação de pessoas com intuídos criminosos, o que ela chama de *animus delinquendi*, por meio de

diversas formas delituosas, cujo objetivo principal é a obtenção de lucro patrimonial, o qual mantém e fortalece a organização criminosa.

Estes fatores, aliados a impunidade, têm levado o Brasil a um crescente nível de insegurança, deixando a sociedade à mercê dos atos violentos de facções criminosas, atos estes que se tornam rotineiros nas cidades brasileiras, o que se reflete também no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior.

Segundo Soares (1986), a violência contemporânea, sobretudo a criminalidade envolvendo violência contra o patrimônio, se mostra como uma forma de resposta ou contestação à desenfreada exploração econômica, corrupção e impunidade, tanto no âmbito administrativo como no político e social. Para esse autor, o Estado vem se mostrando ao longo dos tempos voltado a proteger os interesses de minorias como grandes proprietários rurais, banqueiros, capitalistas em geral e os políticos tradicionais, colocando o aparato estatal a serviço deles (SOARES, 1986).

Num contexto de enfrentamento da questão da violência social e se tratando de combate e prevenção da criminalidade, alguns autores como Tangerino (2007), Neto (2005) e Shecaira (2004) trazem como exemplo a ser seguido os preceitos da escola de Chicago, pensamento iniciado na universidade de Chicago, conhecido como a teoria da ecologia criminal ou da desorganização social (SHECAIRA, 2004).

O programa da teoria ecológica, segundo Tangerino (2007), fundamenta-se no sentido de se abandonar a tradicional pesquisa de gabinete, priorizando as idas a campo. O segundo aspecto é de não se aceitar concepções etiológicas ou deterministas do fenômeno criminal. Em terceiro lugar, a teoria cria um método de análise focado em pequenas unidades de área, ou seja, a comunidade. O quarto aspecto fundamenta-se em concentrar esforços na prevenção, partindo-se da comunidade, considerando suas potencialidades. Dessa forma, são abandonados os modelos repressivos abrindo-se espaço acadêmico e teórico para se pensar a prevenção do crime fundamentado em suas causas, utilizando instrumentos que preservem e valorizem a dignidade humana. Assim sendo, a teoria ecológica prioriza a ação preventiva e minimiza a ação repressiva (TANGERINO, 2007).

Para Shecaira (2004), a escola de Chicago tem uma perspectiva transdisciplinar, a qual discute múltiplos aspectos da vida humana, aspectos esses que se relacionam com a vida da cidade. Para esse autor, a ideia central da teoria ecológica é que a cidade não é somente um amontoado de pessoas individuais e de convenções sociais originadas do agrupamento humano, não se tratando somente de ruas, parques, etc. Ao

invés disso, a cidade deixa de ser vista como um mero mecanismo físico ou construção artificial, mas estando envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõe (SHECAIRA, 2004).

Neto (2005) trás um pensamento semelhante quando apresenta o que ele chama de nova prevenção. Para o autor as inovações das políticas de controle e prevenção do delito devem ser compreendidas à luz dos processos de reorganização das competências estatais, que se tornam mais acessíveis à interação com instituições do setor privado e do setor público não governamental. Assim sendo, o envolvimento de instituições diversas, bem como o olhar e a experiência de diversas ciências e culturas, favorecem a construção de um modelo explicativo que abrange aspectos diversos do conhecido código binário pena-crime, resultando em maiores possibilidades de construção e enfrentamento dos problemas (NETO, 2005).

O tratamento e a prevenção da criminalidade, para obterem sucesso, carecem de programas amplos envolvendo recursos humanos da comunidade, concentrando esforços dos cidadãos acerca das forças construtivas da sociedade (SHECAIRA, 2004). Em outras palavras, cabe às instituições locais, grupos, igrejas, escolas e associações de bairro empregar esforços no intuito de reconstruir a solidariedade social, aproximando a comunidade no controle e prevenção da criminalidade (SHECAIRA, 2004).

Nesse sentido, os autores acima citados trazem como fundamental os preceitos da escola de Chicago como exemplo para o combate e, sobretudo, a prevenção da criminalidade, preceitos esses que se alicerçam no reestabelecimento e na ampliação do controle social informal, minimizando a aplicação do controle social formal, controles esses que serão compreendidos na seção seguinte.

2.2.3 Estudos acerca da criminalidade

O estudo da criminalidade, conhecido como criminologia, passa a ser considerada ciência a partir do século XVIII com a obra de Cesare Lombroso, intitulada “O homem delinquente”. Embora criticada por sua visão positivista, onde o autor entende o indivíduo delinquente como uma “variedade de loucos”, sem uma análise do contexto na busca dos motivos do fato, sua obra é considerada um marco histórico no estudo da criminalidade.

Cabe aqui mencionar que, segundo Soares (1986), *delinquente* é o agente ou sujeito ativo da infração penal, ou seja, do crime praticado, guardadas as proporções de tempo e espaço, uma vez que o conceito de

crime varia em cada época e sociedade, sendo ele o segundo dentre os três elementos que constituem o objeto de estudo das ciências penais, quais sejam, o crime, o delinquente e a pena.

Panucci (2004) define delinquente sob o ponto de vista sociológico como sendo:

[...] todos aqueles que se permitem transgredir as regras e tabus aceitos por uma grande proporção da população, e que correspondem aos hábitos e costumes desta. Ora, estes costumes diferem segundo as sociedades e variam ao longo dos anos num mesmo país. Também, se tende a admitir que a delinquência seja um modo de inadaptação social num país em uma dada época. É preciso levar-se em consideração, entretanto, que nem todos os inadaptados são delinquentes e que algumas inaptações podem corresponder a formas patológicas de comportamento ou corresponder, de um ponto de vista psicológico, a uma forma passiva, não dinâmica de adaptação (PANUCCI, 2004, p. 17).

Voltando às ideias de Lombroso (2007), este autor entendia que as causas do crime eram identificadas no próprio criminoso e não em uma análise multidisciplinar no contexto das causas, cuja pena a ele atribuída servia de instrumento de defesa social. Em sua obra, Lombroso (2007) defende a teoria de hereditariedade no ato do crime. Em outras palavras, ele acreditava que anomalias físicas estariam diretamente ligadas a propulsão para a prática criminosa (DE PAULA, 2011).

Lombroso (2007) acredita que o indivíduo criminoso não o é em razão das circunstâncias sociais e educacionais desfavoráveis às quais está submetido, mas sofre por uma tendência hereditária para o mal e, assim sendo, seria vítima do que o autor entende como uma doença: a delinquência (LOMBROSO, 2007).

Dessa maneira, embora avançada para sua época, sua visão é considerada inadequada para os dias atuais face às características positivistas do paradigma “etiológico”, considerado o primeiro da história da criminologia, o qual via o crime no próprio homem e não num conjunto de fenômenos de natureza social, viés esse seguido por correntes do pensamento científico a partir de sua obra.

Nesse sentido, a partir da obra de Cesare Lombroso, alguns autores como Shecaria (2004) e Tangerino (2007) passaram a

desconstruir essa visão fundamentada no paradigma etiológico, vindo a avaliar o processo de criminalização como fonte do crime. Por meio de interpretação da criminologia, fundamentados em análises multidisciplinares onde as razões do crime são tidas como um conjunto de fatores sociais que se baseiam em uma prática de desigualdade material e de marginalidade econômica, sustentadas pela divisão e exploração de classes, desenvolveu-se o que hoje chamamos de criminologia crítica. A criminologia crítica busca fazer com que se perceba que o modelo hoje existente de combate à criminalidade, bem como a inflação jurídico penal só conseguem agravar os problemas sociais, vindo a apontar novos rumos que buscam ir ao encontro da paz social (DE PAULA, 2011).

Para Baltazar, Stocki e Kafrouni (2011), as causas da criminalidade baseiam-se em duas teorias opostas. A primeira entende a violência e a criminalidade como fatores ligados, substancialmente, às questões sociais como falta de recursos financeiros, privação de oportunidades, desigualdades sociais e marginalização, os quais seriam determinantes para a ação criminosa. Por outro lado, o autor considera uma segunda teoria que acredita que o indivíduo comete o crime objetivando atacar o consenso moral e normativo da sociedade. Dessa forma, o crime seria o produto da prática criminosa de determinado indivíduo, carecendo assim de punição para se restabelecer os principais valores sociais (BALTAZAR; STOCKI; KAFROUNI, 2011).

Já para Pino, (2007 *Apud* BALTAZAR, STOCKI e KAFROUNI, 2011, p. 112):

[...] a violência é um tema complexo e exige uma análise aprofundada que contemple os fatores sociais, econômico e político. A violência que está presente no Brasil não veio do nada, e embora sua causa seja vista sob um enfoque emocional ou moralista por muitos, a causa do aumento da violência e da criminalidade está ligada a nossa história social e econômica, embora ainda sejam ignoradas.

No contexto de criminalidade, de Paula (2011) entende que a noção de delito e pena está vinculada historicamente a necessidade de

ordem e controle de conflitos. Sob essa base, surge a criminologia e o estudo da criminalidade, concomitante ao aparecimento do poder punitivo (DE PAULA, 2011).

Soares (1986) conceitua a repressão penal como sendo:

A ideia de ação ou efeito de reprimir, coibir, proibir por meios policiais ou judiciais a prática de determinados atos, considerados ilícitos penais, através duma reação, exercida de fato em nome do Direito, considerada *reação social* contra as ações antissociais, ou seja, o crime (SOARES, 1986, p. 280).

Ainda segundo Soares (1986), o Estado passou a constituir uma atividade estatal de proteção penal contra o crime, impondo a mais grave sanção: a pena, a qual pode ser de natureza pecuniária, corporal – privativa de liberdade, flagelo e amputação de membro, pena essa que ainda ocorre em situações restritas como no Irã, e de morte – bem como restritivas de direito.

Cabe aqui mencionar que no universo do poder paralelo que existe no âmbito das facções criminosas no Brasil, sobretudo nos grandes centros, essas práticas penais radicais como a amputação de membros e até de morte existem, mesmo não tendo previsão legal dentro do Estado Democrático de Direito brasileiro, evidenciando uma justiça paralela do crime em contraposição ao Estado (O DIA, 2014).

Em nome da soberania, segundo de Paula (2011), as relações sociais são alteradas em razão das relações entre domínio e poder. Temendo que esses conflitos comprometessem a autoridade estatal, eles passam a preocupar o Estado por volta do século XII. Assim sendo, os poderes públicos passaram a definir quais condutas eram consideradas reprováveis e proibidas. Nesse sentido, o Estado passou a adotar formas de verificação com o objetivo de apurar a culpabilidade do indivíduo, o que conhecemos por inquérito (DE PAULA, 2011).

Ao longo dos tempos, a forma de inquérito sofreu mudanças, como o fato de em muitos casos, na questão da dúvida quanto à culpa do indivíduo, esta ser submetida à divindade. Nesse sentido, de Paula (2011) cita o exemplo de se mergulhar o braço do acusado em água

fervente ou obrigá-lo a carregar ferro em brasa. Se o indivíduo ficasse rapidamente curado, seria considerado inocente.

Esse vínculo com a igreja foi quebrado nos séculos seguintes, gerando mudanças no sistema penal, conferindo-lhe caráter Estatal, de forma a viabilizar a resolução dos conflitos de maneira mais humana (DE PAULA, 2011).

Assim sendo, as novas criminologias, sobretudo a crítica, visam preencher as lacunas deixadas pela criminologia tradicional, buscando bases epistemológicas de caráter interdisciplinar e distintas (DE PAULA, 2011).

O estudo da criminalidade pela ótica crítica permite um nível de análise que questiona a legitimidade do modelo sociopunitivo atual, levando a perceber a presente insegurança jurídica em que se vive (DE PAULA, 2011). Em outras palavras, com o entendimento da real dimensão da violência e da criminalidade, assim chamados *processos de criminalização*, é possível se ter uma real percepção do problema que afeta o meio social como um todo, onde as antigas práticas deixam de fazer sentido.

Assim sendo, são muitas as ações necessárias para que se potencialize o compromisso com a cidadania na área de segurança pública. Essas ações perpassam por uma renovação das condutas e pelo realinhamento de estratégias no âmbito da segurança, permitindo uma adequação aos novos saberes e tecnologias, bem como um melhor preparo para atuação sob a ótica de um regime democrático (DE PAULA, 2011).

Em outras palavras, é uma ação conjunta entre Estado e sociedade organizada no intuito de tornar prioridade a busca e manutenção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, quais sejam, à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como aos direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia e lazer.

Esta confiança e esperança no Estado no poder de tornar o dia a dia da sociedade mais tranquila se espelham nos dizeres de Costa (2011) quando cita que há a necessidade de que as pessoas tenham confiança nas instituições policiais, pois nelas está depositada – ou deveria estar – a capacidade de prevenir uma futura ação criminosa. Nesse sentido, o autor cita que “si la confianza en su capacidad de prevención es baja, la percepción de peligro será elevada” (COSTA, 2011, p. 21).

Sob a ótica da teoria crítica, a escola criminológica de Chicago aparece como tendo central importância para a criminologia moderna, pois se trata da primeira produção de caráter científico que veio a

romper com as concepções etiológicas do delinquente, centrando seus estudos nas circunstâncias sociais que levam os indivíduos a delinquirem (TANGERINO, 2005).

Sá e Shecaira (2008) trazem concepções da escola de Chicago sob a ótica da realidade brasileira, considerando-a muito importante para o Brasil em razão de discutir um fenômeno que ocorreu naquela cidade americana e que ocorre em nosso país até hoje, que é o enfraquecimento do controle social informal frente ao fortalecimento do controle social formal.

Para Sá e Shecaira (2008) o controle social é o conjunto de mecanismos e sanções sociais que buscam submeter o indivíduo a uma determinada conduta desejável, reprimindo, por outro lado, as indesejáveis. Ainda segundo os mesmos autores, o controle social informal é aquele que é fornecido pela própria comunidade por meio da família, de vizinhos, da opinião pública, igrejas, etc. Já quanto ao controle social formal, esse decorre do aparelho repressor do Estado, ou seja, aquele exercido pela polícia, pelo Ministério Público, etc (SÁ e SHECAIRA, 2008).

Sá e Shecaira (2008) ilustram o controle social informal criando uma pequena metáfora, imaginando uma pequena cidade onde existe uma praça central e, próximo a ela, ficam a igreja, a prefeitura, a farmácia, o mercadinho... Todas as pessoas que moram na comunidade se conhecem e sabem de suas casas e rotinas. Assim sendo, as regras dessa comunidade são bem definidas e, quando quebradas, todos tomam conhecimento, como no caso de um morador chegar em casa bêbado ou uma moradora levar seu namorado tarde da noite para o interior de sua casa. Esses ocorridos acabam por não saírem despercebidos pelos demais moradores que acabam comentando o fato. Resumindo, a sociedade se vigia e se controla (SÁ e SHECARIA, 2008).

Sá e Shecaira (2008), em seu estudo intitulado *Criminologia e os problemas da atualidade* argumentam que a situação apresentada acima não se encaixa nas grandes cidades, como o caso de São Paulo. A cidade paulista possui uma imensidão espacial onde a maioria das pessoas não conhece seu vizinho imediato, além do que a opinião alheia não lhe importa. Se o vizinho chega bêbado em casa tarde da noite, desde que não lhe acorde, isso não lhe interessa. Assim sendo, o controle social informal é fraco e ineficiente, de sorte que, uma vez falho, seja necessário o acionamento do controle social formal, significando maiores custos, traumas, burocracia e corrupção (SÁ e SHECAIRA, 2008).

Sob essa ótica, Panucci (2004) argumenta que a acelerada e desordenada urbanização ocorrida no Brasil a partir da década de 50 acabou por criar grandes periferias metropolitanas, atraindo grande migração de jovens de baixa renda, além de sérios problemas de inserção social. A autora completa que essas metrópoles se caracterizam por uma grande desigualdade social, constituindo-se em um dos locais onde mais se concentram a criminalidade violenta. Isso se dá por serem áreas profundamente deterioradas, onde as condições de vida são consideradas muito ruins, com deficiente infraestrutura, além de altos níveis de desorganização social, o que acaba por criar amontoados humanos no entorno das grandes cidades, “sem moradia, sem segurança, sem condições de sobrevivência” (PANUCCI, 2004, p. 19).

Nesse contexto, a escola de Chicago vem trazer uma preocupação com a degeneração do controle informal nas grandes cidades, propondo um estudo ecológico na estrutura das mesmas (SÁ e SHECARIA, 2008). O estudo ecológico visa realizar projetos arquitetônicos em áreas onde se concentram uma maior incidência de delitos, objetivando dar maior visibilidade aos espaços públicos pela comunidade, bem como criar projetos socioculturais de forma a fortalecer os laços sociais comunitários. Dessa forma, se busca reforçar o controle social informal, minimizando a dependência do controle formal (SÁ e SHECARIA, 2008).

Com base nessa concepção da teoria ecológica é que Shecária (2004) critica o posicionamento etiológico de Lombroso, alegando que o referido autor subvalorizou o entorno social como desencadeante e determinante da criminalidade.

O enfraquecimento do controle social informal, segundo Shecaria (2004), se dá pelo problema trazido no crescimento desordenado das cidades. A explosão de crescimento das grandes cidades que, segundo o mesmo autor, se expande em círculos concêntricos do centro para a periferia, cria graves problemas sociais, trabalhistas, familiares, morais e culturais, resumindo-se em situações conflituosas que potencializam a criminalidade. Dessa forma, com a inexistência de um controle social e cultural, surge um meio social desorganizado e suscetível ao crime que se distribui de forma diferenciada pela cidade.

Por fim, Shecaria (2004) traz as principais propostas retiradas da ecologia criminal no objetivo de controle da criminalidade, como segue:

- 1- Investir em mudanças efetivas das condições econômicas e sociais das comunidades, sobretudo, das crianças, ou seja,

alterar o caminho que leva a fornecer condições das ações delinquentes, por meio de uma macro intervenção da comunidade;

- 2- Se o crime é um fenômeno associado à cidade, a reação a ele também o é, por meio da vizinhança como unidade de operação;
- 3- Os projetos devem ser planejados e administrados em áreas delimitadas, criando-se comitês que envolvam entidades representativas da comunidade como igrejas, associações, clubes esportivos e outros;
- 4- Importante buscar o envolvimento dos trabalhadores locais nas ações da comunidade, pois são os que mais conhecem a cidade;
- 5- Criar programas comunitários que busquem intensificar atividades recreativas, escotismo, viagens culturais, excursões, como medida de preenchimento do tempo ocioso das crianças, bem como a intensificação da formação sociocultural;
- 6- Buscar a melhoria das condições sociais da comunidade e, sobretudo, das crianças, buscando eliminar o padrão referencial desviante provido pelas cidades.

Como vimos, a forma como a sociedade se organiza é determinante para o surgimento

ou inibição da criminalidade em seu meio. Nesse sentido, são necessárias algumas ações que buscam fortalecer o controle social informal e diminuir a necessidade de se acionar o Estado, ou o controle formal. Todavia, essa carência de controle da criminalidade ultrapassa o âmbito das comunidades e se espalha pelos mais diversos setores da sociedade, como as instituições universitárias federais.

2.2.4 Criminalidade em organizações universitárias federais

Como já foi mencionado anteriormente, a questão da criminalidade é inerente ao convívio social e está presente em todas as partes e, conseqüentemente, no âmbito das organizações, sejam elas públicas ou privadas, uma vez que estas não são blindadas à ações criminosas.

Nesse contexto, atos criminosos se mostram presentes nessas organizações, sobretudo, na forma dos crimes tipificados como furto e roubo, art. 155 e art. 157 do Código Penal, respectivamente.

Cabe aqui deixar claro a diferença entre esses dois delitos que muitas vezes são confundidos. Santos (2011), com base no Código Penal Brasileiro de 1940, caracteriza o art. 155 como subtrair, para si ou para

outrem, coisa alheia móvel, sendo que o art. 157 é caracterizado por ser o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, *mediante grave ameaça ou violência à pessoa*, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, diferenciando assim os dois crimes, comumente confundidos (SANTOS, 2011).

No que se refere aos crimes ocorridos no âmbito das IFES, estes são da mesma natureza dos que ocorrem no meio social como um todo. Além dos acima tipificados, o ambiente universitário proporciona condições para o cometimento de outras modalidades criminosas como sequestros, estupros, tráfico de drogas, entre outros, mas não existem estudos aprofundados sobre o assunto. Nesse sentido, cabe aqui mencionar os fatos ocorridos na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC entre os anos de 2003 e 2004 – que serão detalhados em momento oportuno – onde uma mulher que cometia furtos no interior do campus, também agia em diversos órgãos públicos tendo, inclusive, agido da mesma forma em outro Estado.

Segundo Cubas et al (2013), a segurança em *campi* universitários é um tema recente na literatura internacional e a maioria dos estudos referem-se às instituições norte-americanas. No Brasil, há informações e discussões na imprensa, *blogs* e fóruns na Internet, além de trabalhos de graduação e de especialização, mas pouco se encontra artigos em periódicos ou estudos sistemáticos.

Santos (2011) ilustra a questão da criminalidade nos ambientes universitários quando mostra o quantitativo de ocorrências registradas no setor de segurança da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no período de 2002 a 2010, onde contabiliza as ocorrências num campus dividido em setores, num total de sete. Somando os registros nos sete setores, o autor apresenta nesse período um número de 196 roubos, 280 furtos e 514 ocorrências envolvendo outros fatos (SANTOS, 2011).

Em comparação, segundo dados do DESEG/UFSC (2011), foram contabilizados 68 roubos no mesmo espaço de tempo, o que denota uma suposta maior sensação de segurança no campus da UFSC em relação ao campus da UFPB, considerando o quantitativo de crimes graves, como é o caso do roubo.

Entretanto, o número de ocorrências registradas por ano nesse mesmo período é superior na UFSC em relação à UFPB, tendo sido registradas 2.265 ocorrências na UFSC contra 1.024 na UFPB. Todavia, a determinante do nível de violência não pode ser baseada somente nesse aspecto. Para isso, ter-se-ia que analisar as ocorrências de forma qualitativa, pois o número de casos não significa, necessariamente, maior ou menor índice de criminalidade, uma vez que pode haver

muitos registros que não refletem, necessariamente, a violência, como casos de perdas e extravios, como podemos identificar em registros de ocorrências no DESEG/UFSC.

Panucci (2004) disserta nesse sentido quando fala sobre o crime, tendo esse, segundo a autora, um conceito amplo, o qual inclui realidades e dinâmicas diversas. A autora segue diferenciando crime violento dos não violentos, denotando que os crimes contra a propriedade e contra a vida caracterizam os crimes do primeiro tipo, enquanto o estelionato, fraudes, dentre outros compõem crimes do segundo tipo (PANUCCI, 2004).

Nascimento (2006) faz uma análise da questão da criminalidade nas IFES considerando a taxa de crimes violentos ocorridos na cidade sede das instituições de ensino em relação ao número de ocorrências registradas no interior dos campi. Nesse sentido, Nascimento (2006) conclui que a UFPE, a qual está situada na cidade de Recife e que, ainda hoje, figura como a mais violenta do país, possui a menor taxa de registros de ocorrências em relação às demais instituições que fizeram parte da pesquisa. Para o autor, isso se deve ao serviço de inteligência da segurança orgânica da UFPE, o qual desenvolve um trabalho focado na prevenção como forma de controle da criminalidade.

Sob essa ótica, Nascimento (2006) cita Pires (2004) o qual define que no que se refere à segurança, nada é 100% garantido, de forma que 90% do combate às questões da violência e da criminalidade estão relacionadas a prevenção, razão pela qual deve-se concentrar esforços nessa etapa. Ainda segundo Nascimento (2006), a abordagem a suspeitos se configura em importante etapa no contexto de prevenção de crimes, uma vez que a identificação inibe a intenção do indivíduo de cometer delitos.

Nesse sentido, a Segurança Universitária Federal, embora exerça funções típicas de polícia, tem uma abordagem diferente dos órgãos policiais constituídos quando se trata da prática criminosa, já que suas atribuições são exercidas no seio do ambiente universitário, onde existe a pluralidade de pensamentos e crenças. Assim sendo, existe notória diferença na forma de agir por parte de seus agentes em relação aos órgãos policiais externos, uma vez que muitos estão trabalhando nos campi há décadas, o que lhes proporcionam uma visão diferente daquele ambiente e da conduta que deve ser adotada quanto às ações preventivas ou mesmo repressivas dentro do âmbito acadêmico. Essa forma diferente de agir, que embora cumpra a Lei, mas o faz de maneira mais próximo à comunidade, sob uma ótica de polícia comunitária, é o principal fator de distinção entre a segurança das IFES e os demais

órgãos de segurança pública, uma vez que ela se assemelha à um modelo de segurança comunitária, mais adequado a esse ambiente.

Todavia, nesse contexto de prevenção e combate à criminalidade, o crime se mostra diariamente presente em todos os cantos do país, acabando por adentrar no âmbito das IFES, tornando a comunidade universitária vítima de diversos atos criminosos como os que podem ser verificados nas matérias veiculadas na mídia, tais como o ocorrido em 16 de Outubro de 2015, onde um homem foi preso em flagrante por agentes da Divisão de Segurança da Universidade Federal do Piauí - UFPI, após tentar assaltar três estudantes que aguardavam o coletivo no interior do campus. Na Universidade federal de Pernambuco – UFPE, uma onda de assaltos, arrastões e estupros assustam a comunidade universitária, sendo que os crimes se intensificaram ao longo do mês de Outubro de 2015 (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2015).

No dia 03 de Outubro de 2015, um indivíduo foi preso após assaltar uma professora no campus da Universidade Federal de Piauí – UFPI. O homem de 40 anos tentou assaltar a professora no estacionamento do Centro de Ciências da Educação. No dia 25 de Agosto de 2015 um homem foi preso por agentes de segurança da Universidade Federal do Acre – UFAC após ter assaltado estudantes no interior do campus (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2015).

No dia 03 de Fevereiro de 2016 é veiculado na mídia que mesmo com reforço da Polícia Militar – PM, assaltos, furtos e estupro são registrados no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2016). Essa onda de atos criminosos como furtos, roubos, estupros e tráfico de drogas vem corroborar com o que vimos até aqui sobre a realidade das IFES brasileiras, mostrando que esses ambientes universitários são tão afetados pela criminalidade como qualquer comunidade que compõe a sociedade brasileira. Um dos motivos, como já foi aqui mencionado, é que os campi não são ilhas blindadas das ações criminosas.

A mídia está repleta de casos de atos criminosos ocorridos no interior das IFES brasileiras. Uma simples busca na internet proporciona uma visão ilustrativa dessa realidade. Os relatos desses fatos e de outros que se mostrarem pertinentes ao logo do desenvolvimento da pesquisa estarão alocados na seção *Anexos* desse trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: estudo de caso, pesquisa bibliográfica, pesquisa aplicada, pesquisa qualitativa e pesquisa descritiva. A pesquisa utilizou instrumento de coleta de dados como pesquisa documental e de dados arquivados, além de conversas informais com agentes do DESEG/UFSC.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho pode ser caracterizado como um estudo de caso, que de acordo com Silva e Menezes (2001, p. 21) “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Neste estudo, busca-se aprofundar o tema de forma a se conhecer o serviço do Departamento de Segurança Institucional da UFSC – DESEG e como ele atua para o bom funcionamento da instituição, focando na atividade de inteligência do Departamento e sua importância na prevenção e no combate à criminalidade, bem como os reflexos dessa atividade nos resultados alcançados pelo Departamento.

Quanto à natureza constitui-se numa pesquisa aplicada, que é aquela que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos (SILVA; MENEZES, 2001).

Optou-se por utilizar a pesquisa aplicada, pois a mesma envolve a realidade e trata os interesses, neste caso, da UFSC, em relação às questões relacionadas à segurança institucional, além de ir ao encontro do propósito do Programa de Mestrado Profissional em Administração Universitária.

Quanto à abordagem, considerando que este estudo trata da realidade da UFSC, foi utilizada a pesquisa qualitativa, que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2002, p. 21-22). Neste caso, envolvendo o trabalho do DESEG/UFSC, especificamente a Seção de Investigação e Inteligência – SII, a qual vivencia as questões de segurança dentro do campus Trindade.

Em relação aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Para Gil (2002) este tipo de pesquisa objetiva principalmente descrever determinada população ou fenômeno ou ainda o

estabelecimento de relações entre as variáveis, como o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Relativamente aos procedimentos técnicos é uma pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e trabalhou com levantamento de dados de ambos os tipos de pesquisa.

O estudo bibliográfico foi aplicado buscando reunir e aprimorar a compreensão sobre o tema, por isso foi construída fundamentação teórica sendo elaborada a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos científicos e materiais disponibilizados na internet, além de documentos e dados do DESEG/UFSC.

3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

É uma pesquisa de campo, com coleta de dados e análise de casos que ocorreu entre Setembro e Novembro de 2016, cujos dados foram avaliados por análise de conteúdo, sendo a variável, os índices de resolutividade de atos criminosos dentro do campus Trindade da UFSC pela Seção de Investigação e Inteligência – SII do DESEG/UFSC.

Como justifica Lakatos (1991):

[...] pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS, 1991, p. 186).

Foram feitas pesquisas nas ocorrências registradas no DESEG/UFSC nos últimos 13 (treze) anos, bem como no banco de dados da Seção de Investigação e Inteligência - SII do DESEG/UFSC. Quanto às ocorrências, essas se tratam de Boletins de Ocorrência – BO que são registrados no DESEG/UFSC, os quais relatam fatos ocorridos nas dependências do campus Trindade ou que se relacionam com as atividades da instituição. Esses Boletins de Ocorrência são registrados com numeração sequencial anualmente e arquivados na forma física e digital na sede do DESEG/UFSC, boletins esses que detalham o fato ocorrido, local, data e hora da ocorrência, além de dados dos envolvidos. Esses casos foram selecionados sob o critério de destaque por serem ocorrências de vulto, ou seja, que preocupam ou chamam a atenção da comunidade universitária por apresentarem maior risco à integridade física das pessoas ou ao patrimônio público e privado ou por serem recorrentes, ou seja, mais comuns, como os casos de *furto*, *furto de*

veículo, furto em veículo, furto de bicicleta e roubo. No que se refere aos dados arquivados na SII, tratam-se de registros de indivíduos abordados em atitude suspeita, por serem conhecidos na prática de crimes ou por terem sido flagrados cometendo algum ato criminoso. Esses dados como nome, endereço, número do documento de identidade – RG, fotografias, características e informações de antecedentes criminais, além de dados de indivíduos que são presos (maiores de idade) ou apreendidos (menores de idade) em flagrante delito no interior do campus pelas equipes do DESEG ou por órgãos policiais, como a Polícia Militar, são arquivados e utilizados na atividade de inteligência para a prevenção e o combate às práticas criminosas. Consta ainda no referido banco de dados, placas de veículos envolvidos em atividades criminosas dentro e fora do campus, informações essas levantadas pela SII/DESEG ou repassadas pelas Polícias Civil e Militar, bem como informações acerca de criminosos que atuam na região na prática de crimes como furtos, roubos e tráfico de drogas. Como instrumento de coleta de dados será aplicado consulta aos referidos dados e ocorrências. Essa análise documental será feita no intuito de constatar a importância da atividade de inteligência do DESEG/UFSC na prevenção, combate e resolução de atos criminosos, na busca de proporcionar à comunidade universitária um serviço de excelência em termos de segurança.

Quadro 3: Quadro de análise

Objetivos específicos (pg.06)	Instrumentos de coleta utilizados	Finalidade do Instrumento
a)	Relatórios; Documentos e dados da SII/DESEG; Boletins de ocorrência registrados no DESEG.	Compreender de que forma a atividade de inteligência influencia na prevenção e no combate à criminalidade e, conseqüentemente, na diminuição desta, à luz do ciclo de inteligência.
b)	Relatórios; Documentos e dados da SII/DESEG, como o banco de dados e fotografias do setor de inteligência do DESEG/UFSC; Boletins de ocorrência registrados no DESEG/UFSC.	Entender como a atividade de inteligência do DESEG pode ser útil na prevenção e combate à criminalidade no campus Trindade, numa perspectiva de prevenção das atividades criminosas; Analisar a relação entre a prisão de autores cometendo determinado delito e a diminuição desse delito subsequentemente.
c)	Relatórios; Documentos e dados da SII/DESEG, como o banco de dados e fotografias do setor de inteligência do DESEG/UFSC; Boletins de ocorrência registrados no DESEG/UFSC.	Conhecer as deficiências da SII/DESEG e tentar apontar soluções que minimizem essas deficiências, buscando maximizar os resultados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.3 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os instrumentos de análise de dados serão aplicados nos documentos anteriormente referidos, os quais englobam os Boletins de Ocorrência e os dados da Seção de Investigação e Inteligência – SII do DESEG/UFSC, sendo que para fins desse trabalho essa análise documental será fundamentada nos autores conforme *quadro 4* apresentado a seguir.

Para Lüdke (2001), “... a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema...” (LÜDKE, 2001, p.38).

Quadro 4: Definição das categorias de análise.

Atividade de Inteligência: É um instrumento que visa buscar, por meios apropriados, dados que são analisados e transformados em um produto ou informação de inteligência, o qual é oferecido ao gestor para a tomada de decisão.	Antunes (2002); Gonçalves (2008); Pereira (2009)
Ciclo de Inteligência: É o processo pelo qual dados são buscados e coletados (orientação), analisados, tratados e transformados em informação ou produto de inteligência (produção), o qual é oferecido ao usuário para uma tomada de decisão (difusão).	Antunes (2002); Gonçalves (2008); Pereira (2009).
Produto de Inteligência: É o resultado do processo do ciclo de inteligência, ou seja, o produto final que é utilizado como subsídio para a tomada de decisão.	Antunes (2002); Gonçalves (2008).
Criminalidade: É um fenômeno antissocial, o qual abrange um conjunto de delitos, em suas diversas modalidades, durante	Shecaira (2004); Soares (1986); Panucci (2004);

<p>certa época, em cada região ou país, o qual envolve questões morais, religiosas, econômicas, filosóficas, políticas, históricas, jurídicas, entre outras (SOARES, 1986).</p> <p>Crime: É uma conduta de ação ou omissão contrária ao Direito, à qual é atribuída uma pena na forma da Lei (PANUCCI, 2004).</p>	De Paula (2011).
<p>Prevenção e combate à criminalidade: São ações de cunho estatal e da própria sociedade que buscam o controle das práticas criminosas visando a paz social.</p>	<p>Baltazar, Stocki e Kafrouni (2011);</p> <p>De Paula (2011);</p> <p>Neto (2005);</p> <p>Shecaira (2004).</p>

Fonte: Autor (2016).

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa limitou-se a análise de fonte documental, tais como vasto referencial teórico na área de inteligência, criminalidade e segurança pública, documentos e dados arquivados na Seção de Investigação e Inteligência – SII do DESEG/UFSC, além de conversas informais com agentes do DESEG/UFSC, sendo que as análises foram realizadas no período entre Setembro e Novembro de 2016.

4 CONTEXTO ORGANIZACIONAL PESQUISADO

Após delimitada a fundamentação teórica, passamos à pesquisa propriamente dita para levantamento de dados que busquem alcançar os objetivos propostos, pesquisa essa feita nos documentos e dados da SII/DESEG/UFSC.

4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A SEGURANÇA DA UFSC

A história da segurança da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC se confunde com a história da própria instituição. A UFSC foi criada inicialmente com o nome “Universidade de Santa Catarina” em Dezembro de 1960, no final do governo Juscelino Kubitschek, a qual contava com 847 alunos e 49 docentes oriundos de faculdades isoladas e tinha como reitor o professor João Davi Ferreira Lima. A denominação de universidade federal veio com a Lei 4.759, de 20 de Agosto de 1965 (NECKEL; KUCHLER, 2010), sendo que seu primeiro prédio no atual campus Trindade era o então chamado *prédio do básico* (foto 1), hoje funcionando como o Centro de Comunicação e Expressão - CCE. Já nessa época, a universidade dispunha de um grupo de pessoas que compunham a chamada “guarda universitária”, a qual era responsável pela segurança das edificações existentes e/ou em construção. Ou seja, era uma segurança meramente patrimonial. Talvez por isso, ainda hoje exista esse entendimento equivocado por parte de alguns usuários quanto às atribuições funcionais da segurança universitária da UFSC.

Foto 1 – Primeiro prédio do campus Trindade da UFSC na década de 60.



Fonte: AGEKOM (196?)

Por falta de base teórica que trate da segurança da UFSC, foram realizadas conversas informais com alguns servidores mais antigos ou aposentados, os quais comentaram que os primeiros seguranças universitários eram contratados por empresas, sem concurso público. Na década de 80 vieram os concursos públicos para preenchimento dos quadros efetivos, formando uma guarda universitária com servidores concursados (Foto 2) sendo que o último concurso foi realizado em Março de 1993, com abertura de poucas vagas, as quais sequer supriram as necessidades que já se mostravam presentes em razão de aposentadorias, óbitos e a própria expansão das Instituições. Para piorar o quadro, logo após esse concurso o próprio governo federal, no final de 1996, deu início ao PDV (Plano de Demissão Voluntária), o qual incentivava a demissão de servidores efetivos, o que acabou por diminuir ainda mais o quadro funcional. Com a redução do quadro da segurança orgânica, a UFSC passou a utilizar o serviço de vigilância terceirizado na tentativa de suprir a necessidade de segurança no interior do campus.

Nos anos que sucederam esses fatos, a segurança passou a ser paulatinamente terceirizada, o que vem criando um sério problema, seja

pela incompatibilidade das atribuições determinada pelas Leis que regem os dois segmentos (Lei 7.102/83 para terceirizados; Lei 11.091/2005 e anexo II do art. 2º do Decreto 5.824/2006 para efetivos), pela diferença salarial que ocasiona constrangimento entre os agentes ou pela grande rotatividade entre os terceirizados que não permite um vínculo destes com a instituição.

Outro ponto que diz respeito à rotatividade e que é um dos grandes problemas identificados é que o vigilante terceirizado, qualquer que seja, tem acesso a todas as dependências, senhas e chaves, além de ficar sabendo onde se encontram os materiais de grande valor, bem como qual a fragilidade e o melhor horário para adentrar nessas dependências. Sendo essa rotatividade muito grande, torna-se improvável que este vigilante terceirizado tenha comprometimento com a instituição. Tal situação faz com que o sistema de segurança seja frágil, dificultando a efetivação de qualquer que seja o plano de segurança que a instituição possua, pois uma vez não tendo o vínculo direto com a instituição, fatalmente este vigilante, mesmo sem intenção, irá tecer comentários sobre estas características para indivíduos que não pertencem à instituição, alguns destes, por vezes, mal intencionados.

Voltando ao histórico da UFSC, é importante salientar que mais adiante, em meados do ano de 2007, com a aprovação e posterior implementação do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que criou novas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e novos Institutos Federais de Ensino Tecnológico - IFETS, além de novos cursos de graduação, culminando na realização de inúmeras obras e aquisições de novos equipamentos, aumento significativo da população acadêmica e a quantidade de usuários dos serviços oferecidos por estas instituições, as terceirizações, principalmente nos setores de segurança, avançaram desordenadamente (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2014). Entretanto, não foram feitos estudos efetivos quanto à objetividade, funcionalidade e eficácia da prestação do serviço destas empresas dentro das IFES, o que causa hoje um grande problema em relação à segurança dentro dos campi federais em todo o país (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2014).

Foto 2 – Agente de Segurança da UFSC em Dez/1981 na escadaria da Engenharia Mecânica



Fonte: Arquivo pessoal (2016)

Ao longo dos tempos, desde a década de 1960 até os dias atuais (2016), as atividades dos agentes de segurança foram mudando em razão das novas atribuições e exigências que a legislação, expansão do campus, número de edificações e aumento da população universitária exigiram. As raras ocorrências, as quais eram relacionadas basicamente aos bens da instituição, deram lugar, principalmente, às práticas criminosas contra a comunidade universitária de uma maneira geral.

Nessa nova realidade, os setores de segurança das IFES passaram a ter como atividades rotineiras o patrulhamento a pé, motorizado, (em algumas como no caso da UFRGS, com cavalos e com cães adestrados), execução de abordagem e revistas de pedestres e veículos, prisões e apreensões, encaminhamento de criminosos para as Polícias Federal e Civil, enfrentamento com bandidos que vem até os campi para efetuarem roubos, furtos, tráfico de drogas e outros crimes (ocorrendo, inclusive, confrontos armados com bandidos), controle de tumulto, bem como a realização de barreiras de trânsito, atendimento a ocorrências de violência sexual, combate a incêndios, prestação de

primeiros socorros para a comunidade interna e para pessoas que circulam nos campi, muitas vezes fazendo a condução destas para o pronto socorro (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2013).

Assim sendo, fica aqui bem claro que os agentes de segurança das IFES acabam, por necessidade ou por simples questão de bom senso, terem que extrapolar muitas vezes suas atribuições no anseio de proporcionar um serviço de qualidade para a comunidade universitária.

Nesse contexto, a segurança universitária federal da UFSC funciona hoje como uma típica instituição de natureza policial, tendo o setor sido elevado ao status de Secretaria na nova gestão empossada em Maio de 2016. Essa Secretaria, à qual está vinculado o DESEG, conta com agentes fardados, viaturas ostensivas, serviço de investigação de atos criminosos com agentes velados – no caso, a Seção de Investigação e Inteligência – SII – sede própria localizada no acesso ao campus Trindade junto a rótula da Caixa Econômica Federal – CEF, onde se localizava o antigo Departamento de Administração Escolar – DAE (Foto 3) e uma rotina de atendimentos e registros de ocorrências das mais variadas no interior do campus Trindade, bem como nos arredores deste. Os agentes do DESEG mantêm relação estreita e cooperativa com os demais órgãos de segurança pública nas suas atuações diárias, as quais passaremos a relatar.

Foto 3 – Viaturas do DESEG defronte a sede do Departamento (Setembro de 2016)



Fonte: Arquivo DESEG (2016)

4.2 A ATUAL SITUAÇÃO DA ESTRUTURA DA SEGURANÇA DA UFSC

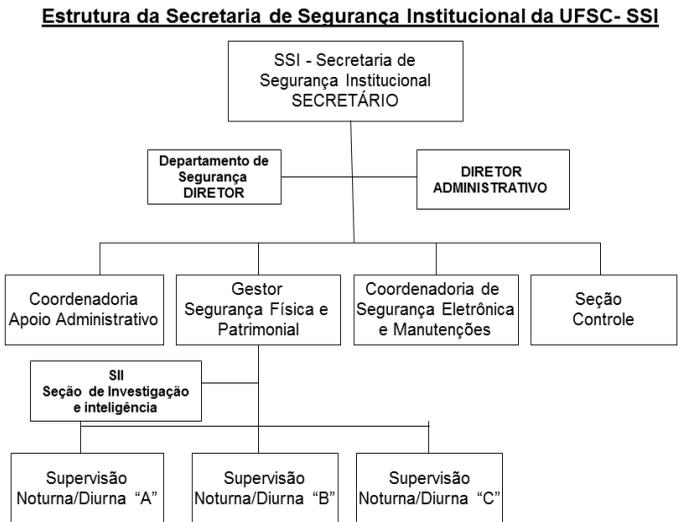
A Secretaria de Segurança Institucional da UFSC, à qual está vinculado o Departamento de Segurança da UFSC – DESEG, conta hoje com a seguinte estrutura:

- Sede própria localizada próximo a rótula da Caixa Econômica Federal – CEF (No prédio do antigo Departamento de Administração Escolar - DAE);
- Plantões noturnos e diurnos que mantêm 24 horas de serviço ininterruptos;
- 38 Agentes de Segurança Federais na ativa somente no campus Trindade;
- 300 vigilantes terceirizados (192 no campus Trindade);

- Três viaturas, sendo duas caminhonetes Mitsubishi L200 e uma Caminhoneta SPIN e duas motocicletas HONDA 125 caracterizadas;
- Base de monitoramento do SMI¹ e de alarmes com funcionamento 24 horas;
- Sistema de controle de acesso e cancelas;
- Seção de Investigação e Inteligência – SII.

Essa atual estrutura está passando por modificações e a nova proposta em implantação é detalhada a seguir na forma de organograma (Figura 2).

Figura 2 - Organograma



Fonte: DESEG/UFSC (2016)

¹ Sistema de Monitoramento por Imagem.

4.2.1 Sistema de segurança eletrônica

O campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina conta com um sistema de monitoramento por imagens - SMI que cobre grande parte da sua área (Imagem 1), tendo 100 servidores instalados que utilizam câmeras analógicas, totalizando 1.093 câmeras instaladas, além de 01 Câmera tipo “*Speed Dome*”² analógica que permite manuseio remoto pelo operador, sistemas esses divididos e instalados conforme tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 – Quantitativo de servidores e câmeras analógicas.

QUANTITATIVO ANALÓGICO	
CPU c/ placa Geovision	65
DVR's	35
Total de Servidores	100
Total de Câmeras	1093

Tabela 2 – Localização e quantitativo de câmeras digitais (IP's).

SISTEMA DIGITAL - IP's	
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
LOCAIS	Nº CÂMERAS
Biblioteca Universitária	6
Centro de Cultura e Eventos	4
Depto. de Segurança	4
Restaurante Universitário	3
PRAE	1
Externas Campus Trindade	25
Outros a serem instalados	15
Total	43

² Câmera de monitoramento onde é possível o operador direcioná-la e efetuar zoom remotamente conforme necessidade.

CENTROS DE ENSINO	
Centro de Ciências da Saúde	42
Centro de Desportos	15
Centro de Educação	15
Centro de Fil. e Ciências Humanas	42
Centro de Comunicação e Expressão	39
Total	153

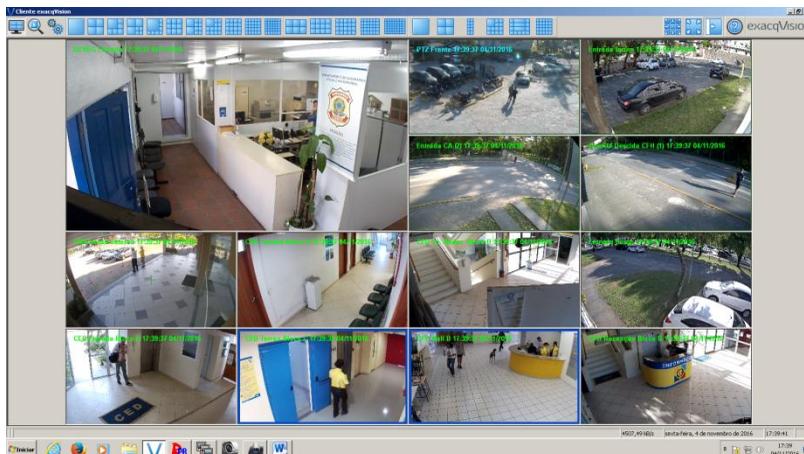
CAMPI EXTERNOS	
LOCAIS	Nº CÂMERAS
Campus de Araranguá	6
Campus de Blumenau	8
Campus de Curitiba	16
Campus de Joinville	6
Total	36
Total Geral	247

Tabela 3 – Equipamentos da Central de Monitoramento.

CENTRAL DE MONITORAMENTO		
Item	Qtd	Descrição
01	10	Microcomputadores (Desktop)
02	09	TV's LCD 42"
03	06	Monitores de LCD
04	02	Módulos receptores de alarme

Fonte: DESEG/UFSC (2016)

Imagem 1 – Sistema de Monitoramento por Imagens – SMI.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

4.2.2 Sistema de controle de acesso

A UFSC conta com 120 controladoras de acesso instaladas, que permitem o acesso a determinados setores de pessoas previamente autorizadas com utilização de senhas de acesso e/ou cartões tipo “mifare”³ (Tabela 4). Entretanto, a grande maioria das instalações não conta com esse tipo de controle, o que favorece a entrada e circulação de pessoas não autorizadas e, muitas vezes, mal intencionadas.

4.2.3 Sistema de cancelas

Já com relação aos estacionamentos, alguns contam com cancelas eletrônicas com utilização de cartões “mifare”. Nesse caso, estão, sobretudo, aqueles estacionamentos de setores administrativos, onde as cancelas são instaladas para facilitar o acesso e o controle de entrada e saída de veículos. Na maior parte dos estacionamentos inexistem controles de acesso, o que deixa os veículos mais vulneráveis e suscetíveis às ações criminosas.

³ Cartão de PVC com um chip embutido e uma antena interna que detecta a aproximação do leitor através de campo magnético identificado pela frequência do cartão.

Tabela 4 – Sistemas de controle de acesso. Localização geral, tipos e quantitativo.

Unidades Administrativas	Servidores	Portas	Cancelas	Catracas	Portões
Almoxarifado Central	0	0	1	0	0
Biblioteca Universitária - BU	0	0	1	0	0
Editora UFSC	0	2	0	0	0
Centro de Biol. Molecular Estrutural - CEBIME	1	1	0	0	0
Centro de Cultura e Eventos - CCEv	1	0	1	0	0
Moradia Estudantil - CEU	1	4	0	0	1
DESEG/SSI	0	1	0	0	0
DEPAE	0	1	0	0	0
Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI	0	0	1	0	1
Departamento de Gestão Patrimonial - DGP	1	2	0	0	2
Prefeitura Universitária - PU	1	0	3	0	1
Reitoria	2	8	2	0	2
Restaurante Universitário - RU	2	3	1	6	0
SETIC	0	7	0	0	0
Núcleo de Est. da Terceira Idade - NETI	1	1	0	0	0
Total	10	30	10	6	7

Centros de Ensino	Servidores	Portas	Cancelas	Catracas	Portões
Centro de Ciênc. Agrárias - CCA	3	15	2	1	2
Centro de Ciênc. Biológicas - CCB	4	16	3	0	0
Centro de Comunicação e Expressão - CCE	4	13	0	0	0
Centro de Ciênc. Jurídicas - CCJ	1	0	2	0	0
Centro de Ciências da Saúde - CCS	1	4	2	0	0
Centro de Desportos - CDS	1	0	1	0	0
Centro de Educação - CED	0	0	2	0	0
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas - CFM	7	21	1	0	0
Centro Socioeconômico - CSE	2	1	2	0	1
Centro Tecnológico - CTC	28	109	9	1	0
Total	51	179	24	2	3
Campi Externos					
Campus de Araranguá	0				
Campus de Blumenau	0	1	0	0	1
Campus de Curitiba	0	0	0	0	0
Campus de Joinville	0	0	0	0	5
Total	0	1	0	0	6
Total geral	61	210	34	8	15

4.2.4 Sistema de alarmes

Além do Sistema de Monitoramento de Imagens – MSI, o DESEG/UFSC controla ainda 4.500 salas, as quais são monitoradas através de centrais de alarme (Tabela 5), com comunicação direta à central de monitoramento localizada na sede da Secretaria de Segurança Institucional - SSI. O monitoramento é realizado por funcionários terceirizados, supervisionados por um agente do DESEG/UFSC.

Tabela 5 – Sistemas de alarme de intrusão – SAI. Localização geral, tipo e quantitativo.

SISTEMAS DE ALARME DE INTRUSÃO - SAI	
UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
LOCAIS	CENTRAIS
Biblioteca Universitária	3
Prefeitura Universitária Almoxarifado	1
DOMP	3
Restaurante Universitário	2
Almoxarifado Central	1
LOCAIS	CENTRAIS
Patrimônio	1
UCAD	1
Colégio de Aplicação	7
CEBIME	2
Moradia Estudantil	2
Coord. De Inclusão Digital	1
Central de Estágio	1
MUSEU	3
Arquivo Central	1
Agecom	1
Imprensa Universitária	1
NUMA	1
Centro de Cultura e Eventos - Livreria	1
Coordenadoria de Gestão Ambiental	1
Depto. de Microfilmagem	1
SECARTE	1
Centro de Capacitação	1

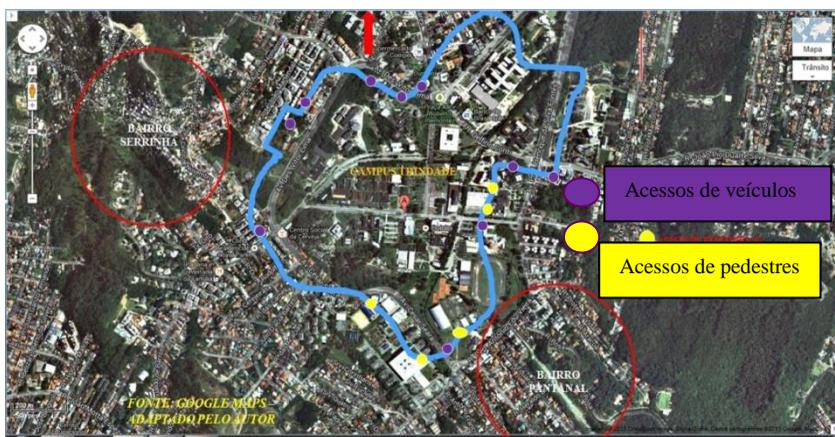
LOCAIS	CENTRAIS
Editora UFSC	1
Reitoria	1
LCME	1
Depto. de Inovação Tecnológica	1
SINTER	1
Depto. Artístico Cultural	1
Depto. de Administração Escolar	1
Lab. de Ensino à Distância	1
Comissão Permanente de Licitação	1
Flor do Campus	1
FEPESE	1
FAPEU	3
COPERVE	3
NETI	1
Total	55
CENTROS DE ENSINO	
Centro de Ciências da Saúde	14
Centro de Desportos	09
Centro de Educação	15
Centro de Fil. e Ciências Humanas	19
Centro de Ciências Agrárias	12
Centro de Ciências Biológicas	46
Centro de Comunicação e Expressão	18
Centro de Ciências Jurídicas	04
LOCAIS	CENTRAIS
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	43
Centro Socioeconômico	06
Centro Tecnológico	42
Total	228

CAMPI EXTERNOS	
Campus de Araranguá	6
Campus de Blumenau	8
Campus de Curitibaanos	16
Campus de Joinville	6
Total	36
Total Geral	319

4.3 APRESENTAÇÃO TERRITORIAL DO CAMPUS TRINDADE DA UFSC

O Campus Universitário Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina tem a característica de ser aberto ao público, com 15 (quinze) acessos para veículos e 05 (cinco) para pedestres (Figura 3), além das diversas aberturas feitas no precário cercamento com alambrados, as quais são utilizadas também como acesso. O campus é circundado por bairros residenciais densamente povoados, sendo que alguns apresentam alto índice de criminalidade, o que repercute, sobremaneira, nas ocorrências policiais, tendo como um dos motivos, a facilidade de locomoção dentro da imensa área territorial de aproximadamente 1,1 milhões de metros quadrados, uma vez que não existe um efetivo controle de acesso e locomoção no interior do campus.

Figura 3 – A UFSC e seu entorno.



Fonte: Google maps – Adaptado pelo autor (2016)

Entretanto, é importante se fazer a seguinte análise: levando em consideração a população Universitária – com cerca de 45 (quarenta e cinco) mil pessoas por dia – as quais chegam aos diversos estacionamentos do Campus, onde ficam estacionados aproximadamente quinze mil veículos por dia; considerando a liberdade do ambiente universitário onde inexistente efetiva supervisão do acesso dos seus usuários; tendo os vários setores da UFSC, que pela sua produção científica apresentam funcionamento diário de 24 horas; existindo uma constante movimentação de entrada e saída de pessoas em suas dependências, aonde estão instaladas três agências bancárias (Banco do Brasil, Santander e Caixa Econômica Federal), além de haver caixas eletrônicos em vários pontos do Campus, aliado ao fato que os agentes de segurança efetivos não são em número suficiente para o trabalho exigido, nem equipados adequadamente, é possível se dizer que o campus Trindade da UFSC não apresenta um alto índice de criminalidade comparado ao que ocorre nas comunidades vizinhas ao campus.

Tal afirmação pode ser dita com base na análise dos dados da Agência Central de Inteligência – ACI da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC. Segundo a ACI (2016), entre 24/10/15 e 24/10/16, ou seja, em um período de um ano, ocorreram na área de entorno do campus Trindade, área essa equivalente a um raio de aproximadamente 1,1 km a partir do centro do campus, 32 (trinta e dois) furtos de veículos (dois no campus), 01 (um) furto de bicicleta, 89 (oitenta e nove) roubos (quatro no campus) e 101 (cento e um) registros de furtos (três no campus). Essas ocorrências, segundo a ACI, são aquelas que foram geradas e/ou que originaram algum procedimento policial pela PMSC.

No mesmo período, o DESEG/UFSC registrou 2 (dois) furtos de veículos, 28 (vinte e oito) furtos de bicicletas, 32 (trinta e dois) roubos e 63 casos de furtos. Assim sendo, considerando que a população diária do campus Trindade gire em torno de 45 mil pessoas (UFSC, 2014), enquanto que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) a população das comunidades que circundam o campus é de 36.559 pessoas, é possível corroborar com a afirmação de que o campus ainda pode ser considerado seguro. Nessa perspectiva, também é importante salientar que a metodologia utilizada pela ACI, ou seja, considerar o raio de cerca de 1,1 KM a partir do centro do campus, faz com que somente uma parte das comunidades do entorno seja abrangida, ou seja, uma fração da população acima mencionada, conforme ilustra a Imagem 2. Dessa forma, se fosse

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Todos os dados levantados por essa pesquisa passaram por análises que buscaram alcançar os objetivos propostos, sendo que essas análises foram feitas nos documentos e dados já mencionados e, a partir de agora, passamos a discuti-las.

5.1 A ATUAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA DA UFSC – DESEG

As ações do Departamento de Segurança da UFSC são essencialmente preventivas, sendo que essa prevenção se constitui na *ostensividade*, ou seja, os agentes fardados efetuam rondas com viaturas caracterizadas ou a pé no interior e arredores do campus, bem como ações de inteligência com agentes de forma “velada” (a paisana). Nas duas formas são efetuadas abordagens de pessoas que se portam de forma suspeita, como no caso de indivíduos parados em locais ermos e mal iluminados, abordagem de indivíduos já conhecidos na prática de atos ilícitos que são vistos perambulando pelo campus, ou ainda àqueles que estejam em flagrante delito. Nesses procedimentos, os abordados são cadastrados (sobretudo aqueles que já possuam algum antecedente criminal) e passam a fazer parte do banco de dados da Seção de Investigação e Inteligência - SII do DESEG/UFSC, banco esse que se mostra, segundo as pesquisas documentais, como fundamental na prevenção de crimes, bem como na identificação de autores de delitos dentro e fora do campus, como no exemplo relatado no Quadro 5.

Quadro 5 – Indivíduo envolvido em roubos em 2008.

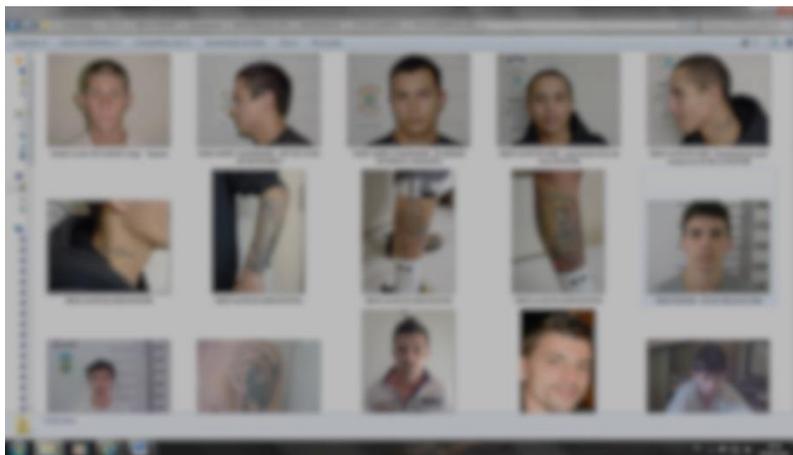
Em Setembro de 2007, segundo dados verificados no banco de dados da SII/DESEG, um indivíduo passou a ser visto perambulando pelo campus, procurando latinhas de cerveja nas lixeiras e, às vezes, pedindo dinheiro para transeuntes. Depois de ter sido visto algumas vezes nessas condutas, o mesmo foi abordado por agentes da SII/DESEG e identificado como sendo J.N.W, natural da cidade de Angelina/SC, sendo o mesmo usuário de crack. Seus dados e fotografias foram devidamente guardados no banco de dados da SII/DESEG (Imagem 3).

Exatamente um ano depois, ou seja, em Setembro de 2008, começaram a ocorrer diversos roubos a transeuntes, tendo ocorrido um esfaqueamento em um deles e uma tentativa de estupro em outro. Em diversos dos casos relatados, as vítimas identificaram por meio do banco de fotografia da SII, o indivíduo acima mencionado como o autor dos delitos. Como o indivíduo não possuía antecedentes criminais, não havia fotografia do mesmo nos sistemas policiais, sendo que somente o DESEG/UFSC possuía informações acerca do mesmo. No dia 13 de Outubro de 2008, após ter ocorrido um roubo com tentativa de estupro nas proximidades do Departamento de Química, uma guarnição da Polícia Militar esteve no DESEG buscando a fotografia e dados do indivíduo reconhecido pela vítima. No mesmo dia, no período da tarde, a guarnição PM reconheceu o indivíduo transitando nas proximidades de um Supermercado no Bairro Santa Mônica, momento em que foi detido ainda com pertences roubados da vítima.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Voltando à forma de atuação do DESEG/UFSC, no caso dos flagrantes delitos, os envolvidos detidos pelas equipes do Departamento são encaminhados às delegacias competentes para as providências cabíveis. Assim sendo, em se tratando de crimes comuns, a condução é feita à 5ª Delegacia de Polícia Civil, situada no Bairro Trindade, a qual responde por essa região. Quando a ocorrência envolve menores de idade, é feita a condução à 6ª Delegacia de Polícia da capital, o qual é encarregado de assuntos que dizem respeito à criança, ao adolescente e às mulheres. Quando os flagrantes são feitos após as 18 horas, os procedimentos são realizados na Central de Plantão Policial – CPP, anexa ao 5º DP. Quanto aos crimes que envolvam o patrimônio da autarquia, os procedimentos são feitos na Sede da Superintendência da Polícia Federal em Santa Catarina, situada na Avenida Beira Mar Norte.

Imagem 3 - Banco de fotos da SII/DESEG/UFSC (Imagem alterada para preservar dados).



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Entretanto, quando as ações preventivas não conseguem evitar os delitos, o DESEG/UFSC também age reativamente, seja com o serviço de inteligência, o qual, por meio de imagens, informações, banco de dados e fotografias, busca identificar o(s) autor(es) do delito no intuito de tirá-lo(s) de circulação e/ou minimizar as perdas das vítimas, seja no atendimento de ocorrências pelas equipes de plantão no momento do fato ou logo após o ilícito ocorrer. Convém destacar que nesse último caso, os agentes do DESEG/UFSC são expostos sobremaneira a riscos iminentes à própria integridade física, colocando suas vidas em risco na busca de propiciar à comunidade acadêmica um ambiente tranquilo para o desenvolvimento de suas atividades, o que denota a importância de maiores investimentos e maior atenção ao setor por parte dos poderes constituídos.

Outro ponto importante de se destacar e que foi percebido nas pesquisas feitas no banco de dados e documentos do DESEG/UFSC, é que para o sistema de segurança realmente funcionar, parece ser preciso a coexistência desses quesitos agindo juntos, ou seja, a ostensividade, o serviço velado, as abordagens preventivas e o serviço de inteligência. Essas ações em conjunto demonstram fazer a diferença. Isoladamente, o que se percebe é apenas uma sensação de segurança momentânea e

aparente. Para ilustrar essa afirmação, dá-se como exemplo uma viatura fazendo ronda com o giroflex⁴ ligado (ostensividade). Nesse caso, o indivíduo mal intencionado pode simplesmente se esconder ao ver de longe a viatura e voltar a agir assim que a mesma estiver se afastado do local.

Nesse contexto, muito embora a responsabilidade pela segurança pública seja dos órgãos mencionados no art. 144 da Constituição Federal – CF, os campi universitários federais, os quais são classificados como autarquias, possuem corpos de segurança próprios, constituídos por servidores públicos federais da própria instituição, sendo estes os responsáveis pela segurança do patrimônio público, bem como da comunidade universitária (ZAVERRUCHA, 2007) que, no caso da UFSC, gira em torno de 45 mil pessoas por dia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2014).

Essa responsabilidade se intensificou após o advento da Lei Federal nº 11.091/2005 e do anexo II do art. 2º do Decreto 5.824/2006 (vide anexos), os quais agregaram atribuições à segurança das IFES, inclusive a de “investigar”, atribuições essas, típicas de corporações policiais (BRASIL, 2005).

Para Nascimento (2010), a atividade de investigação, a qual foi inserida pela lei e decreto anteriormente citados, constitui-se numa inovação que veio auxiliar em muito as instituições previstas no art. 144 da Constituição Federal. No entanto, foi perceptível com a realização da presente pesquisa que essa responsabilidade esbarra na falta de efetivo, o que impede que novos agentes sejam designados para essa função, fato esse decorrente da ausência de concurso público que não acontece há 23 anos e a falta de equipamentos adequados para que os servidores possam prestar um serviço de maior qualidade aos usuários dos campi.

Zaverucha (2007) entende que a segurança pública dentro dos campi é responsabilidade da universidade federal, haja vista esta ser amparada no art. 207 da CF, o que implica dizer que a segurança orgânica universitária federal, em razão da autonomia da universidade, deve ser classificada como um organismo que exerce atividade policial (ZAVERRUCHA, 2007, p. 282).

O mesmo autor ainda conclui que uma maneira de resolver o problema de segurança nas universidades federais brasileiras seria entender a segurança universitária federal como uma polícia universitária, ideia esta defendida por Dantas (2006) quando fala nos

⁴ Dispositivo luminoso e intermitente instalado no teto das viaturas ostensivas.

“Campi Police” americanos, os quais possuem uma polícia especializada na prevenção e repressão à criminalidade dentro das instituições de ensino (DANTAS 2006 apud ZAVERUCHA, 2007).

Com esse entendimento, tramita no congresso nacional uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC de número 38/2011, de autoria da Ex-Deputada Federal Andréia Zito/PSDB/RJ, a qual transforma a segurança das universidades federais em Polícia Universitária Federal (BRASIL, 2011), mas que se encontra arquivada em razão do fim da legislatura a qual pertencia a referida parlamentar.

Entretanto, as pesquisas apontaram que o Departamento de Segurança da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC vem desenvolvendo um trabalho conjunto com os demais órgãos de segurança pública no intuito de juntar forças para minimizar os reflexos do crescimento da criminalidade, sobretudo, com o uso da atividade de inteligência, buscando o levantamento, a manutenção e produção de informações relacionadas às práticas criminosas. A adoção de tais critérios demonstra, segundo o que foi levantado, minimizar os atos de violência dentro, bem como nos arredores do campus Trindade da UFSC.

5.2 A SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E INTELIGÊNCIA – SII/DESEG/UFSC

A seção de Investigação e Inteligência – SII do Departamento de Segurança da UFSC – DESEG teve seu embrião no ano de 2004, quando da criação do Grupo Especial de Ronda Universitária – GERU, o qual já foi aqui abordado. A partir daquele momento, criou-se o setor de investigação do DESEG/UFSC, hoje denominado Seção de Investigação e Inteligência – SII.

A SII é uma seção aonde são investigados os crimes que ocorrem no interior do campus. Os resultados dessas investigações servem de subsídios às polícias judiciárias nos inquéritos acerca dos delitos apurados na forma de um Relatório de Inteligência - (RELINT⁵). No banco de dados que a SII mantém, existem informações e fotografias de indivíduos que praticam crimes na região do campus Trindade, bem como nas demais regiões próximas ao campus, banco esse que vem sendo mantido e ampliado desde o início dos anos 2000. Esses dados são discriminados por atividade criminosa como furto em veículo, furtos de veículo, roubos, entre outros. Entre fotografias e arquivos de dados e

⁵ Nome dado ao relatório de inteligência.

informações arquivados na SII, existem 874 (oitocentos e setenta e quatro) arquivos relacionados a furtos em veículos, 602 (seiscentos e dois) arquivos relacionados a furtos de veículos, 3032 (três mil e trinta e duas) fotografias de indivíduos que já foram detidos praticando algum crime no interior do campus (Pasta suspeitos/UFSC), bem como dados de 1900 (mil e novecentos) veículos considerados suspeitos, além de outras informações. Também se encontram arquivados cerca de 30 Gb de arquivos de imagens de crimes ocorridos no interior do campus Trindade e que foram flagrados pelo sistema de monitoramento interno, além de uma infinidade de fotografias e dados relacionados a fatos ocorridos no campus.

A maior parte desses dados é obtida a partir dos flagrantes ocorridos no campus ou nas abordagens feitas pelas equipes de ronda ou pelos agentes da SII. Cabe aqui salientar a importância das abordagens como ferramenta de prevenção, como enfatiza Nascimento (2006) quando cita que a abordagem a suspeitos se configura em importante etapa no contexto de prevenção de crimes. Tal procedimento, por vir a inibir ações criminosas – já que o criminoso sabe que se estiver mal intencionado corre o risco de ser abordado e descoberto antes mesmo de efetuar o ato criminoso – mostrou-se fundamental no que se refere à prevenção, segundo o que foi levantado pelas pesquisas. Segundo os dados analisados, pelo menos quatro armas foram apreendidas em abordagens realizadas a indivíduos que foram considerados suspeitos pelas equipes DESEG/UFSC, sendo uma delas relatada no BO 247/2015/DESEG como descrito no Quadro 6.

Quadro 6 – Ocorrência referente ao BO 247/2015/DESEG (Porte ilegal de arma de fogo).

Na noite do dia 29/09/2015, por volta das 23 horas, uma guarnição – Gu do DESEG/UFSC estava em rondas no interior do campus quando avistou um indivíduo transitando de forma suspeita nas proximidades do Centro de Ciências Biológicas – CCB. Ante a suspeita, os agentes retornaram com a viatura em direção ao indivíduo, o qual empreendeu fuga em direção ao interior do CCB quando percebeu que seria abordado. Após buscas, o mesmo foi encontrado e devidamente abordado, sendo que em revista ao mesmo, este estava de posse de uma arma de fogo (Revolver calibre 38). Após identificação do indivíduo, foi constatado que o mesmo já havia sido apreendido quando era menor de idade pelos mesmos agentes do DESEG/UFSC, na prática de roubo, em companhia de outro menor.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Assim sendo, cada abordagem bem sucedida, como as aqui mencionadas, certamente evitou algum crime que seria praticado contra algum membro da comunidade. Nesse sentido, foi levantado que entre 2013 e 2016 foram abordados 252 (duzentos e cinquenta e dois) indivíduos em atitude suspeita, 101 (cento e um) andarilhos e 44 (quarenta e quatro) flanelinhas (os que cuidam de veículos).

Nesse contexto, analisando a Seção de Investigação e Inteligência do DESEG/UFSC, no que tange a sua forma de atuar, percebe-se que seus métodos se assemelham ao que Antunes (2002) e Gonçalves (2013) entendem como *ciclo de inteligência*, uma vez que existem as fases de necessidade (Demanda), busca e coleta de dados (Orientação), tratamento desses dados (Produção) e aplicação do produto de inteligência pelo tomador de decisão na resolução de determinado caso (Difusão). O “feedback” também é percebido em determinados momentos, mas não parece ser prática rotineira, sobretudo quando se trata de retorno feito pela instituição que recebeu o produto de Inteligência (RELINT) encaminhado pela SII/DESEG. Ou seja, não há um retorno formal por parte da instituição que recebeu o produto de inteligência que informe se houve ou não aplicação daquele documento enviado na resolução do caso em questão, salvo raras exceções.

Com relação às atividades desenvolvidas pela Seção de Investigação e Inteligência - SII do DESEG/UFSC, as quais, como já mencionado, se mostram dentro da lógica de um ciclo de inteligência, na

forma proposta por Antunes (2002) e Gonçalves (2013), é importante se destacar a grande importância de um convênio que foi feito entre a UFSC e a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina – SSP/SC. Esse convênio foi realizado no ano de 2005, onde alguns dos agentes de segurança da UFSC passaram a ter acesso ao banco de dados das polícias, o qual na época era denominado “CIASC PRO3” e passou a se chamar, atualmente, Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP. Além de acesso à base de dados estadual, os agentes também passaram a ter acesso ao banco de dados nacional, por meio do sistema INFOSEG.

Esse convênio foi de fundamental importância para a segurança da UFSC, uma vez que também pode ser considerado um “divisor de águas” quanto aos resultados alcançados pela SII/DESEG/UFSC a partir de então. Um exemplo da importância desse acesso restrito e que foi conseguido pelo DESEG/UFSC por este ter tido seu trabalho reconhecido pelas polícias e mesmo por magistrados, é o número de indivíduos que foram detidos em situação de foragidos da justiça e/ou com mandado de prisão ativo. Nesse sentido, foram efetuadas 16 (dezesesseis) detenções dessa natureza no período pesquisado, ou seja, entre Janeiro de 2003 e Setembro de 2016, procedimento esse que não seria possível não fosse a possibilidade de consulta rápida aos citados sistemas.

Hoje, com a tecnologia cada vez mais ao alcance das pessoas e com o entendimento dos próprios governantes de que a sociedade pode e deve auxiliar no combate à criminalidade, existe um aplicativo de extrema importância para aparelhos celulares que identifica veículos com registro de furto ou roubo, bem como indivíduos com mandado de prisão ativo. Tal aplicativo denomina-se *Sinesp Cidadão* (Imagem 4) e pode ser baixado gratuitamente em aparelhos *smartphone*, aplicativo esse que já foi utilizado pelo DESEG/UFSC, culminando na prisão de um indivíduo com uma moto roubada, como demonstra o BO 253/2015/DESEG, a seguir relatado (Quadro 7).

Imagem 4 – Plataforma do *Sinesp Cidadão*.

Fonte: Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO (2016).

Quadro 7 – Recepção de moto em 2015 (BO 253/2015/DESEG).

Na noite do dia 05/10/2015, por volta das 22h30min, uma Guarnição – Gu DESEG/UFSC estava em rondas nas proximidades do Centro de Desportos – CDS, quando avistou dois indivíduos em atitude suspeita, próximos a algumas motocicletas que estavam estacionadas naquele local. Em razão das suspeitas, os agentes do DESEG/UFSC retornaram com a viatura para efetuar a abordagem dos mesmos, momento em que ambos subiram em uma motocicleta HONDA CG, na cor azul, placas MEA30XX/Biguaçu e se evadiram rapidamente do local. Os agentes DESEG/UFSC passaram então a acompanhar a referida motocicleta e efetuaram consulta da placa na plataforma “*sinesp cidadão*”, a qual mostrou que a motocicleta era produto de furto ou roubo. Em razão da informação, os agentes passaram a emitir sinal sonoro e luminoso com a viatura DESEG/UFSC para que os ocupantes da motocicleta parassem. Todavia os mesmos, ao perceberem os avisos para que parassem, empreenderam fuga, passando a serem acompanhados pelas agentes do DESEG/UFSC. Após longo acompanhamento – durante o qual foi solicitado apoio da Polícia Militar – a motocicleta foi alcançada após ser abandonada nas proximidades do hotel Slaviero, onde um dos ocupantes foi detido, tendo o segundo conseguido se evadir rumo ao Bairro Serrinha.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A utilização desses sistemas de informações pelo DESEG/UFSC, aliado ao banco de dados da SII, sobretudo o banco de fotografias – o qual é alimentado quase que diariamente e que até Setembro de 2016 contava com 3032 fotos – de indivíduos envolvidos em delitos dentro do campus, juntamente com as cerca de 10 mil fotografias de um banco de dados de elementos de outras áreas, bem como às imagens do sistema SMI do campus, mostram-se imprescindíveis para a segurança da UFSC. Esses quesitos compõem elementos que, por meio da atividade de inteligência do DESEG/UFSC, se mostram responsáveis pela maioria dos casos que conseguiram ser resolvidos pelo Departamento ou deste em conjunto com os demais órgãos de segurança pública, segundo as pesquisas realizadas.

Por outro lado, embora se perceba a importância da SII na resolução de alguns casos, ainda existem aqueles que acabam sem solução, ou parecem ter sido deixados de lado. Entretanto, não foi possível definir se as causas estão relacionadas à falta de efetivo,

demanda, carência de equipamentos e condições técnicas, ou mesmo se determinadas situações foram deixadas de lado em detrimento de outras.

Para fins desta pesquisa, no que tange a análise da eficiência da SII/DESEG e do uso do produto de inteligência pela mesma na prevenção e no combate à criminalidade, foram escolhidas, dentre as principais ocorrências registradas no DESEG/UFSC, quatro tipificações penais, ou seja, quatro tipos de delitos, sendo esses os que mais se destacam dentre os registrados, seja no valor material envolvido, pela frequência de registros ou pelo risco iminente à vítima que o mesmo proporciona.

Nesse sentido, foram selecionados os crimes de *furto de bicicleta*, *furto de veículo*, *furto em veículo* e *roubo*. Foi analisada a quantidade e frequência de ocorrências, a atuação da atividade de inteligência por parte da SII/DESEG, os flagrantes realizados e os reflexos desses flagrantes na continuidade daquele determinado delito e na diminuição dos mesmos subsequentemente. Por fim, foram elaborados gráficos ilustrativos e mapas demonstrando a mancha criminal dos referidos atos criminosos.

Dentre as diversas ações que a SII/DESEG executou durante o período analisado, no que diz respeito às tipificações penais acima elencadas, algumas merecem destaque, seja em razão da participação da comunidade com informações precisas, seja pela ação conjunta com outros órgãos de segurança pública, o que muitas vezes se mostrou fundamental para o desfecho positivo da ocorrência, como as que serão expostos a seguir.

5.3 OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO VEÍCULOS

Em relação às ocorrências de *furtos de veículos* e de *furtos em veículos* (arrombamentos de veículos), cabe aqui salientar que em ambos os casos o DESEG/UFSC procede de forma semelhante. Estes crimes, difíceis de serem identificados, face ao grande número de pessoas e veículos que circulam diariamente no campus e pela agilidade de quem os cometem, normalmente ocorrem de forma seguida, sendo que o serviço de inteligência do DESEG/UFSC, por meio da SII, ao constatar que estes delitos estão ocorrendo, passa a monitorar os locais e horários em que os mesmos acontecem, segundo os relatos das vítimas nas ocorrências registradas.

Identificados estes quesitos, são montadas campanhas no intuito de flagrar os autores, o que, segundo o que se constatou nas pesquisas

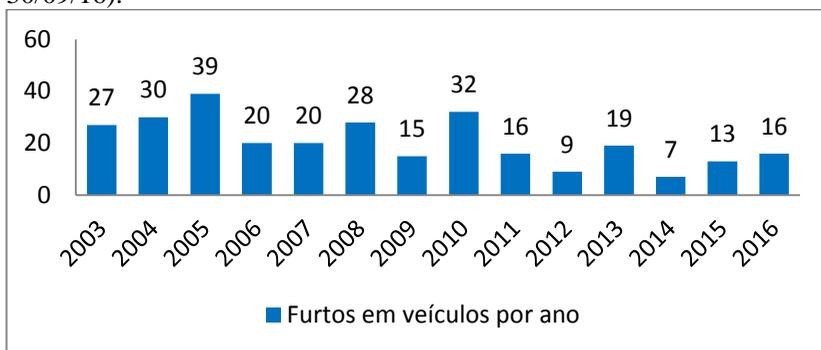
documentais, tem se mostrado eficaz na identificação e captura dos envolvidos.

Dentro das ocorrências analisadas envolvendo veículos, algumas merecem destaque em razão da ação efetuada pela SII, uma vez que parece notória a influência da atividade de inteligência nos desfechos alcançados, bem como no reflexo positivo em termos de diminuição do número de registros dessa natureza.

5.3.1 Furtos em veículos

Com relação aos furtos em veículos, é importante mencionar também que pode ser constatado pelo número de furtos antes e depois de um flagrante, que isso repercuti de forma positiva, uma vez que é notável a redução do número de casos dessa natureza após a prisão de indivíduos na prática deste delito, o que colabora para a sensação de segurança no campus. Isso pode ser entendido pela análise do Gráfico 1, onde no ano de 2010 foram feitos 06 (seis) flagrantes de indivíduos envolvidos em arrombamento de veículos, tendo os registros desse tipo de crime, que em 2010 chegou a 32 (trinta e dois), baixado para a metade, ou seja, 16 (dezesesseis) no ano seguinte, voltando a aumentar em 2013, também associado às festas, uma vez que a maior parte destes furtos naquele ano ocorreu durante algum desses eventos, segundo análise dos respectivos registros.

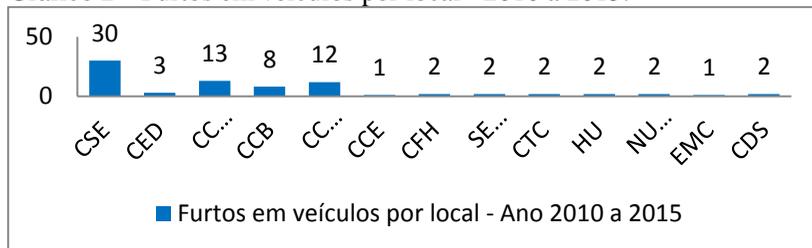
Gráfico 1 – Furtos em veículos registrados entre 2003 e 2016 (Até 30/09/16).



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Ainda com relação a esse crime, foi constatado que o estacionamento do Centro Socioeconômico – CSE apresenta o maior número de registros no período compreendido entre 2010 e 2015 (Gráfico 2), talvez por ser um dos maiores estacionamentos, comportando um maior número de veículos, o que dificulta o trabalho da segurança.

Gráfico 2 – Furtos em veículos por local - 2010 a 2015.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Nesse sentido, com base nos dados levantados, foi elaborado uma mapa que ilustra o índice de ocorrências dessa natureza na forma de “mancha criminal”, o qual ajuda na identificação dos locais onde ocorrem esse tipo de crime, bem como a quantidade de ocorrências registradas em cada estacionamento (Mapa 1).

Entretanto, percebe-se que há momentos em que após determinado flagrante, ocorre outro furto semelhante pouco tempo depois. Nesse sentido, é provável que tal fato se dê em razão do grande número de indivíduos que cometem esses delitos. No banco de dados da SII foram identificados aproximadamente 100 (cem) indivíduos que atuam na prática deste delito na região e, conseqüentemente, no interior do campus, muitos deles já presos em flagrante ou identificados pelo serviço de inteligência do DESEG/UFSC. Alguns desses casos merecem destaque, como os que passamos a relatar nos quadros 8 e 9.

Quadro 8 – Furto em veículo em 2010 (BO 178/2010/DESEG).

Na noite do dia 16 de Agosto de 2010, segundo o Boletim de Ocorrência – BO nº 178/2010/DESEG, uma guarnição da Ronda Tática do DESEG/UFSC, composta por agentes da SII, estava em patrulhamento quando avistou um veículo GM KADETE, na cor branca, placas “L__8730”, veículo este que o serviço de inteligência do DESEG/UFSC obteve informação recebida de um membro da comunidade universitária, dando conta que dois indivíduos estariam transitando com o mesmo, observando o interior de outros veículos nos estacionamentos do campus, período em que foram registrados diversos arrombamentos e furtos em veículos nas dependências da UFSC.

Foi feito então um trabalho de inteligência em cima desse veículo, bem como o monitoramento do mesmo, até que este foi visto no interior do estacionamento do Centro Socioeconômico – CSE, na noite já citada, em atitude suspeita. Após ser acompanhado pela equipe da SII por alguns instantes, o veículo que havia ido a diversos setores do referido estacionamento, foi abordado estacionado ao lado de outro veículo, nas proximidades do Colégio de Aplicação - CA da UFSC, ainda na região do estacionamento do CSE. Depois de feita a abordagem e busca pessoal nos indivíduos e no interior do veículo GM KADETE, foi encontrado um aparelho de som automotivo escondido embaixo de um dos bancos, bem como chaves de fenda e lanternas, material comumente utilizado em arrombamentos de veículos. Após a realização de buscas no estacionamento do Centro Socioeconômico – CSE foi constatado que um dos veículos ali estacionados teria sido arrombado na porta do motorista com um furo ao lado da fechadura, tendo o aparelho de som subtraído. No instante de tal constatação, a vítima chegou ao local, a qual identificou como sendo seu aquele

aparelho ora apreendido. Diante dos fatos, foi dada voz de prisão aos indivíduos em flagrante delito por furto qualificado, uma vez que houve rompimento de obstáculo (arrombamento da porta) para a subtração do bem.

Ato contínuo, os envolvidos foram conduzidos até a sede do DESEG/UFSC onde foi feito contato com o serviço de inteligência do 4º Batalhão da Polícia Militar, para solicitar apoio, já que os detidos confessaram ter cometido outros furtos e que, possivelmente, teriam produtos de furtos escondidos em suas residências. Concomitantemente, foram feitos contatos com algumas das vítimas dos furtos anteriores, sendo que duas delas estiveram na sede do DESEG/UFSC e identificaram pertences seus entre os que os detidos possuíam no momento da prisão.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

O que fica bem claro nessa ocorrência é que a participação da Polícia Militar - PM foi de fundamental importância para o desfecho da mesma, uma vez que nas diligências feitas nas residências dos detidos – o que não poderia ter sido feito pelo DESEG/UFSC em razão da jurisdição e de competência legal – foram apreendidas três armas, sendo duas espingardas e um revólver, bem como diversos produtos de procedência duvidosa (Foto 4), alguns posteriormente identificados como produtos que foram furtados do interior de veículos dentro do campus da UFSC, produtos estes relatados nos Boletins de Ocorrência feitos no DESEG/UFSC.

Foto 4 – Material apreendido em 2010.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Quadro 9 – Recuperação de veículo furtado em 2012.

De acordo com o BO 174/2012/DESEG, uma vítima de furto esteve na tarde do dia 07 de Agosto de 2012, dando conta que haviam furtado as placas de seu veículo FIAT UNO em um dos estacionamentos da universidade no dia anterior, sendo que a mesma já havia repostado placas novas no veículo, mas que achou que seria importante comunicar o fato ao DESEG/UFSC.

Na noite daquele mesmo dia, por volta das 22h30min, uma guarnição do DESEG/UFSC onde havia agentes da SII estava efetuando rondas, quando ao passar na rótula situada próximo a Praça Santos Dumont, um dos agentes percebeu que um veículo transitava naquela rótula, sendo que o mesmo estaria com uma placa igual a que foi relatada pela vítima do furto anteriormente mencionado.

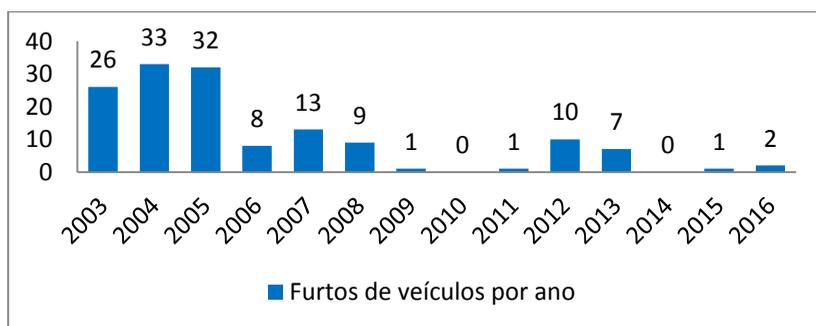
Foi feito então o acompanhamento do referido veículo, notadamente também se tratando de um FIAT UNO, onde se constatou que era ocupado por três indivíduos que, na tentativa de abordagem pela guarnição do DESEG/UFSC, empreenderam fuga pela contra mão, sentido à Avenida Beira Mar. A viatura do DESEG/UFSC saiu em acompanhamento ao veículo, enquanto fazia contato com a 4ª CIA da PM, repassando informações da ocorrência, sendo que três guarnições militares deslocaram em apoio, tendo a ocorrência tido desfecho nas proximidades do Terminal de Integração da Trindade – TITRI, culminando na prisão de dois dos três suspeitos e na recuperação do referido veículo, o qual havia sido furtado dias antes no norte da ilha e que transitava com as placas do outro veículo, furtadas na UFSC.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

5.3.2 Furtos de veículos

Com relação ao delito de furto de veículos, fica mais claro ainda a importância da atividade de inteligência na redução das ocorrências. Entre 2003 e 2005, diversos indivíduos que faziam parte de quadrilhas que praticavam esse tipo de crime foram presos pelo DESEG/UFSC ou em conjunto com outros órgãos, sobretudo, com a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos - DFRV da Diretoria Estadual de Investigações Criminais - DEIC. O que se percebe nos anos que se seguem, é uma redução drástica no número de registros deste tipo, vindo a zerar no ano de 2010, voltando a aumentar os registros a partir de 2012 (Gráfico 3), possivelmente associado também ao aumento do número de festas que ocorreu nesse período.

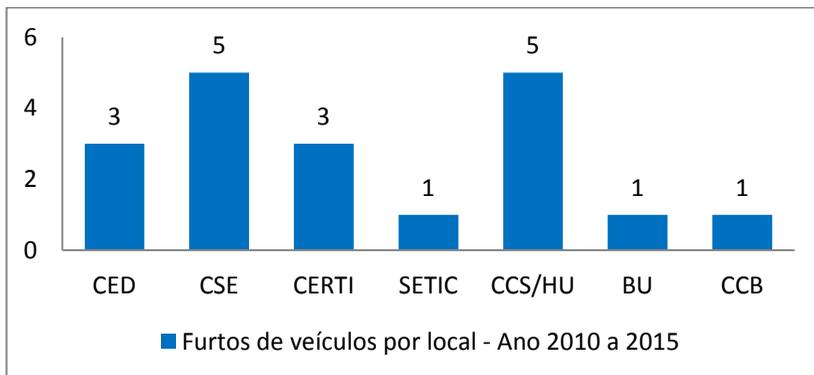
Gráfico 3 – Furto de veículos registrados entre 2003 e 2016.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Com relação aos locais de maior incidência do crime de furto de veículos identificados na presente pesquisa, destacam-se os estacionamentos do Centro Socioeconômico – CSE e o que fica entre o Centro de Ciências da Saúde e o Hospital Universitário– CCS/HU, com 5 (cinco) casos registrados em cada um (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Furto de veículos por local. 2010 a 2015.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Até o ano de 2005, o furto de veículos era o maior problema de segurança que a universidade enfrentava. Era só começar o semestre e a universidade era notícia na mídia por conta desses delitos. Na análise dos dados, foi identificado que no início do primeiro semestre letivo do ano de 2005, chegaram a ser furtados três veículos em um mesmo dia, cinco no período de dois dias.

Como o DESEG/UFSC passou a trabalhar com a atividade de inteligência, alguns agentes passaram a se empenhar nesses casos de maior repercussão, o que veio a trazer resultados positivos em pouco tempo, como nos casos que adiante serão comentados (Quadro 10).

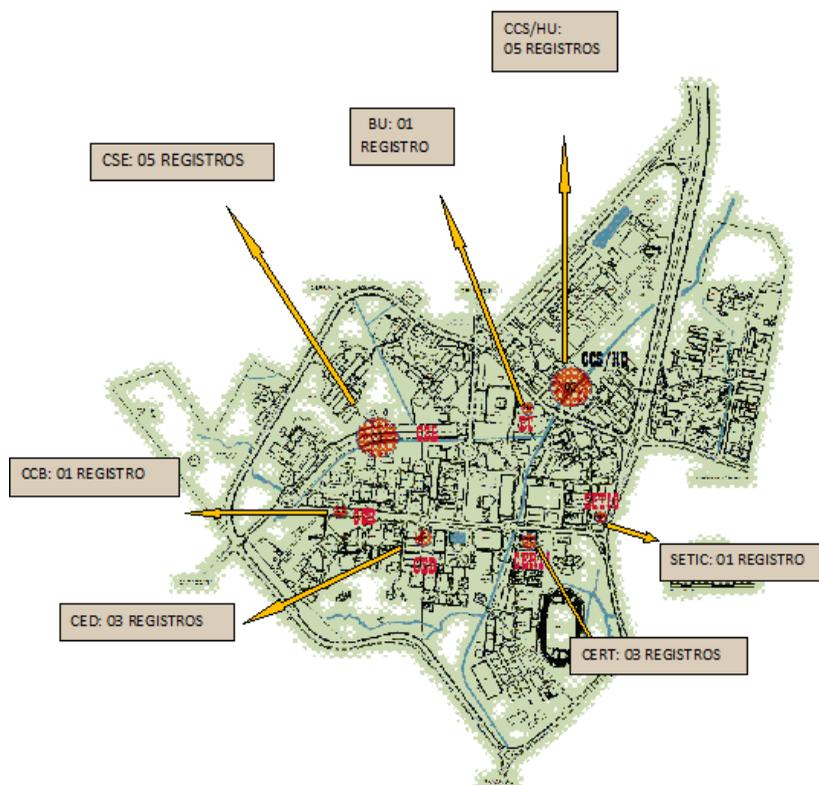
Quadro 10 – Furtos de veículos em 2005.

No dia 04/05/2005, dois indivíduos foram vistos em atitude suspeita no estacionamento que fica entre o Centro de Ciências da Saúde – CCS e o Hospital Universitário – HU (CCS/HU), pelas equipes do DESEG/UFSC. Após acompanhamento dos mesmos e da constatação de suas intenções de furto de um veículo que estaria estacionado naquele local, os indivíduos foram presos em flagrante delito pelas equipes do DESEG/UFSC, com o apoio da Polícia Militar, quando estavam saindo do estacionamento com um veículo GM CORSA furtado. Esses indivíduos foram identificados como dois dos maiores ladrões de veículos de Santa Catarina, cujos veículos furtados eram levados para a região do município de Brusque, onde eram desmanchados, tendo suas peças vendidas em lojas de autopeças. Detalhe interessante é que um dos detidos era proprietário de uma loja dessa natureza na cidade de Brusque e já havia sido detido tentando furto de um veículo no campus anteriormente, mais precisamente no ano de 2003. Com os autores da tentativa de furto presos no dia 04/05/2005, foram encontrados diversos equipamentos utilizados na prática de furto de veículos, alguns até sofisticados como um decodificador que fabricava chaves falsas no local, como mostra a Foto 5. Esta ocorrência foi registrada sob o Boletim de Ocorrência de número 075/2005/DESEG.

No dia seguinte, 05/05/2005, ocorreu um furto de uma caminhonete L200 no estacionamento da Engenharia Civil. Por meio do sistema de monitoramento e com base nas informações acerca de indivíduos envolvidos na prática desses delitos, os agentes da SII identificaram o autor do furto e, em conjunto com a Delegacia de Furtos e Roubo de Veículos - DFRV da DEIC foi possível a recuperação do veículo que já se encontrava no país vizinho, o Paraguai.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Mápa 2 – Mancha Criminal: Furtos de veículos por local. 2010 a 2015.



REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS:

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE: 05
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/HU – CCS/HU: 05
 CENTRO DE EDUCAÇÃO – CED: 03
 CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – CCB: 01
 SETIC: 01
 CERTI: 03
 BU: 01

ESCALA APROXIMADA
 1: 5000

FONTE: SEPLAN/UFSC. Adaptado pelo autor (2016).

5.4 FURTOS DE BICICLETA

O furto de bicicletas também está entre os maiores problemas que o DESEG/UFSC enfrenta até hoje. São dezenas de bicicletas que são deixadas todos os dias em diversos bicicletários espalhados pelos centros de ensino. Observou-se nas pesquisas que o furto de bicicleta se dá de diversas formas. São utilizadas barras de ferro ou pedaços de paus, os quais são enrolados nos cadeados que prendem as bicicletas e são girados até que o cadeado se rompa. Algumas vezes os cadeados e correntes são cortados com serrinhas. Por outro lado, existem indivíduos que se utilizam de alicates de alto desempenho. Nesse caso, o furto se dá em instantes, dificultando em muito a percepção pela segurança de que está acontecendo um crime, ou mesmo pelos próprios transeuntes. Entretanto, mesmo quando o furto se dá de maneira mais ostensiva, ou seja, com barras de ferro e pedaços de pau, por exemplo, os próprios transeuntes se mostram indiferentes ao que está acontecendo e não comunicam à autoridade, no caso, ao DESEG/UFSC. A propósito, cabe aqui comentar a falta de empenho e de entendimento da responsabilidade social que cada um possui no que se refere a segurança pública, como já previsto na Constituição Federal - C.F. de 1988 e discutido anteriormente no início deste trabalho.

Nesse contexto de segurança – ou falta dela – é perceptível também o individualismo com que muitos da comunidade acadêmica se mostram frente a ações criminosas que envolvem terceiros. Não são poucos os casos de furtos de bicicletas, flagrados pelo sistema de monitoramento, em que integrantes da comunidade passam pelo indivíduo no momento da ação e se mostram alheios ao que está acontecendo, talvez pelo simples fato de não ser ele a vítima, fomentando assim, o aumento da criminalidade. Nesse sentido, Bauman (2010) enfatiza que em uma sociedade, tudo aquilo que é feito ou deixado de fazer por nós ou por outras pessoas, acaba por afetar a vida de todos, inclusive as nossas próprias vidas.

No exemplo anteriormente citado, se a pessoa que presenciou o furto tivesse comunicado ao órgão competente, no caso, o Departamento de Segurança da UFSC - DESEG, talvez o indivíduo não tivesse êxito no furto e, se detido, talvez impedisse que outros casos viessem a acontecer futuramente. Com essa percepção, Bauman (2010) ensina que nós podemos limitar os danos, mesmo que seja impossível eliminá-los completamente – sobretudo quando se fala em segurança – se aprendermos mais sobre o bem estar das pessoas e os danos que estas podem sofrer em razão de nossas ações.

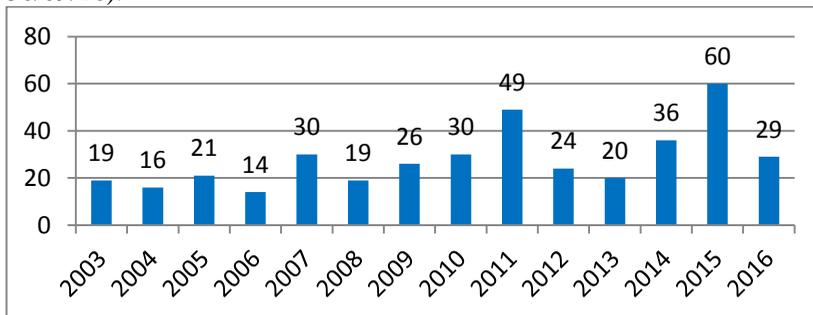
Nesse exposto, identifica-se a ideia de que cada indivíduo tem o dever de assumir parte da responsabilidade na segurança coletiva, princípio esse vislumbrado no art. 144 da Constituição Federal – CF de 1988 e que se aproxima também do modelo de polícia comunitária, onde há uma maior aproximação dos órgãos policiais com a comunidade, princípios estes que, como aqui já citados, foram criados por Robert Peel, em 1829, mas que continuam atuais, centrando as ações policiais nas atividades preventivas com o apoio da comunidade (MARCINEIRO; PACHECO, 2005).

A visão individualista de pessoas como a do exemplo aqui citado vai de encontro ao que afirma Bauman (2010) quando fala que as pessoas são responsáveis umas pelas outras, estando atentas a isso ou não. Assim sendo, corrobora também com essa visão o que consta na própria Constituição Federal, em seu artigo 144, quando menciona em seu texto que segurança pública é dever do Estado, mas direito e *responsabilidade* de todos (BRASIL, 1988).

Voltando a falar do caso específico dos furtos de bicicletas, podemos constatar nas pesquisas que, muito embora este seja aparentemente um problema crônico, pois aparece de maneira frequente em todos os anos, foi possível identificar que ações de inteligência que culminam na identificação e posterior prisão ou apreensão (quando o autor é menor de idade) do responsável, acabam por ter reflexos positivos na descontinuidade daquele tipo de crime.

Como exemplo para essa afirmação, temos o ano de 2011, onde foram registrados no DESEG/UFSC 49 (quarenta e nove) furtos dessa natureza (Gráfico 5). Até o final de Junho daquele ano, foram registrados 33 (trinta e três) furtos de bicicleta no interior do campus, sendo 24 (vinte e quatro) somente nos meses de Maio e Junho. Destes, 16 (dezesseis) somente no mês de Junho. Em razão de tal frequência, a Seção de Investigação e Inteligência - SII se empenhou em buscar informações que levassem à identificação e prisão do responsável pelos furtos, como mostrado no Quadro 11.

Gráfico 5 – Furtos de bicicletas registrados entre 2003 e 2016 (Até 30/09/16).



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Quadro 11 – Furto de bicicleta em 2011.

Em razão da sequência de delitos, após cansativa campanha e com o auxílio do sistema de monitoramento do campus que registrou imagens do suspeito em um dos furtos, os agentes da SII conseguiram prender em flagrante delito o indivíduo que vinha agindo sistematicamente naquele período, conforme o BO de número 142/2011/DESEG, do dia 21/06/2011, indivíduo este que conseguiu furtar, segundo o que foi levantado e pela confissão do próprio detido, ao menos 25 bicicletas, todas com valor superior a R\$ 1.000,00. Com o autor, no momento do flagrante, foi encontrado, além da bicicleta no valor estimado de R\$ 1.400,00, produto do furto, um alicate de alto desempenho, com o qual o indivíduo cortava em questão de segundos os cadeados que prendiam as bicicletas (Foto 6).

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Foto 6 - Material apreendido com o autor em 21/06/11. BO 142/2011/DESEG.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

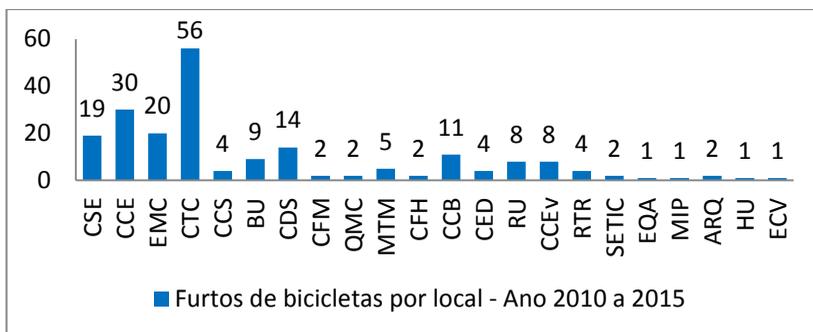
A prisão do autor dos delitos, a qual foi divulgada pela mídia, impactou nas ocorrências dessa natureza, uma vez que no restante do ano foi percebida uma forte diminuição no número de bicicletas furtadas. No entanto, ainda foram registrados 16 (dezesesseis) furtos de bicicletas até o final daquele ano. A continuidade desse tipo de ocorrência, mesmo depois da prisão aqui mencionada, pode ser explicada pelo fato de haver muitos indivíduos que praticam tal modalidade criminosa. A grande maioria desses indivíduos é menor de idade e residem nas proximidades do campus Trindade, como nos Bairros Serrinha e Pantanal. Somente no banco de dados da SII/DESEG, foram identificados 30 (trinta) indivíduos que já foram detidos na prática desse delito no interior do campus Trindade no período pesquisado.

Importante também destacar o papel da imprensa nesse processo de combate e prevenção à criminalidade. A divulgação da prisão de indivíduos cometendo crimes no interior do campus é de extrema importância no que se refere a queda do número de casos, pois a divulgação da ação da segurança desestimula outros elementos a virem

cometer delitos no campus. Percebe-se que quando é divulgada uma ação da segurança na imprensa, aquele tipo de crime demora mais a voltar a ocorrer.

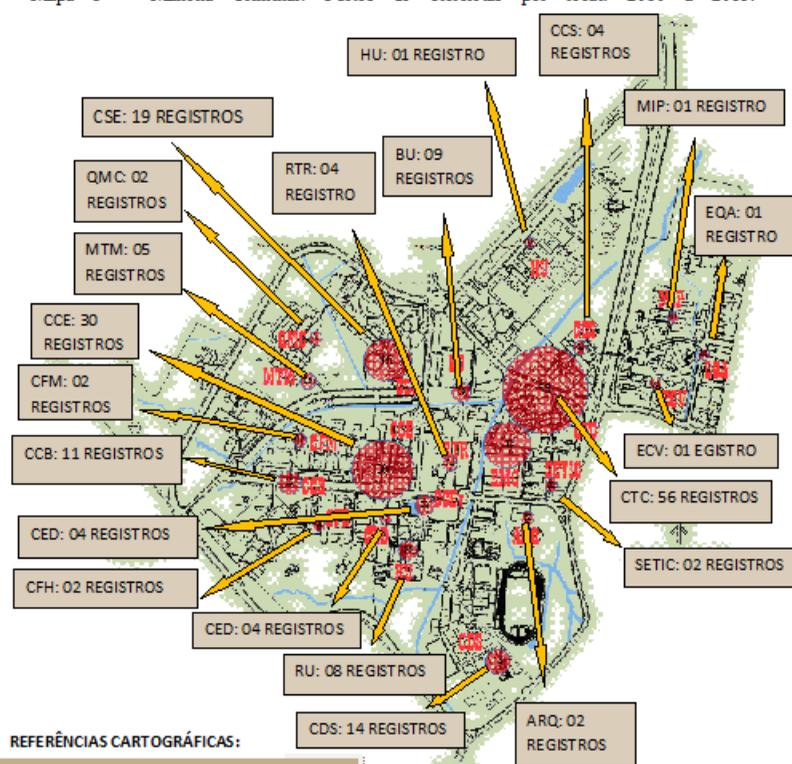
Com relação à quantidade de furtos dessa natureza levantados entre 2010 e 2015 e classificados por local, o Centro Tecnológico – CTC aparece como o local de maior índice de registros, com 56 (cinquenta e seis) casos, seguido pelo Centro de Comunicação e Expressão – CCE e pela Engenharia Mecânica – EMC, com 30 (trinta) e 20 (vinte) casos respectivamente (Gráfico 6). Esses dados aparecem com maior clareza no Mapa 3, o qual demonstra a “mancha criminal” referente aos furtos de bicicleta no campus Trindade com o número de registros e os locais onde ocorreram.

Gráfico 6 – Furtos de bicicletas por local – 2010 a 2015.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Mapa 3 – Mancha Criminal: Furtos de bicicletas por local. 2010 a 2015.

**REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS:**

ARQUITETURA – ARQ: 02
 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA – BU: 09
 CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – CCB: 11
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS: 04
 CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS – CFM: 02
 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS/FÓRUM – CCB/FÓRUM: 12
 CENTRO DE EDUCAÇÃO – CED: 04
 CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE: 30
 CENTRO DE DESPORTOS – CDS: 02
 CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH: 02
 CENTRO TECNOLÓGICO – CTC: 02
 CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE: 19
 ENGENHARIA CIVIL – ECV: 01
 ENGENHARIA MECÂNICA – EMC: 01
 ENGENHARIA QUÍMICA – EQA: 01
 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO – HU: 01
 MICROROBIOLOGIA E PARASITOLOGIA – MIP: 01
 NUMA: 02
 QUÍMICA – QMC: 02
 REITORIA – RTR: 04
 RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO – RU: 08
 SETIC: 02

FONTE: SEPLAN/UFSC. Adaptado pelo autor (2016).

ESCALA APROXIMADA
 1: 5000

5.5 ROUBOS

No que se refere ao crime de roubo, esses acontecem de diversas formas, sejam com o uso de arma de fogo, réplicas, arma branca (facas e afins) ou mesmo com emprego de agressão física. Além do fato de que a maioria dos casos aparece ligada a realização de festas, como já foi colocado, foi identificada nas pesquisas uma ocorrência que deve ser mencionada, uma vez que denota a importância da atividade de inteligência no combate à criminalidade. Esse caso foi constatado nas pesquisas como um dos mais marcantes e recentes resolvidos pelo serviço de inteligência do DESEG/UFSC em conjunto com outro órgão de segurança externo, no caso, a Delegacia de Repressão a Roubos – DRR, da Polícia Civil - PC. Trata-se de um roubo cometido contra um aluno do curso de Administração da UFSC, nas proximidades do Centro Socioeconômico – CSE, caso esse registrado no Boletim de Ocorrência número 048/2013/DESEG/UFSC e 4065/2013/5º DP, relatado no Quadro 12.

Quadro 12 – Roubo em 2013.

A partir das informações da vítima, a qual relatou o caso ocorrido no dia 26 de Março de 2013, os agentes da Seção de Investigação e Inteligência - SII do DESEG passaram a fazer a verificação no sistema SMI do campus com o objetivo de identificar os autores do delito. Após visualizar as imagens, foi possível verificar três indivíduos suspeitos correndo no momento do ocorrido, vindo do Centro Socioeconômico - CSE em direção à rótula do então Departamento de Administração Escolar – DAE (hoje sede do DESEG/UFSC), os quais, ao serem vistos pela vítima, foram prontamente identificados como sendo os autores do roubo (Imagem 5). Observando as referidas imagens, um agente da SII do DESEG identificou dois dos elementos que cometeram o delito, indivíduos estes já conhecidos da SII por outras infrações e abordagens e, conseqüentemente, já cadastrados no banco de dados da Seção. Após identificação dos suspeitos, foi feito então o procedimento de praxe para identificação e confirmação dos elementos pela vítima através de fotografias. Nesse processo, as fotografias dos suspeitos são colocadas misturadas com as de outros elementos e mostradas para a vítima, tendo a mesma prontamente identificado os dois indivíduos previamente identificados pela SII como sendo os autores do delito, inclusive indicando o que estaria armado.

Ato contínuo, identificou-se que dentre os pertences roubados da vítima, havia um celular i-Phone 5 da marca APPLE, o qual possuía dispositivo de rastreamento, sendo que a senha para monitoramento foi fornecida pela vítima à SII/DESEG. De posse da senha para rastreamento, a SII/DESEG passou a tentar localizar o aparelho celular, mas o mesmo aparecia como desligado.

Por volta das 22h30min do mesmo dia, foi possível então constatar no rastreador que o aparelho da vítima estaria na Rua João Pio Duarte Silva, em um condomínio conhecido e próximo ao DESEG, conforme imagens da plataforma “ICLOUD” da empresa APPLE.

De posse dessa informação, os agentes da SII a confrontaram com o endereço de um dos autores identificados pela vítima e pela SII, endereço este constante do banco de dados da Seção, no aplicativo *Google Maps*, sendo que os dados conferiram exatamente com os dados fornecidos pelo rastreador do celular da vítima.

Dando continuidade às investigações, no dia seguinte, 27/03/13, às 23h58min, a vítima recebeu em seu e-mail pessoal, informação dando conta que seu aparelho roubado havia sido ligado na Rua Dionísio Manoel dos Santos, no Bairro Itacorubi, informação essa repassada para a SII/DESEG. De posse dessa informação, repetiu-se o mesmo procedimento feito anteriormente, constatando-se também tratar-se do endereço do segundo suspeito previamente identificado, corroborando com as suspeitas.

Já no dia 28/03/13, a vítima procurou o serviço de inteligência do DESEG/UFSC dando conta que elementos tentaram usar seu cartão de crédito em uma loja (Joalheria) no centro comercial ARS, no centro de Florianópolis, tendo sido fornecidas imagens do Circuito Interno de TV – CFTV daquele local à vítima, imagens essas entregues na SII do DESEG/UFSC. Efetuando análise nas tais imagens, os agentes do serviço de inteligência do DESEG constataram que dentre os elementos que tentaram efetuar compras na referida loja e que apareciam nas imagens do monitoramento do centro comercial, estão os dois suspeitos, conforme imagens 5 e 6. Outro indício de que se tratava dos referidos indivíduos, é o fato de que entre os objetos que fora tentada compra, está uma corrente com uma placa com a letra “H”, sugerindo ter sido solicitação de um dos suspeitos, já que seu nome começa com essa consoante, prova esta anexada ao relatório

posteriormente encaminhado à Delegacia de Repressão a Roubos-DRR, o qual foi encaminhado pelo delegado titular daquela especializada ao poder judiciário.

A justiça, com base nas informações contidas no relatório de investigação elaborado pelo serviço de inteligência do DESEG/UFSC, decretou a prisão preventiva dos dois indivíduos, mandados esses cumpridos no dia 26/04/13 e amplamente divulgados na mídia.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Imagem 5 - Imagens do sistema SMI da UFSC na hora da fuga, às 17h35min, em 2013.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Imagem 6 - Suspeitos no centro comercial ARS em 2013.



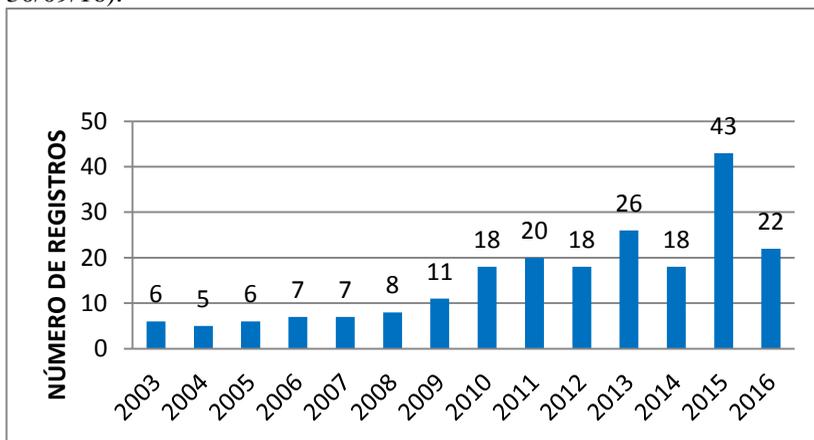
Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016).

O crime de roubo aparece em evidente ascendência no Gráfico 7, com aumento considerável a partir do ano de 2010. O aumento da criminalidade combinado com o aumento do número de festas no interior do campus parece ter sido o grande motivo desse crescimento, conforme já mencionado.

Analisando o número de registros dessa natureza por local da ocorrência (Gráfico 8), identifica-se o Centro Socioeconômico – CSE, a região do Restaurante Universitário e do prédio do Centro de Biologia Molecular – CEBIME (RU/CEBIME), juntamente com a região do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH e do Centro de Educação - CED como os locais de maior incidência desses crimes. A razão disso demonstra estar ligado ao fato desses locais serem periféricos ao local de maior ocorrência de festas, ou seja, o Centro de Comunicação e Expressão – CCE (conforme o que foi levantado nas pesquisas), uma vez que as vítimas se afastam em direção a essas áreas para fazerem suas necessidades fisiológicas – já que as festas não dispõem de banheiros químicos – ou utilizam-se desses locais como trajetos de saída e entrada do campus, como é o caso do RU/CEBIME e do CSE. Por serem áreas mais afastadas do agrupamento de pessoas, tornam-se locais propícios para o cometimento de roubos como exemplificado no BO 093/2016/DESEG, o qual apresenta como relato:

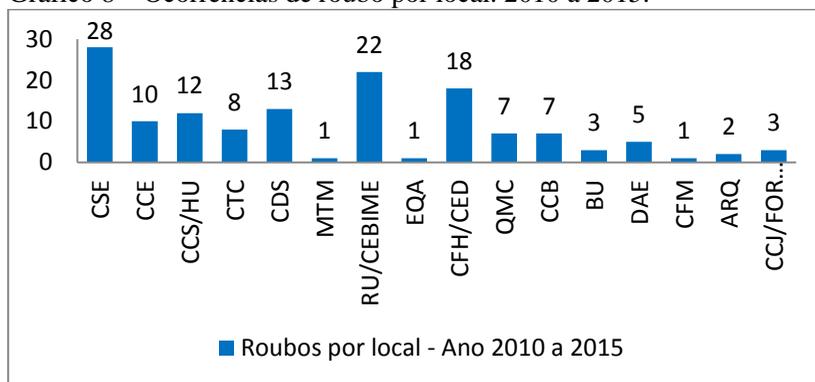
Relata-nos o comunicante que, na madrugada do dia 13, ao sair de uma festa do CA da Biologia na UFSC foi abordado por dois masculinos de capuz e sob ameaça de uma arma de fogo tiraram sua carteira levando apenas o dinheiro nela encontrado (R\$ 2.00). Em seguida devolveram a carteira e evadiram-se do local (UFSC, 2016).

Gráfico 7 – Ocorrências de roubo entre os anos de 2003 e 2016 (Até 30/09/16).



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

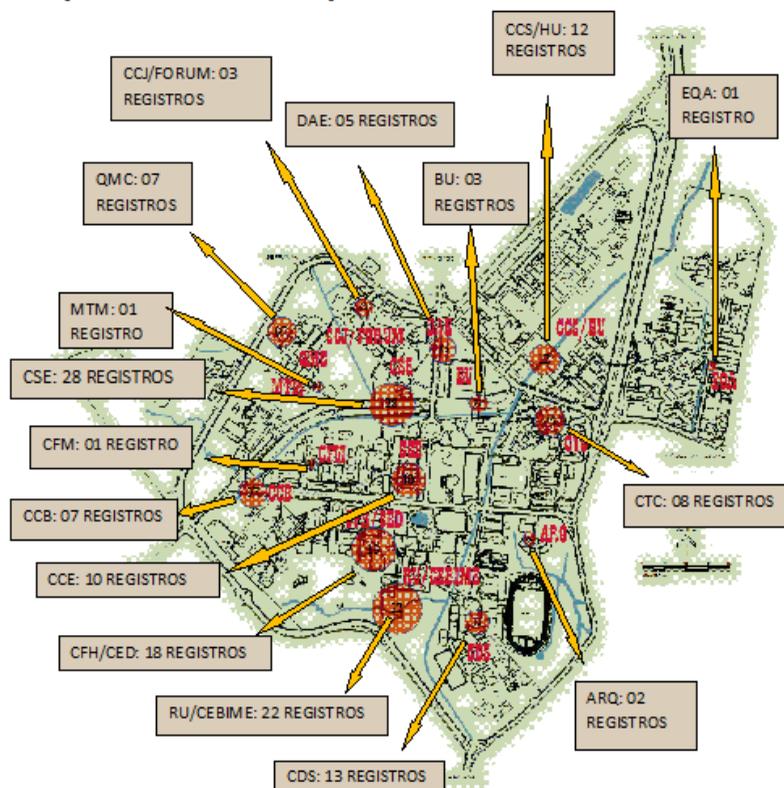
Gráfico 8 – Ocorrências de roubo por local. 2010 a 2015.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Essa distribuição das ocorrências de roubo por local, onde é possível se ter uma ideia geral dos locais mais suscetíveis a essa prática criminosa e, assim sendo, servindo de base para que a comunidade possa ter maior cautela quando estiverem circulando pelos mesmos, é melhor visualizada no Mapa 4.

Mapa 4 – Mancha Criminal: Roubos por local. 2010 a 2015.



REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS:

FONTE: SEPLAN/UFSC. Adaptado pelo autor (2016).

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE: 28
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/HU – CCS/HU: 12
 CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – CCB: 07
 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS/FÓRUM – CCB/FÓRUM: 03
 CENTRO TECNOLÓGICO – CTC: 08
 CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO: 10
 CENTRO DE DESPORTOS – CDS: 13
 CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS/CENTRO DE EDUCAÇÃO – CFH/CED: 18
 RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO/CEBIME – RU/CEBIME: 22
 CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS – CFM: 01
 MATEMÁTICA – MTM: 01
 QUÍMICA – QMC: 07
 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – DAE: 05
 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA – BU: 03
 ENGENHARIA QUÍMICA – EQA: 01
 ARQUITETURA – ARQ: 02

ESCALA APROXIMADA
 1:5000

Nos casos de crimes aqui apresentados, é importante que se destaque a utilização do *ciclo de inteligência* pela SII/DESE/UFSC e a utilização de seu produto na tomada de decisões. Em todos os exemplos relatados foi possível identificar que houve uma prévia coleta ou busca de informações, tratamento destas, produção da informação (produto de inteligência) e utilização da mesma pelos dirigentes universitários na tomada de decisão e conseqüente resolução do problema. Além do produto de inteligência ser utilizado na própria UFSC, também se mostrou útil para outras instituições, como exemplifica o caso de roubo, o qual demonstra a importância da atividade de inteligência, uma vez que os indivíduos foram identificados por conta de um banco de dados preexistente na SII/DESEG e, a partir de um trabalho executado sobre essas informações, foi possível a prisão e condenação dos envolvidos por parte da Polícia Civil e pelo Poder Judiciário, respectivamente.

5.6 ANÁLISES DAS OCORRÊNCIAS ENTRE 2003 E 2016

Para fins desta pesquisa, foram analisadas as ocorrências registradas no DESEG/UFSC entre 01 de Janeiro de 2003 e 30 de Setembro de 2016, totalizando 3.552 (três mil quinhentas e cinquenta e duas) ocorrências, as quais estão descritas na Tabela 6 exposta a seguir. O número de ocorrências por ano se mostrou equilibrado, sendo numa média de 251 (duzentos e cinquenta e um) por ano (Gráfico 9). Percebe-se que o ano em que houve o menor número de registros foi o de 2006, com 222 (duzentos e vinte e duas) ocorrências registradas e o ano de maior número de registros foi o de 2011, com 313 (trezentos e treze) registros.

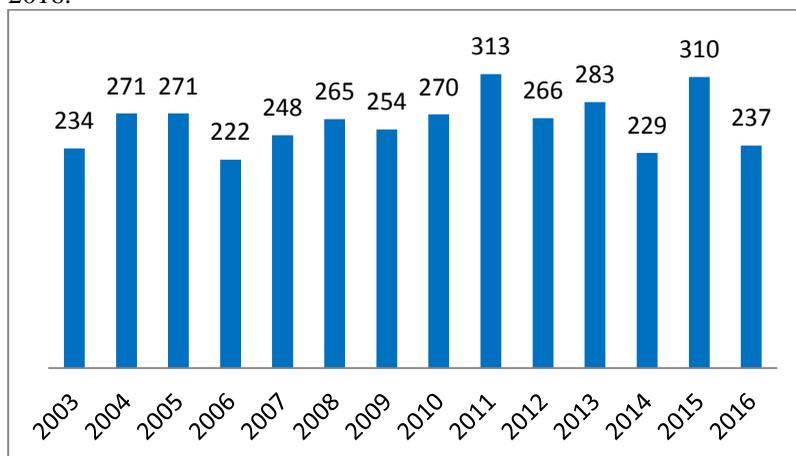
Tabela 6 – Ocorrências registradas no DESEG/UFSC– 2003 a 2016

TIPO DE OCORRÊNCIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
RTD (Bolsas, carteiras, mochilas)	17	36	19	38	42	26	73	17	44	29	44	45	41	46	527
FURTO DE ATRIMÔNIO	42	27	13	18	30	22	29	23	13	14	23	17	19	13	303
FURTO DE BICICLETAS	19	16	21	14	30	19	26	30	49	24	20	36	60	29	393
FURTO DE VEÍCULO	26	33	32	08	13	09	01	00	01	10	07	00	01	02	143
FURTO EM VEÍCULO	27	30	39	20	20	28	15	32	16	09	19	07	13	16	291
AMEAÇA	02	05	10	02	00	09	06	10	12	06	08	11	14	12	107
AGRESSÃO	10	08	06	03	07	08	07	08	03	06	08	05	07	08	84
REBENSÃO DE DROGAS (em gramas)	360	450	350	60	320	60	350	60	100	80	300	90	30	20	2.600
TIPO DE OCORRÊNCIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
RÁFICO (em gramas)	256	0	70	70	230	200	0	0	0	0	150	00	80	0	1.050
ROUBO	06	05	06	07	07	08	11	18	20	18	26	18	43	29	222
REBENSÃO DE ARMA DE FOGO	00	00	00	00	00	00	01	01	02	01	02	00	02	02	11
PREENSÃO MA B RANCA	05	08	10	02	03	10	03	02	08	03	05	04	08	03	74
SEQUESTRO	01	00	00	00	00	01	00	01	01	03	02	02	01	00	12
SETELIONATO	02	01	01	02	01	00	01	00	01	00	00	01	00	00	10
REENSÃO JANC/A/DESCENTE	23	20	21	17	18	11	06	15	08	03	07	08	10	10	177
TENÇÃO UD R DE IDE	17	39	31	45	42	59	53	26	34	08	51	22	19	25	471

Fonte: Seção de Investigação e Inteligência/SII – DESEG/UFSC (2016)

Nota: **DADOS ATUALIZADOS ATÉ 30/09/2016.**

Gráfico 9 – Número de ocorrências registradas no DESEG entre 2003 e 2016.

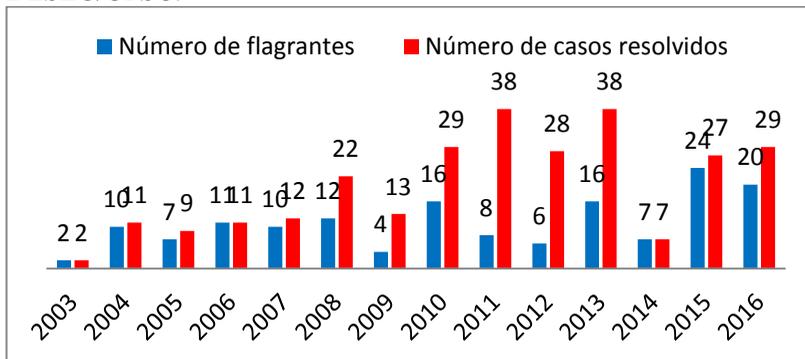


Fonte: Seção de Investigação e Inteligência/SII – DESEG/UFSC (2016)

Observa-se que as ocorrências de delitos violentos como roubo foram aumentando ao longo dos anos, sendo que concomitantemente, aumentaram o número de flagrantes e detenções dos autores na mesma proporção. Identificou-se também que esse aumento no número de roubos está intimamente relacionado ao crescimento do número de festas universitárias realizadas no interior do campus, como será abordado adiante.

É perceptível que houve um aumento no número de flagrantes ao longo dos anos, ao mesmo passo que aumentou o número de casos resolvidos pelo DESEG/UFSC, ou seja, em que os envolvidos foram identificados, presos e/ou tendo sido recuperados os pertences das vítimas, mesmo que parcialmente. Isso aconteceu, sobretudo, a partir do ano de 2010, o que pode estar ligado ao aumento da criminalidade, mas também a um maior empenho por parte do DESEG/UFSC e de outros órgãos na prevenção e combate à criminalidade dentro do campus, principalmente em ações conjuntas, o que pode ser visto de forma mais ilustrativa no Gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 – Número de flagrantes e de casos resolvidos pelo DESEG/UFSC.

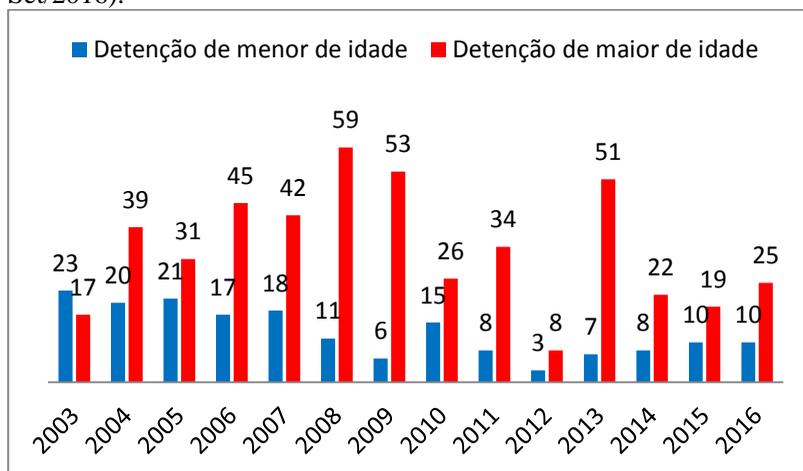


Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Fato importante identificado nas pesquisas documentais foi a questão de uma mudança de postura e do modo de atuar do DESEG/UFSC a partir do ano de 2004, sobretudo, após a criação de um grupo que na época foi denominado Grupo Especial de Ronda Universitária – GERU, criado em 08 de Setembro de 2003. Percebe-se aí um “divisor de águas” na segurança da UFSC, seja na maneira de atuar ou mesmo nos resultados alcançados. A partir deste ano, o DESEG/UFSC passou a atuar fortemente na prevenção com o uso de um serviço de inteligência em conjunto com os órgãos externos de segurança. Essa atuação parece ter tido influência direta no número de ocorrências, uma vez que nota-se uma baixa nos registros, os quais passaram de 271 (duzentos e setenta e um) nos anos de 2004 e 2005 para 222 (duzentos e vinte e dois) registros no ano de 2006, período inicial de atuação do referido grupo.

Entretanto, percebe-se também que o mesmo empenho que fez diminuir o número de ocorrências fê-las aumentar nos anos seguintes. Isso pode estar associado ao maior empenho dos agentes que passaram a deter mais indivíduos em flagrante, sobretudo, na posse ou consumo de drogas ilícitas. Esse aspecto é perceptível ao longo dos anos de 2006 e 2009 onde houve um aumento significativo de detenções, possivelmente em razão das ações preventivas e reativas empregadas pelo grupo (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Detenção de indivíduos no campus Trindade (Jan/2003 a Set/2016).



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Um caso específico chama a atenção nessa época, o que também parece ter sido o início de uma “nova era” dentro da segurança da UFSC. Trata-se do caso de uma série de furtos de componentes de computadores que ocorreram desde o ano de 2003 em diversos Departamentos e Centros de Ensino da UFSC, bem como em outros órgãos públicos. O autor dos delitos – posteriormente identificado como sendo uma mulher – adentrava aos setores, hora de forma despercebida, hora se passando por técnica de um setor de manutenção em informática da universidade (Núcleo de Manutenção - NUMA). Os computadores eram abertos e seus componentes subtraídos no próprio local ou levados até um banheiro próximo, onde eram subtraídos, ficando apenas a carcaça no local. Outras vezes, toda a CPU era furtada. Foram cerca de onze meses de furtos de computadores e componentes eletrônicos até que agentes do grupo especial da segurança do campus da UFSC, o GERU, identificaram a pessoa responsável pelos furtos, bem como o receptor desses produtos furtados, conforme o Quadro 13.

Quadro 13 – Furto de componentes eletrônicos em 2004.

As investigações começaram a partir das imagens da suspeita feitas pelo circuito interno de TV do Núcleo de Processamento de Dados – NPD, hoje denominado SETIC, um dos poucos locais com monitoramento de imagens naquela época, onde a mesma agiu na segunda-feira, dia 12/04/04. A partir dessas imagens, começava a se fechar o cerco à maior sequência de crimes desta natureza já vista no interior do campus Trindade. Na noite do mesmo dia, um agente do GERU viu uma feminina com as características identificadas nas imagens do circuito interno do NPD, em um estabelecimento comercial no centro de Florianópolis, momento em que acionou a equipe do DESEG/UFSC que se deslocou até o local. No local onde a suspeita se encontrava, a equipe do DESEG/UFSC se passou por cliente do estabelecimento e conseguiu fotografar a suspeita (Foto 7), bem como, posteriormente, descobriu onde a mesma residia. No dia seguinte, as fotografias da suspeita foram mostradas às pessoas que tiveram contato com a mesma nos dias dos furtos, tendo a mulher sido prontamente identificada pelas testemunhas. A partir daquele momento foram feitas campanas na residência da suspeita até que no dia 14/04 a mesma saiu de casa e pegou um ônibus para o centro da cidade de Florianópolis, posteriormente, para a cidade de São José, mais precisamente no Bairro Campinas. Um dos agentes do DESEG/UFSC a acompanhou no interior do mesmo coletivo, enquanto outro seguia em veículo descaracterizado. Já no Bairro Campinas, a suspeita adentrou a uma loja de informática, onde supostamente estaria entregando os produtos de furto, retornando em seguida para Florianópolis, passando no mercado público e fazendo algumas compras, possivelmente com o dinheiro adquirido com a venda dos equipamentos furtados. Com base nas informações coletadas ao longo desse período, foi feito um dossiê do caso.

No dia 16/04, por volta do meio dia, enquanto agentes do DESEG/UFSC faziam campana na residência da suspeita, no intuito de acompanhá-la na saída de casa para flagrar uma possível ação, uma equipe da força-tarefa da Procuradoria de Justiça do Estado, órgão público onde a acusada havia efetuado furto no dia anterior (15/04), procurou o Departamento de Segurança da UFSC para ter acesso ao dossiê elaborado pelos agentes do DESEG/UFSC, haja vista já terem conhecimento da investigação em curso e de seu progresso. Com base nas informações existentes no mesmo, a Procuradoria de Justiça expediu um mandado de busca e apreensão a executar-se na residência da acusada e na suposta loja receptadora.

Agentes do DESEG/UFSC acompanharam as diligências na loja e na residência da suspeita. Na loja, após interrogar o proprietário, os agentes da Procuradoria e do DESEG conseguiram recuperar o HD da Procuradoria de Justiça além de outro da Delegacia Regional do Trabalho – DRT, órgão este também vítima de furto cometido pela envolvida, culminando em Auto de Prisão em Flagrante - APF em desfavor do dono da loja por incurso no crime de receptação, Art. 180 do Código Penal Brasileiro - CPB. Na residência da suspeita foram encontradas diversas peças de computadores, como HD, pentes de memória e placas mãe, além de etiquetas de identificação de alguns dos computadores furtados na UFSC. Contudo, a mesma não estava no local, sendo posteriormente encontrada e encaminhada para as devidas providências junto à autoridade policial competente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Foto 7 - Foto da suspeita tirada no centro de Florianópolis em 2004.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Esse foi um dos casos de maior destaque dentre os pesquisados, mas que se torna ainda mais intrigante pelo fato que, coincidentemente, a mesma mulher voltou a efetuar furtos nas dependências da UFSC durante o período de realização da presente pesquisa, ou seja, doze anos depois, mas até o momento ainda não foi presa.

Importante destacar também a execução do *ciclo de inteligência* nesse caso e, sobretudo, no uso de seu produto, uma vez que foi feito um levantamento completo sobre a suspeita, onde esses dados foram tratados e transformados em um dossiê (produto de inteligência) que foi utilizado pela Procuradoria de Justiça (difusão) para que a envolvida fosse presa e levada à julgamento.

Outros casos também merecem ser comentados, os quais estão vinculados a ocorrências específicas ligadas à drogas e festas no interior do campus, casos esses que passamos a comentar.

5.7 OCORRÊNCIAS LIGADAS ÀS DROGAS

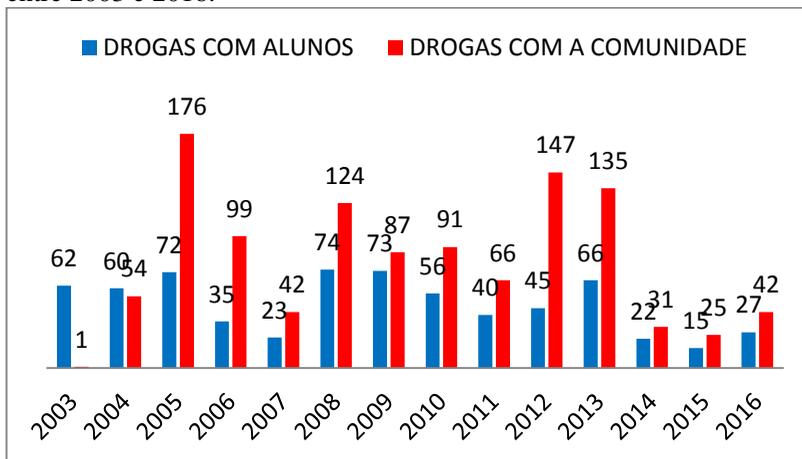
Entre os trabalhos que o DESEG/UFSC desenvolve, está o de conscientização, prevenção, repressão e combate ao tráfico e ao uso indevido de substâncias entorpecentes no interior do campus. Analisando os casos relacionados a esses delitos, identificou-se que o procedimento dos agentes do DESEG/UFSC quanto ao flagrante a alunos e membros da comunidade externa consumindo ou portando drogas no campus se mostra essencialmente pedagógico. Nesse sentido, os indivíduos surpreendidos consumindo ou portando essas substâncias são conscientizados e advertidos, numa primeira vez, dos malefícios que as mesmas podem trazer ao usuário e à própria sociedade. Em seguida, é feito um cadastro da abordagem, alertando-os que numa eventual reincidência, é feito encaminhamento ao colegiado do respectivo curso, bem como ao serviço social da instituição (quando se trata de alunos da UFSC), documento comunicando o ocorrido para que sejam tomadas as devidas providências administrativas, além de se proceder a condução à delegacia de polícia competente para confeccionar Termo Circunstanciado – TC, conforme prevê a Lei 11.343/2006. Dependendo da situação, como no caso de posse de droga em quantidade, é feita a condução a delegacia competente, independente de ser a primeira vez.

Nesse contexto, conforme banco de dados do serviço de inteligência do DESEG/UFSC, entre os anos de 2003 e 2016, foram flagrados 697 (seiscentos e noventa e sete) alunos portando ou consumindo algum tipo de droga (Gráfico 12). No mesmo período, foram detidos 1150 (mil cento e cinquenta) pessoas da comunidade

externa, na conduta das mesmas práticas ilícitas, totalizando 1847 (mil oitocentos e quarenta e sete) detenções. Assim sendo, percebe-se que embora haja um grande número de ocorrências de alunos detidos com drogas, é a comunidade externa que aparece com um maior número de detenções, sobretudo, nos anos de 2005, 2008, 2012 e 2013. Percebe-se também que houve um grande salto no número de detenções referentes a drogas a partir de 2005. Analisando essa questão, ficou claro que esse aumento está ligado a influência do empenho do GERU nas abordagens preventivas e repressivas.

Entretanto, também é perceptível a queda ocorrida a partir de 2014 no que se refere às detenções dessa natureza. Analisando os possíveis motivos, percebeu-se que o fato deve estar ligado ao ocorrido no dia 25 de Março de 2014, onde uma detenção de alunos com drogas no bosque do planetário, batizada pelos mesmos de “Levante do Bosque”, feita pela Delegacia de Repreensão a Entorpecentes – DRE da Polícia Federal - PF em conjunto com agentes do DESEG/UFSC, terminou em confusão e intervenção do Batalhão de choque da Polícia Militar. Somente após essa intervenção foi possível encaminhar os detidos à delegacia para as devidas providências, já que estudantes, servidores e professores impediam a detenção dos indivíduos flagrados com droga. Assim sendo, muito embora a ação das forças de segurança pareça ter sido feita dentro do que preconiza a Lei e o uso progressivo da força, as mesmas, inclusive o DESEG/UFSC, foram acusadas pela então Administração Central de arbitrariedade e abuso de poder. Em conversas com agentes do DESEG/UFSC, esses relataram que a partir daquele episódio passaram a não atender mais ocorrências ou sequer fazer rondas naquele local, até que se decidisse o que seria feito com a situação encontrada naquele ambiente, diariamente utilizado para o consumo e tráfico de drogas. Nesse sentido, fica clara a razão da diminuição de registros de detenções, haja vista que pelas análises documentais, o bosque do planetário é o local onde existe o maior número de registros de detenções dessa natureza.

Gráfico 12 – Detenção de indivíduos com drogas no campus Trindade entre 2003 e 2016.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

O problema de consumo de drogas dentro do campus Trindade é algo rotineiro e que se arrasta historicamente, sendo que ainda não se vislumbra uma solução definitiva, mesmo por que isso não é um problema endêmico à instituição, mas um problema social e que se repete nas demais IFES espalhadas pelo país (GT SEGURANÇA DA FASUBRA, 2014). Ao que parece, ainda existem pessoas que entram para a faculdade com a ideia que o campus é um local onde é permitido se fumar maconha. Entretanto, cabe salientar que a Lei 11.343/2006 prevê que ainda é crime, tipificado em seu art. 28, portar ou consumir maconha ou qualquer outra droga ilícita, sendo que o flagrante desse tipo de conduta cabe condução à delegacia para confecção de Termo Circunstanciado – TC, tendo penas que variam entre pagamento de multa e/ou prestação de serviço comunitário. A diferença entre a Lei atual e a Lei anterior (Lei 6.368/76) é que a Lei antiga entendia, no seu art. 16, que o porte ou consumo de droga ilícita para uso pessoal era passível de prisão do autor. Sendo assim, a conduta não foi descriminalizada, como muitos ainda pensam, mas amenizada com uma pena alternativa.

Com relação a questão das drogas, um caso analisado e que denota de forma bem clara a importância de uma ação integrada entre as forças de segurança, sobretudo na questão do uso da inteligência em segurança pública no combate à criminalidade, é o caso que culminou

no BO 169/2008/DESEG, sobre um esquema de tráfico de drogas que ocorria no prédio da Reitoria da UFSC, cujo protagonista era um vigilante terceirizado da empresa que prestava serviço naquele local, caso esse que passamos a relatar no Quadro 14.

Quadro 14 – Tráfico de drogas em 2008.

No dia 18/07/08, investigadores da 5ª Delegacia de Polícia procuraram agentes do Departamento de segurança da UFSC que procediam um flagrante naquele distrito policial, passando informações sobre uma suposta comercialização de drogas que estaria acontecendo no prédio da Reitoria da universidade. As informações repassadas pelos policiais civis corroboraram com as suspeitas que a equipe de inteligência do DESEG já tinha quanto ao movimento suspeito naquele local. As informações davam conta que um vigilante da empresa terceirizada que prestava serviço à universidade estava promovendo o tráfico de drogas na região da Trindade e que fazia dos seus plantões noturnos como vigilante, no prédio da Reitoria, o seu ponto de venda de drogas. Assim sendo, os investigadores da 5ª Delegacia solicitaram apoio do DESEG para montar operação no intuito de derrubar o esquema criminoso.

A partir desse dia, agentes da Seção de Investigação e Inteligência do DESEG passaram a monitorar os passos e, principalmente, os plantões do referido vigilante terceirizado. No dia 20/07/08, plantão do mencionado vigilante, já foi possível perceber por meio do sistema CFTV que o movimento era intenso no estacionamento da Reitoria. Por meio das câmeras de vigilância instaladas naquele local, foi possível flagrar o momento em que um indivíduo estacionou um veículo RENAULT SCÉNIC prata nas proximidades e ia a pé até o vigilante que se encontrava próximo a entrada dos fundos daquele prédio, onde existe um estacionamento – tendo sido feito prévio contato telefônico – e pegava algo, saindo em seguida (Imagem 7). Posteriormente, o referido veículo foi identificado e constatou-se pertencer a um morador das proximidades da ELASE, o qual foi constatado ser usuário de drogas.

Dando sequência às investigações, foram levantadas informações da placa de uma moto HONDA BIZ que se encontrava estacionada próximo a entrada dos fundos da Reitoria, em um dos plantões do vigilante, sendo que o condutor da mesma estava dentro do referido prédio conversando com o funcionário.

Consultando a placa da moto, constatou-se que se tratava de um indivíduo que havia sido detido com droga no ano anterior por agentes da SII do DESEG/UFSC, juntamente com outros dois indivíduos, nas proximidades do Centro de Desportos - CDS e que constavam no banco de dados da seção. Após alguns dias de investigações, já haviam sido levantados dados de diversos indivíduos e veículos, supostamente envolvidos no esquema de tráfico, além de alguns usuários.

Esse trabalho de investigação gerou uma série de imagens e um relatório que davam conta de toda movimentação e respectivos horários, nome de envolvidos e veículos que frequentavam o local, material esse entregue aos investigadores do 5º DP que confrontaram tais informações aos dados provenientes da transcrição de grampo telefônico concedido judicialmente. Dessa forma, todas as informações do DESEG/UFSC bateram com as escutas telefônicas, servindo de subsídio para solicitação junto ao poder judiciário dos mandados de prisão e de busca e apreensão, os quais foram prontamente expedidos para oito dos envolvidos elencados.

Após serem expedidos os mandados de prisão temporária por 30 (trinta) dias e os mandados de busca e apreensão nas casas dos envolvidos, foi acertado o dia em que os mesmos seriam cumpridos, sendo escolhido o dia 22/08, às 06h00min. Foi destacada então uma equipe do DESEG que juntamente com um investigador do 5º DP e policiais do P2 do 4º BPM, cumpriram o mandado de prisão do Vigilante terceirizado. Foi feita busca pessoal no vigilante, no interior do veículo do mesmo, na portaria do prédio e no interior de uma mochila, a qual pertencia ao vigilante e que se encontrava no balcão de informações da Reitoria, mochila esta onde foi encontrada aproximadamente 100 gramas de substância aparentando ser cocaína pura. Sendo assim, foi dada voz de prisão em flagrante ao vigilante. Havia também uma informação dando conta que o mesmo andava armado, pois estava jurado de morte por elementos de morros rivais, o que expunha, sobretudo os servidores da Reitoria, à risco de morte por conta disso, uma vez que poderiam atentar contra a vida do mesmo naquele local. Todavia, após buscas, não foi encontrada nenhuma arma de fogo. Concomitantemente ao cumprimento do mandado de prisão ao vigilante – o qual também foi preso em flagrante em razão da posse de drogas –, Policiais Cíveis de diversas delegacias, além de Policiais do P2 do 4º BPM, cumpriram os demais mandados de prisão e de busca e apreensão com o apoio do helicóptero “Pelicano” da Polícia Civil, sendo que três indivíduos não foram encontrados.

Nas residências onde foram cumpridos os mandados foram encontradas mais drogas, além de equipamentos de procedência duvidosa como dois notebooks, possivelmente provenientes do tráfico de drogas. Toda a operação foi amplamente divulgada desde cedo pela mídia local.

Nesse contexto e, particularmente, neste caso, é possível constatar o que se traduz em mais um problema ligado a terceirização da segurança das IFES, uma vez que o vigilante terceirizado envolvido já respondia processo pelo mesmo crime e que, mesmo assim, foi admitido pela empresa e colocado a trabalhar num local estratégico como a Reitoria da universidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Imagem 7 – Entrega de droga a um usuário.



Fonte: Sistema SMI do DESEG/UFSC (2008).

5.8 OCORRÊNCIAS LIGADAS ÀS FESTAS UNIVERSITÁRIAS

Dentre os problemas que o DESEG/UFSC enfrenta no seu dia a dia, estão as festas universitárias realizadas no interior do campus Trindade da UFSC, as quais estão intimamente ligadas ao consumo de drogas ilícitas e lícitas, como o álcool. Esse tipo de evento se tornou frequente no interior do campus nos últimos anos culminando em um problema para a instituição, comunidade externa e ao próprio DESEG/UFSC, uma vez que foi possível constatar com a análise das ocorrências que a maioria dos crimes de furto e, sobretudo, os de roubo, foram realizados em períodos em que estavam sendo realizados alguns desses eventos. Nesse contexto, foi possível identificar um aumento nesse tipo de delito a partir do ano de 2009, coincidentemente, período em que, segundo documentos analisados no DESEG/UFSC, houve um aumento no número de festas realizadas no campus, tendo sido constatado que entre o ano de 2010 e 2016, houve 271 (duzentos e setenta e uma) festas autorizadas pela administração da UFSC, fora as inúmeras clandestinas que eram realizadas muitas vezes de forma simultânea.

Como as chamadas “festas universitárias” são divulgadas nas redes sociais, aliado ao fato de o campus não possuir controle de acesso, estas são frequentadas por milhares de pessoas que, na maior parte, não possui nenhum vínculo com a instituição, promovendo barulho e som automotivo em auto volume, perturbando a tranquilidade dos moradores dos arredores. Essa perturbação do sossego que, muitas vezes, vai até ao amanhecer, promovendo transtornos que impedem o tranquilo descanso, acabam denegrindo a imagem da instituição perante a sociedade, além de por em risco a integridade física dos participantes e transeuntes. Em uma dessas festas, foi necessária a intervenção do DESEG/UFSC em conjunto com guarnições da Polícia Militar - PM que contou com tropas do Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, Pelotão de Patrulhamento Tático - PPT, Batalhão de Choque e guarnições de área, uma vez que foi constatada pelos serviços de inteligência do DESEG/UFSC e PMSC a presença de traficantes com seus seguranças armados entre os participantes do evento, conforme relatado no BO 095/2013 do DESEG/UFSC (Foto 8). Já no BO 268/13/DESEG, foi relatado que durante a realização de uma dessas festas, um masculino foi alvejado por três disparos de arma de fogo quando este se encontrava em meio aos participantes, situação que já vinha sendo alertada pelo serviço de inteligência do DESEG/UFSC, bem como de outros órgãos, desde o ano de 2005. Na noite anteriormente relatada, em que houve o apoio da

PM, um Pró-Reitor da então Gestão esteve presente e constatou pessoalmente o que estava ocorrendo com frequência dentro do campus nas madrugadas. Apesar de se mostrar impressionado com o que viu, não houve efetivas mudanças de postura daquela Administração quanto à proibição dos eventos e eles continuaram a acontecer.

Foto 8 – Festa no Centro de Convivência em 2013.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Na Foto 8 é possível ver um grupo de pessoas consumindo bebidas próximo à rótula do Centro de Convivência durante uma festa não autorizada. Alguns aparecem com garrafas de bebidas no chão, local onde as mesmas ficam após o consumo. Após a intervenção anteriormente mencionada, dezenas de veículos faziam filas para saírem do campus (Foto 9). Alguns se evadiam por cima das calçadas com o intuito, aparentemente, de evitarem uma abordagem por parte das viaturas policiais.

Foto 9 – Veículos saindo do campus após intervenção do DESEG/UFSC e PM em 2013.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Foto 10 – Cerca de 10 mil pessoas em uma festa no campus entre o CCE e a Reitoria em 18/03/2010.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Algumas dessas festas universitárias eram promovidas pela própria Administração Central da universidade, como a ilustrada na Foto 10, a qual teve, segundo levantamento dos organizadores, a participação de mais de 10 mil pessoas. Nessa noite, centenas de veículos lotaram os estacionamentos do campus Trindade, tendo sido constatado pelo DESEG/UFSC e pela PM que diversos veículos foram estacionados sobre as calçadas no interior e arredores do campus, causando transtornos ao trânsito e a transeuntes.

Foto 11 – Lixo jogado após festa em 2013.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Ao final dessas festas, o campus – sobretudo no local onde as mesmas eram realizadas – ficava repleto de lixo jogado no chão e sobre os canteiros de flores (Fotos 11, 12, 13 e 14). Como muitas dessas festas eram realizadas no meio da semana, ou seja, entre segunda e sexta feiras, os servidores e alunos que vinham para o campus na manhã seguinte se deparavam com um verdadeiro caos.

Foto 12 – Lixo após festa defronte ao CCE em 2014.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Foto 13 – Lixo após festa defronte ao CCE em 2014.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Foto 14 - Lixo e lixeiras destruídas defronte ao prédio da Reitoria em 2014.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Todos os dias que sucediam uma noite de festas no campus, a rotina no DESEG/UFSC era a mesma: Diversas vítimas de roubos e agressões vinham até o Departamento para registrarem Boletins de Ocorrência, como ilustrado na Foto 15, onde um estudante foi agredido com um pedaço de garrafa em uma briga próximo ao Centro de Convivência, deixando uma poça de sangue no chão. Pelo que foi levantado nas pesquisas, além dos roubos que eram registrados no DESEG/UFSC, havia aqueles que eram relatados apenas na Polícia Civil, o que aumentaria as estatísticas dessa prática criminosa durante esses eventos.

Foto 15 – Mancha de sangue no chão após briga em festa em 2015.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Além dos registros de roubos e agressões, dentre as ocorrências analisadas eram comuns as relacionadas com a depredação do patrimônio público como depredação de prédios, pichações e danos (Fotos 16, 17 e 18).

Foto 16 – Pichação no prédio do SETIC durante festa em 2016.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

Foto 17 – Cancelas depredadas em 2015.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC

Foto 18 - Cancelas Depredadas em noite de festas em 2015.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

O desrespeito para com o bem público e com o sossego alheio são flagrantes. Indivíduos que não tinham nenhum vínculo com a instituição e que vinham para essas festas para promoverem “bailes funk” de maneira paralela ficavam até o amanhecer nas dependências do campus. A Foto 19 ilustra essa situação, onde é possível ver um grupo de pessoas dançando e fazendo uso de bebidas alcoólicas junto à veículos estacionados sobre a grama, próximo ao prédio do Centro de Comunicação e Expressão – CCE.

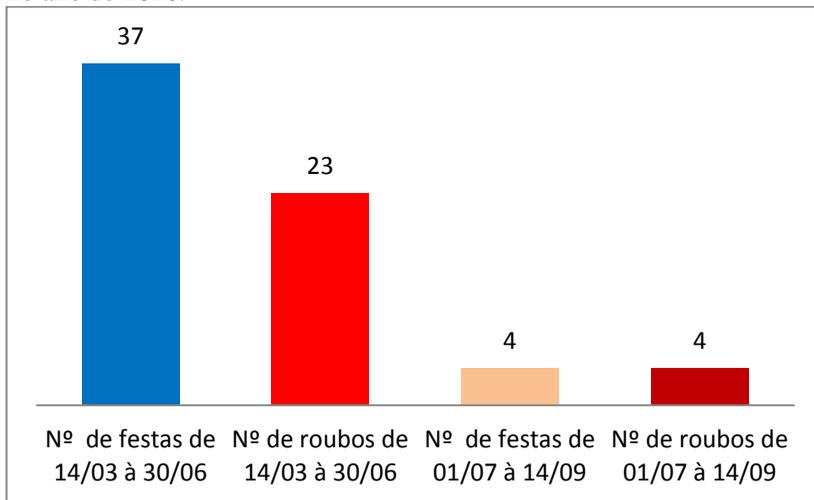
Foto 19 – Manhã após noite de festas em 2015.



Fonte: Banco de dados da SII/DESEG/UFSC (2016)

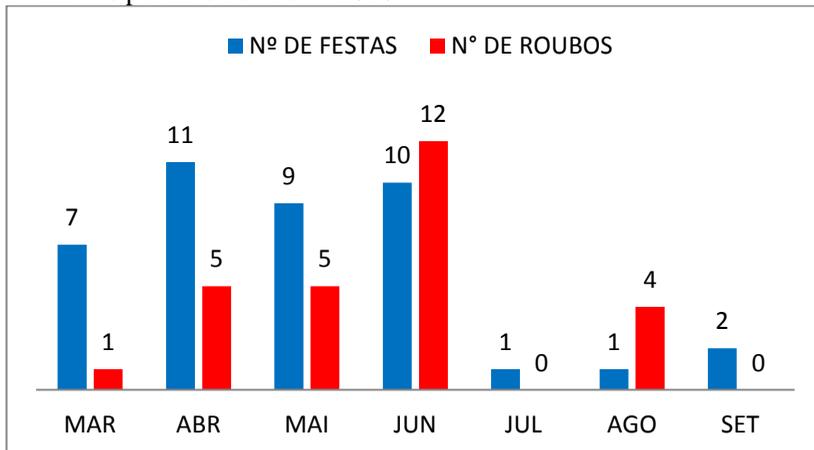
Como resposta a essa realidade ilustrada pelas fotografias, a partir de 01 de Julho de 2016, com a determinação da nova gestão da Administração Central da UFSC – iniciada em maio de 2016 – em coibir a realização desse tipo de evento sem as necessárias autorizações, houve uma grande queda do número de festas no interior do campus e, conseqüentemente, no número de ocorrências, sobretudo as de roubo, conforme se ilustra nos gráficos 13 e 14. Além da proibição das festas, começaram a haver punições aos infratores, adequando-se à Recomendação nº 62, de 20 de Julho de 2016, do Ministério Público Federal – MPF, a qual recomenda que a UFSC tome medidas que busquem coibir tais eventos.

Gráfico 13- Relação entre nº de ocorrências de roubo e festas realizadas no ano de 2016.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Gráfico 14 – Relação entre nº de Ocorrências de roubos e festas realizadas por mês no ano de 2016.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

Assim sendo, a partir de 01/07/2016 as equipes do DESEG/UFSC começaram a fiscalizar e coibir a entrada de bebidas alcoólicas no campus, bem como a realização de festas sem a devida autorização, conforme determinado.

Importante salientar que dentre os quatro roubos registrados no mês de Agosto (Gráfico 14), dois deles ocorreram durante o horário de aula e um ocorreu fora do campus (Rua Joe Collaço – Bairro Córrego Grande). O terceiro roubo ocorreu durante a realização da festa denominada “trote integrado” do Centro Tecnológico – CTC, única festa realizada naquele mês e com as devidas autorizações, tendo o autor do roubo sido preso em flagrante pela equipe DESEG/UFSC que reforçou a segurança da mesma. Isso implica dizer que mesmo as festas autorizadas não estão imunes a ocorrências dessa natureza.

Pelos dados levantados na presente pesquisa, os roubos registrados em 2016 anteriores ao mês de Julho ocorreram em sua maioria durante a realização de festas no interior do campus. Importante também salientar, como já mencionado anteriormente, que os roubos aqui citados dizem respeito àqueles que foram registrados no DESEG/UFSC, sendo que muitos só são registrados no 5º DP (Polícia Civil) ou mesmo ficam sem registro.

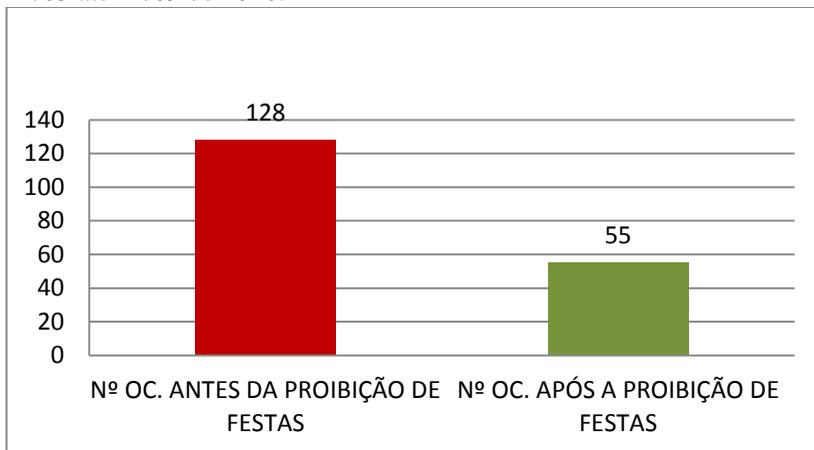
Nesse sentido, no período analisado correspondente aos gráficos 13 e 14, é possível se constatar isso. Até o dia 13/03/16 foram registrados 33 (trinta e três) boletins de ocorrência no DESEG/UFSC, sendo que nenhum de roubo. Importante salientar que mesmo no período de recesso há movimento durante o dia inteiro no campus (inclusive à noite), mesmo que de forma reduzida, já que os servidores trabalham normalmente e existem outras atividades no período sem aulas, o que torna o campus suscetível a esse tipo de crime mesmo nesse período.

O primeiro registro de roubo de 2016 aconteceu no dia 15/03/2016, um dia após o início das aulas daquele semestre e, consequentemente, início das festas, como pode ser confirmado no livro de registros do plantão da equipe “B” do DESEG/UFSC, nas páginas 76 e 77, as quais registram que ocorreram três festas no interior do campus naquela noite, sendo uma no centro de convivência do Centro Tecnológico – CTC, uma no Centro Acadêmico – C.A. do Centro de Ciências da Saúde – CCS e uma na Engenharia Química e de Alimentos – EQA. Assim sendo, foram registrados um total de 20 (vinte) roubos até o dia 27/06, dos quais 13 (treze) ocorreram durante a realização de festas. No resto do período analisado, ou seja, até 14/09/2016 ocorreram mais 4 (quatro) registros de roubo, sendo que 1 (um) ocorreu fora do

campus. Dos 24 (vinte e quatro) registros no período analisado, 13 (treze) foram durante festas e 7 (sete) durante o horário de aula. Dessa forma, entre os dias 14/03/2016 e 30/06/2016 (período em que ocorriam festas) houve 128 (cento e vinte e oito) registros de ocorrências contra 55 (cinquenta e cinco) registros de 01/07/2016 até 14/09/2016, o que demonstra uma queda substancial no número de registros.

Nesse sentido, é fato que após a proibição da realização de festas, o número de ocorrências despencou se comparado ao período em que elas ocorriam com frequência, o que demonstra a ligação entre a realização de festas com o número de ocorrências, como ilustrado no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Número de Ocorrências registradas no DESEG/UFSC de 14/03 até 14/09 de 2016.



Fonte: Seção de Investigação e Inteligência – SII/DESEG/UFSC (2016)

6 PROPOSTAS PARA MELHORIA DA SEGURANÇA NO CAMPUS TRINDADE DA UFSC

Dentre as propostas que podem ser elencadas para melhoria da segurança no campus, seguem aquelas que se entendem ser possíveis a curto e médio prazo, propostas essas que estão vinculadas aos problemas que ainda entende-se presente no campus Trindade, deficiências essas encontradas ao longo da realização da pesquisa.

6.1 PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA MINIMIZAR OS CRIMES ANALISADOS

Passamos agora a apresentar algumas propostas que entendemos viáveis para minimizar o número de ocorrências dos crimes de *furtos de veículo*, *furtos em veículos*, *furtos de bicicleta* e *roubos*, crimes esses que aparecem nas pesquisas realizadas como os mais comumente registrados no DESEG/UFSC.

6.1.1 Furtos de veículos

Com relação aos furtos de veículos, foi constatado, segundo análise das ocorrências dessa natureza, que a grande maioria dos veículos furtados no campus Trindade não possuía nenhum tipo de alarme ou travas de segurança, o que facilita em muito as ações criminosas. Assim sendo, é importante que os gestores universitários desenvolvam campanhas de forma a conscientizar a comunidade universitária a equiparem seus veículos com esses acessórios, sobretudo, os veículos mais antigos, os quais são mais fáceis de serem furtados por conta de não possuírem itens eletrônicos de fábrica que impeçam os furtos, tais como chaves codificadas. Deve-se melhorar a iluminação e intensificar a vigilância nos estacionamentos por meio de equipes do DESEG/UFSC ou mesmo de terceirizados, abordando aqueles veículos que estejam ocupados e parados nos estacionamentos para identificação das pessoas e ocupantes. Os maiores estacionamentos, como o do Centro Socioeconômico – CSE, devem possuir uma câmera de alto alcance e de alta resolução do tipo “*speed domi*”, com manuseio remoto para que situações suspeitas sejam acompanhadas, bem como poderiam ter uma guarita em cada acesso com um vigilante em cada, além de um terceiro realizando as rondas ao longo do estacionamento.

6.1.2 Furtos em veículos

No que se refere aos furtos em veículos, cabe a mesma campanha de conscientização por parte dos dirigentes universitários, informando que é de grande importância que se instale sistemas de alarmes no veículo, pois a ausência deste equipamento fomenta a ação criminosa. Essa campanha pode ser feita por meio do próprio site da universidade e/ou entregue em forma de panfletos aos calouros no ato da matrícula, além de distribuídos à comunidade em pontos de grande movimento, sobretudo, no início do semestre, panfletos esses semelhantes aos que foram elaborados e distribuídos pelo DESEG/UFSC com algumas dicas de segurança. As orientações feitas nessa campanha devem pautar-se em algumas condutas simples, mas que podem fazer a diferença, como verificar se o veículo está trancado e com os vidros fechados antes de sair do local onde o mesmo foi estacionado. Outra questão importante é não deixar nenhum objeto exposto no interior do veículo. Também não é indicado colocar objetos de valor no porta malas após chegar em determinado local. Muitas vezes os ladrões estão aguardando alguma vítima no próprio local. É importante que não se deixe nada no interior do veículo, mas se for deixar algo no porta malas, que se faça antes de se chegar ao destino. As dicas de segurança elencadas para os casos de Furto de veículos, citadas na seção anterior, também servem para esta seção. Entretanto, pode-se adotar para os casos de crimes de furto em veículos o uso de um adesivo que deve ser colado em todos os veículos que utilizam os estacionamentos da instituição, sendo estes previamente cadastrados. Esse procedimento, além de ajudar a criar um banco de dados de veículos que serviria, por exemplo, para comunicação de vidros ou mesmo veículos deixados abertos aos proprietários, também serviria para que os veículos que estivessem no estacionamento, sobretudo os que estivessem ocupados ou com pessoas próximas, e que não possuísse o adesivo, fossem considerados na condição de suspeito, passíveis então de serem abordados ou acompanhados. Essa fiscalização deverá ser feita por agentes do DESEG/UFSC e/ou por terceirizados que estivessem destacados para a segurança do local. Para esse fim, o gestor poderia solicitar à Superintendência de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC que no *idufsc* fosse criada uma página que pudesse gerar um QR CODE para ser impresso pelo próprio usuário, a ser instalado no vidro do veículo, com as devidas orientações de instalação. Após isso, a SETIC poderia desenvolver um aplicativo com acesso restrito para o DESEG/UFSC, onde poderão constar dados do

usuário do veículo como nome, e-mail, telefone e vínculo institucional (Docente, discente ou Técnico Administrativo), facilitando assim o contato com o proprietário.

Outro meio tecnológico que poderia auxiliar nas questões relacionadas a crimes que envolvam veículos seria a instalação de câmeras especiais nos principais acessos ao campus, equipamentos esses semelhantes ao *KAPTA*, desenvolvido e utilizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o qual identifica a placa do veículo e os dados do mesmo. Cadastrando gradativamente os veículos que utilizam os estacionamentos do campus de forma rotineira, ter-se-ia um banco de dados que aliado ao software, identificaria um veículo não cadastrado ou mesmo já identificado na prática de furtos que por ventura tenha adentrado ao campus em determinado local. Esse alerta soaria na central de monitoramento do DESEG/UFSC e indicaria o local em que o referido veículo acessou. Dessa forma uma equipe DESEG/UFSC poderia verificar a situação antes que algum delito pudesse ser cometido.

6.1.3 Furtos de bicicletas

Quanto aos furtos de bicicleta, pelo que foi levantado e pelo *modus operandi* (maneira de agir) dos ladrões, entende-se que uma maneira simples e eficaz de se minimizar essas ocorrências seria a construção de bicicletários em cada centro de ensino ou definirem-se dois ou três locais de forma estratégica na área do campus. Os bicicletários poderiam seguir o exemplo do que foi feito na fundação CERTI. Esses locais devem ser totalmente cercados por paredes e grades, com acesso via cartão (o mesmo que o estudante utiliza para acessar o Restaurante Universitário), com câmeras de alta resolução instaladas nas entradas e outras que contemplem todo o ambiente onde as bicicletas estarão estacionadas. Cada bicicletário poderá dispor de banheiros para higiene pessoal e banho para os usuários. Assim sendo, somente membros da comunidade universitária, previamente cadastrados, teriam acesso ao local, diminuindo as chances de furtos.

6.1.4 Roubos

Com relação aos roubos, muito embora a maioria deles tenha ocorrido durante a realização de festas, foram registrados muitos casos no período de aulas que não demonstram ligações diretas com eventos festivos.

Nesse sentido, é importante também que a administração da UFSC, além de procurar inibir esses eventos festivos no interior do campus, realize a divulgação desses dados através de campanhas educativas para que a comunidade universitária possa adotar algumas condutas como, por exemplo, evitar andar sozinho. Andar em grupos desestimula a ação do assaltante. Procurar utilizar caminhos mais iluminados e menos isolados também é um meio de se diminuir as chances de roubos, pois os criminosos se utilizam da escuridão para surpreender as vítimas.

De uma maneira geral, o devido cercamento do campus e o controle de acesso, mesmo que mínimo, ocasionará uma redução desses delitos, uma vez que diminuirão as possibilidades tanto de acesso, como de fuga, desestimulando essas ações no interior do campus, uma vez que facilitaria a ação da segurança na busca do autor. Outra importante medida que pode ser implantada e que servirá para qualquer situação de emergência no interior do campus, dando agilidade à resposta por parte do DESEG/UFSC, seria a criação de um número direto (do tipo 190) que fizesse contato imediato com o plantão do DESEG/UFSC, mesmo de um telefone público. Tal número certamente irá agilizar o atendimento às vítimas e pode ser utilizado também para denúncias anônimas.

6.2 PROPOSTAS GERAIS PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA NO CAMPUS TRINDADE DA UFSC

As propostas aqui apresentadas se concentraram basicamente na *melhoria na iluminação, câmeras de monitoramento, aumento de efetivo dos agentes de segurança via concurso público, controles de acesso ao campus, diminuição e restrição às festas universitárias, melhoria no sistema de comunicação do DESEG/UFSC, aumento das parcerias com as instituições de segurança pública externas*, bem como na *prevenção e no combate ao uso de drogas ilícitas* no interior do campus Trindade.

Nesse sentido, algumas considerações devem ser feitas, sendo que estão elencadas de forma a apresentar cada deficiência, seguida de propostas que busquem minimiza-las, como segue.

Com relação à *melhoria na iluminação*, é importante deixar claro (sem trocadilho) que uma iluminação adequada não impede o ato criminoso. Pode dificultar, mas não impede. Se fosse assim, não haveria crimes praticados durante o dia. Para que essa iluminação possa ser uma aliada na prevenção e no combate à criminalidade, a mesma deve ser monitorada diariamente por uma equipe destacada para esse fim, equipe

essa ligada à Prefeitura Universitária – PU, dispendo de equipamentos adequados e material elétrico de reposição de qualidade para que se tenha um resultado mais prolongado. Hoje, o que se vê é uma equipe que, embora se esforce para manter a iluminação adequada, reclama da má qualidade dos itens elétricos de instalação e substituição que são adquiridos via licitação. Essas licitações, se não forem feitas de maneira adequada por quem confecciona o termo de referência, pode fazer com que os produtos adquiridos não sejam os de melhor qualidade.

Quanto às *câmeras de monitoramento*, é importante que se faça uma crítica. Segundo o levantamento junto ao setor do DESEG/UFSC que trata dessa questão, existem cerca de mil câmeras instaladas no campus, sendo que a grande maioria tem má qualidade de imagens, sobretudo, as externas. Isso se dá pelo tipo de câmera (analógica), as quais foram adquiridas por licitação há muito tempo e pela falta de manutenção e acompanhamento necessários, uma vez que esse processo é realizado por empresa terceirizada. Muito embora já estejam sendo adquiridas câmeras com qualidade superior, esse problema ainda é perceptível.

Como proposta efetiva para essa questão, podemos citar a substituição gradativamente das câmeras analógicas por câmeras com melhor definição, aquisição de equipamentos que possibilitem o direcionamento e aproximação da imagem, as chamadas câmeras “*speed domi*”, essas a serem instaladas em locais estratégicos no interior do campus, nas áreas externas às edificações, bem como a capacitação e o aumento do efetivo que trabalha no setor de monitoramento, para que se possa dar conta das demandas de alarmes e monitoramento por imagens.

Já com relação ao *aumento do efetivo do DESEG*, este é um problema que vem sendo discutido há muitos anos e que parece não ter fim. Uma saída para a atual situação é a possibilidade de haver a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 38/2011 que transforma a segurança das universidades federais em Polícia Universitária Federal, abrindo assim caminho para concurso público. Outra proposta é a criação de um Departamento de Segurança Universitária Federal, o qual atuaria de forma linear em todas as IFES, padronizando atuação, estrutura, uniforme e que tenham recursos próprios para gestão, treinamento especializado e que esteja amparado em legislação específica.

Com entendimento semelhante, tramita no senado também a PEC 51/2013 que busca alterar dispositivos constitucionais, reestruturando o modelo atual de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Esse projeto entende necessário a

criação de novas polícias de ciclo completo, ou seja, organismos sistêmicos e completos, os quais executam ações de natureza preventiva e ostensiva (ZAVERUCHA, 2007) como, por exemplo, uma polícia municipal, no lugar das hoje “guardas municipais”, que nos Estados Unidos da América - EUA são chamadas de *City Police*.

Nesse contexto, poder-se-ia criar uma Polícia Universitária, já que se busca a criação de polícias especializadas em determinadas áreas. Para Zaverucha (2007), quando fala da importância de se criar uma polícia para as IFES, a criação de tal corporação não seria meramente a criação de mais uma polícia, “... mas uma polícia universitária, que diferente da existente no Estado, será uma organização policial de ciclo completo...” (ZAVERUCHA, 2007, p.274).

Ainda segundo Zaverucha (2007), nos Estados Unidos da América - EUA existem mais de 17 mil polícias que são instituições com funções específicas, como as polícias de ferrovias, de trânsito, de portos, aeroportos, de complexos residenciais públicos, de instalações hospitalares e, no caso específico, as Polícias Universitárias ou *Campi Police*.

Assim sendo, os dirigentes das IFES devem agir politicamente junto à FASUBRA e à câmara dos deputados, bem como criar um movimento estudantil que discuta essa proposta de forma que a PEC 38/2011 avance e se trone Lei, uma vez que pode vir a melhorar a segurança dentro das universidades federais.

Com relação ao *controle de acesso ao campus*, essa questão parece ser uma das principais e mais importantes a ser implantada no campus Trindade, pois o mesmo apresenta-se como um campus totalmente aberto, sem um efetivo sistema de controle de acesso.

Embora a universidade tenha um cunho social muito grande, não há que se confundir isso com livre acesso a qualquer momento. Esse controle de acesso deve ser feito para a segurança de todos que circulam em seu ambiente, sendo que tal restrição deve priorizar os períodos noturnos (entre as 23h00min e 06h00min) e os finais de semana, em um primeiro momento, até que seja possível um efetivo controle mesmo nos horários e dias de maior atividade no campus.

Nesse sentido, se propõem a construção de guaritas nos acessos principais, quais sejam, acesso do DESEG/UFSC (antigo DAE), acesso do Bairro Pantanal e acesso do Bairro Carvoeira, sendo possível a criação de um quarto acesso, com saída defronte à associação ELASE, no fundo do RU. Na região da Prefeitura Universitária, onde existe a Engenharia Química e de Alimentos, entre outros Departamentos, uma guarita poderia ser construída no acesso próximo ao sindicato dos

servidores da UFSC (SINTUFSC). Essas guaritas devem ser equipadas com toda infraestrutura necessária a manutenção de um agente (Federal ou terceirizado) por um período mínimo de turno de 6 (Seis) horas, com sistemas que possibilitem a abertura controlada dos portões. Nesses acessos deve haver monitoramento por imagens que possuam capacidade de identificação facial, bem como identificação de placas de veículos. Assim sendo, facilitaria o acesso de usuários autorizados em horários diferenciados, por meio do cadastro dos veículos, ou por acesso com cartão. Junto às guaritas deverá existir também um portão para pedestres que poderia ficar aberto durante o dia, cuja entrada e saída de pessoas estaria supervisionada por um ou mais agentes. Com os portões de ferro, tanto os já existentes como os que virem a ser colocados para fechamento dos acessos de pedestres e das vias de acesso ao Campus nos horários fora de expediente normal da UFSC, poderá ser efetivado um maior controle de acesso de veículos e de pessoas no interior do campus, devendo ser automatizados os portões que estiverem junto às guaritas, sendo permitido o acionamento por controle remoto. Assim sendo, gradativamente deverá ser substituído o cercamento de todo o Campus com telas mais resistentes ou outros meios a serem analisados, como cercar todo o perímetro do campus com muros ou alambrados resistentes associados a cercas vivas com, no mínimo, dois metros de altura.

Para tanto, deve-se buscar a possibilidade junto a Prefeitura Municipal, de eliminação da Rua Delfino Conti (Mapa 5), que passa em frente aos Centros Tecnológicos e de Saúde - CTC/CCS, tornando-a uma rua interna. Os acessos de pedestres deverão ser reduzidos ao máximo. De preferência, que estejam limitados aos instalados junto às guaritas de controle de acesso. Dessa forma, torna-se possível um maior controle, mesmo durante o período em que os portões estejam abertos, já que o fluxo se limitará a alguns pontos. Importante também a implantação de crachás de identificação para todos os membros da comunidade universitária, os quais deverão estar em local visível enquanto estes estiverem nas dependências do campus. A não utilização do crachá será motivo de abordagem por parte da segurança para a devida identificação do indivíduo.

O necessário uso de crachás de identificação deverá também ser expandido aos visitantes que adentrarem em determinados centros. Esses usuários deverão usar crachá de “visitantes” com controle nas respectivas portarias, apresentando sempre um documento de identidade para registro dos respectivos dados. Qualquer pessoa encontrada em

determinados locais sem identificação poderá ser abordada para averiguação.

Assim sendo, ninguém poderá permanecer no interior do campus fora dos horários normais de funcionamento, sem a devida autorização e identificação, salvo durante a realização de eventos previamente autorizados. Todos que por ventura forem encontrados em atitudes suspeitas, ou que não estejam identificados e autorizados, deverão ser abordados para averiguação. Procedimentos dessa natureza evitariam ou, pelo menos, diminuiriam as chances de ocorrerem fatos como furtos de pertences pessoais e outros bens no interior das instalações.

Como subsídios a serem utilizados pela SII, poder-se-ia automatizar o livro de registros da empresa terceirizada de vigilância, de forma que a seção pudesse ter acesso à essas informações para uso na atividade de inteligência.

Algumas dessas medidas já se mostraram inibidoras de práticas criminosas em outras instituições, como pode ser visto na fala de Citon et al (2012), quando da utilização de muros para controle de acessos na Universidade Estadual de Londrina – UEL, onde o autor menciona que “...foram cercadas as faces oeste e sul do campus com muros de cimento e entregues no dia 30 de março de 2010. Com o cercamento, o índice de furto ao patrimônio teve queda de 56%, segundo a Prefeitura do campus...” (CITON et al, 2012, p. 02).

Entretanto, não se pode esperar que ações assim acabem com a criminalidade no interior do campus, até porque ela é inerente ao convívio social, como já foi discutido no início deste trabalho (DE PAULA, 2013). O que vai de fato tecer resultados é um conjunto de ações que de forma integrada busquem alcançar os objetivos. Nesse sentido, Citon et al (2012) cita que a medida adotada na UEL foi eficaz na redução do crime de furto ao patrimônio, mas não foi suficiente para diminuir os furtos de veículos (CITON et al, 2012, p. 02). Esses casos específicos carecem de medidas adotadas na área de inteligência, medidas estas que se mostram eficazes e que são praticadas pelo DESEG/UFSC.

Com relação ao acesso às edificações, esses devem ser controlados por seguranças ou porteiros, por meio de catracas, sendo que o acesso à edificação deve ficar limitado a um único local. O que se vê na UFSC hoje são edificações com diversos acessos e o controle sendo feito em apenas um. Os demais acessos até podem ser utilizados, mas por meio eletrônico com uso de cartão de identificação, devidamente monitorado com imagens de alta definição.

Ainda com relação ao controle de acesso às edificações, deve-se buscar ampliar a instalação de tais sistemas nos diversos prédios da UFSC, provendo-os de teclados para senhas e/ou leitoras de cartões, com software próprio de identificação dos usuários. Essa medida irá possibilitar, além de um maior controle dos usuários, a diminuição da contratação de porteiros e vigilantes terceirizados.

Hoje, segundo a Secretaria de Planejamento e Orçamento – SEPLAN (2016), a UFSC gasta cerca de R\$ 18 Milhões por ano com terceirizações nessas áreas. Se fosse investida uma pequena parte desse valor em sistemas eficazes de monitoramento e controle eletrônico de acessos, seria possível uma redução substancial no número de contratações e, conseqüentemente, no gasto que deriva da verba de custeio da universidade. Essa economia poderia significar maiores investimentos em outras áreas, bem como na própria segurança.

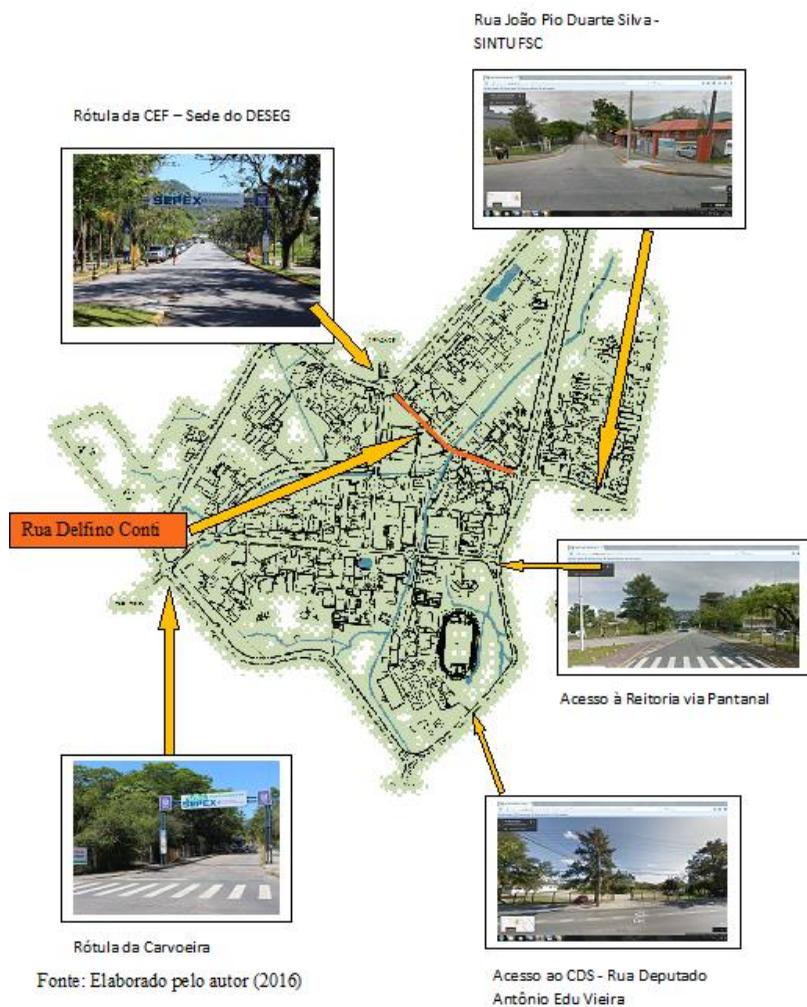
Segundo dados levantados no DESEG/UFSC, conforme já mencionado, existem hoje 300 (trezentos) vigilantes terceirizados trabalhando nos campi da UFSC. Somente no campus Trindade existem 192 (cento e noventa e dois) vigilantes. As medidas aqui propostas seriam capazes de diminuir sobremaneira essas contratações. Por exemplo, existe praticamente um vigilante terceirizado por Centro. Com a ampliação do controle de acesso, sobretudo após as 23 horas, por meio de cartões e/ou senhas, bem como o controle de acesso ao campus e a restrição do número de acessos e o controle desses às edificações por porteiros e catracas eletrônicas durante o período de aulas, os vigilantes poderiam se restringir à um por área. Ou seja, na região do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH, por exemplo, onde se incluem além deste Centro, o Centro de Educação - CED, o Planetário, o Museu, a Botânica e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI, onde trabalham 5 (cinco) vigilantes por turno, poder-se-ia reduzir o quadro terceirizado à dois vigilantes que ficassem responsáveis por essa região do campus. Observações feitas in loco ao longo da presente pesquisa, permitiu constatar que em determinados locais existe a presença de um porteiro (servidor), um porteiro terceirizado e um vigilante terceirizado. Mesmo assim, são comuns os casos de furtos nesses locais, sobretudo no período do dia. Esses procedimentos aqui propostos, aliados a um investimento em monitoramento de alta qualidade e de sistemas de alarme eficazes possibilitaria uma melhora no serviço prestado e na redução de gastos pela instituição. Com tal redução de gastos em contratações, parte dessa economia poderia ser usada para o investimento necessário em câmeras e equipamentos que visasse a otimização dos resultados alcançados pelo DESEG/UFSC.

No entanto, essa proposta está atrelada a necessidade do aumento do efetivo dos agentes do DESEG/UFSC via concurso público. Nesse caso, há a necessidade de empenho e iniciativa política por parte da administração central e de outros segmentos da comunidade universitária junto ao governo federal para que se reveja a possibilidade de abertura de concurso. Acredita-se que com as medidas aqui propostas seria possível a redução de mais de 50% das contratações de terceirizados e, conseqüentemente, dos gastos, maximizando os bons resultados com relação a segurança. Com a adoção de tais medidas, aliada a contratação de ao menos 40 agentes via concurso público (uma vez que dobraria o atual efetivo), acredita-se que seria possível uma melhora substancial na qualidade da segurança no interior do campus Trindade.

Entretanto, nesse contexto de limitação de acesso ao espaço público, deve-se ter a preocupação quanto a áreas específicas dentro do campus, como é o caso do Centro de Desportos – CDS da UFSC, em razão da sua função social de lazer. Nesse sentido, pode-se manter o acesso da comunidade às áreas esportivas criando-se um sub-cercamento dentro do cerco principal. Para isso, poder-se-ia construir portões na região das quadras de tênis e, de forma natural, utilizar o curso d'água que passa próximo. Dessa forma as pessoas poderiam continuar a usufruir dos meios de lazer sem que tivessem acesso ao resto do campus. Para tanto, deve-se construir uma guarita, com características semelhantes às dos acessos principais, porém menor, no local onde hoje existe o portão de acesso ao Bloco 5 do Centro de Desportos – CDS, junto a Rua Deputado Antônio Edu Vieira (Mapa 5), no Bairro Pantanal, para que se possa ter um mínimo de controle de acesso, evitando que elementos conhecidos na prática de crimes entrem no campus, ou mesmo que entrem, que possam estar sendo monitorados com maior cuidado.

Outra proposta que deve receber atenção e que vai ao encontro da necessidade de controle da criminalidade é o aumento da parceria com a Polícia Federal, com a Polícia Militar, através da 4ª Companhia, localizada na Av. Madre Benvenuta, Bairro Santa Mônica, e da Polícia Civil, sobretudo através do 5º DP, localizado no Bairro da Trindade, para atuarem em conjunto com a equipe da SII do DESEG/UFSC, visando ampliar o serviço de inteligência já existente focando, sobretudo, na prevenção, mas também na repressão, buscando a retirada de circulação dos marginais que atuam no Campus e em seus arredores.

Mapa 5 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO – Local de construção das guaritas.



Uma questão que também necessita de atenção é a melhoria do sistema de comunicação do DESEG/UFSC, com substituição e revisão dos rádios com defeitos além da aquisição de novos rádios e instalação de novas antenas ou outros meios possíveis que busquem otimizar a comunicação via rádio.

Também se mostra importante a limitação ou mesmo a proibição de festas no interior do campus, sobretudo as regadas a álcool e drogas ilícitas, como vem sendo buscado pela atual Administração Central. Na impossibilidade de proibição definitiva, pode-se criar um espaço fechado (Galpão) fora do centro do campus Trindade. Esse local teria que contar com a necessária infraestrutura para a realização de todo e qualquer evento com apresentação de bandas e aglomeração de grande número de pessoas, sendo exigida autorização prévia e obrigatória, sempre supervisionado pelo DESEG/UFSC. O local mais adequado para esse fim parece ser a área da universidade que pertence ao campus Sul da ilha, localizado no Bairro Tapera. Como viabilidade aos estudantes que teriam dificuldades de locomoção, a universidade poderia disponibilizar os ônibus institucionais para condução de estudantes até o local e de volta ao campus Trindade, mediante regras claras a serem elaboradas para esse fim.

Continuar e ampliar os trabalhos de prevenção e combate ao uso de drogas com a interação da Procuradoria Geral da UFSC e do setor de serviço social da universidade. Além de punir administrativamente os alunos reincidentes e/ou em situações que termine em condução à delegacia, cancelando bolsas e o que mais for legalmente possível, com o intuito de coibir novas condutas ilícitas, encaminha-los a tratamento adequado para que esse volte a usufruir das oportunidades que a universidade pública proporciona. Os trâmites relacionados ao processo administrativo, tanto nas questões relacionadas às festas quanto ao uso de drogas, poderiam ser de responsabilidade do próprio DESEG/UFSC, para se evitar que ocorram casos de negligência ou que firam o princípio constitucional da impessoalidade por parte de coordenadores nos colegiados de curso. Ainda com relação ao uso de drogas, existe a possibilidade do DESEG/UFSC possuir uma guarnição que utilize um cão com treinamento específico para tal fim. O setor do Biotério da UFSC fornece cães da raça *Beagle* à Polícia Militar – PM para serem treinados para esse fim. Assim sendo, a própria PM poderia treinar um deles para uso específico pelo DESEG/UFSC no interior do campus. Os cães poderiam ser treinados para busca de drogas e armas e serem utilizados em situações especiais.

Cabe aqui mencionar que deve haver ampla divulgação junto aos departamentos e centros de ensino onde, havendo quaisquer ocorrências nas dependências da UFSC, esta deverá ser comunicada imediatamente ao DESEG/UFSC que tomará as devidas providências, deslocando uma equipe ao local, fazendo o devido levantamento prévio e, se houver necessidade (como no caso de furto de patrimônio), isolar o local para perícia da Polícia Federal, que abrirá inquérito policial. Quando não houver condições de perícia ao local, encaminhar o responsável pelo setor ao DESEG/UFSC para lavrar boletim de ocorrência interno, além do boletim feito no 5º DP.

Nesse caso, o responsável deverá comunicar o fato, anexando cópia do Boletim de Ocorrência - BO do 5º DP e do BO DESEG/UFSC, ao Diretor do Departamento de Gestão Patrimonial, para que seja identificado o bem e o responsável pela carga patrimonial junto à Divisão de Patrimônio. O responsável pelo setor também deverá acompanhar o andamento das investigações junto à autoridade Policial e encaminhar relatório à administração central, sugerindo, quando necessária, a abertura de sindicância interna.

Entretanto, para que essas propostas possam de fato ser implementadas, é essencial que seja aprovada a resolução normativa que já foi levada ao conhecimento da Administração Central e à Procuradoria Federal junto à UFSC, a qual busca regulamentar as atividades do DESEG/UFSC com fundamento em suas atribuições e na Lei 11.091/2005, bem como no Decreto 5.824/2006. Tal resolução servirá como base jurídica para que os servidores possam desenvolver suas funções com um pouco mais de tranquilidade.

6.3 PROPOSTAS PARA A MELHORIA DA SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E INTELIGÊNCIA – SII

Ao longo dessa pesquisa, muito embora se tenha percebido e constatado a importância da SII para a prevenção e o combate da criminalidade no campus Trindade, é notório que existem algumas deficiências que podem e devem ser resolvidas. A falta de efetivo da Secretaria de Segurança Institucional – SSI da UFSC é um grande problema que se identificou. A falta de servidores impede que mais agentes sejam destinados à SII. Entretanto, é possível tomar algumas providências que poderia maximizar os resultados, mesmo com a falta de efetivo.

Aquisição de softwares específicos para a área de inteligência, de forma que as informações contidas no banco de dados da SII

pudessem ser acessadas com mais facilidade e mais eficiência. Essas informações também poderiam estar vinculadas ao SISP ou a outro banco de dados das forças de segurança para facilitar e agilizar as pesquisas acerca de criminosos. Cursos específicos na área de inteligência também se mostram necessários, uma vez que se constatou que nenhum curso dessa natureza foi ministrado aos agentes da SII, tendo esses apenas conhecimentos empíricos que adquiriram ao longo da carreira.

Um treinamento que possibilite aos agentes da SII fazerem uma perícia prévia no local do crime – inclusive a identificação e coleta de digitais – seria um avanço no combate à criminalidade, sobretudo, aos crimes contra o patrimônio. Para tanto, um software de coleta e armazenamento de digitais poderia ser adquirido para o setor. Esse procedimento, aliado ao banco de dados de indivíduos que agem nas redondezas que a SII detém, certamente ampliaria em muito a resolução de crimes como os de furto de patrimônio. Tal atividade seria de fundamental importância para subsidiar os órgãos policiais, bem como o poder judiciário com informações precisas e fundamentadas para a identificação e punição dos autores de delitos.

Dotar a SII com equipamentos adequados a atividade de inteligência como câmeras de filmagem noturna, com teleobjetivas, equipamentos móveis para serem instalados em locais onde se pretende adquirir informações, bem como outros equipamentos existentes para a atividade seria de grande importância para se potencializar os bons resultados que já vêm sendo mostrados pela Seção de Investigação e Inteligência – SII do DESEG/UFSC.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho buscou-se apresentar a situação da criminalidade que vive nosso país e que ultrapassa os limites dos campi universitários, especificamente, o campus Trindade da UFSC, destacando o uso da atividade de inteligência como ferramenta para se prevenir e combater essa realidade. Fundamentada em teoria já existente acerca do tema, foi desenvolvida a presente pesquisa que logrou êxito em alcançar seus objetivos, pois trouxe propostas para a melhoria da atividade de inteligência do DESEG/UFSC, caracterizou suas atividades à luz do ciclo de inteligência e analisou a utilização do produto de inteligência, resultado desse ciclo, na prevenção e no combate à criminalidade. Por fim, apontou deficiências na atuação da SII/DESEG/UFSC e propôs melhorias para maximização de seus resultados junto à comunidade universitária do campus Trindade da UFSC.

A sociedade brasileira vive um momento em que a criminalidade assume proporções ainda não vistas. O Estado, por meio de suas instituições, vem caindo em um descrédito contínuo na opinião do cidadão, seja pela evidente incompetência de algumas instituições, processos corrosivos da imagem estatal provocados pela corrupção, ausência de uma evolução de condutas das instituições que acompanhe o desenvolvimento do ser humano em todo o seu contexto, ou por pura falta de compromisso dos governantes com o tripé tão difundido em tempos de eleição (Segurança, Saúde e Educação). Nesse contexto de ausência do Estado, surgem os grupos criminosos organizados que assumem o papel estatal (como as milícias), dando o suporte necessário às comunidades daquilo que necessitam, ocupando o espaço do poder público mesmo que o preço cobrado seja, muitas vezes, muito alto. Além disso, é perceptível a inversão de valores que assolam os nichos sociais, sejam eles éticos, sociais, religiosos ou mesmo de família.

Em meio a essa realidade, as IFES buscam enfrentar essa crescente criminalidade com suas forças internas de segurança, mesmo com seus efetivos reduzidos e fadados a extinção pela ausência de concurso público. Sendo assim, o que se percebeu com esse estudo foi que o Departamento de Segurança da UFSC – DESEG, embora enfrente dificuldades, vem conseguindo desenvolver estratégias e ações que têm se mostrado eficazes na prevenção e no combate à criminalidade no interior do campus Trindade e, conseqüentemente, fora de seus limites. Nesse sentido, a Seção de Investigação e Inteligência – SII do DESEG/UFSC se mostra de fundamental importância na busca do

controle da criminalidade, pois além de buscar fazer sua parte, busca nas relações com os demais segmentos de segurança pública e, sobretudo, com o uso da atividade de inteligência, o caminho para se buscar uma sociedade mais justa e igualitária, numa ideologia de segurança comunitária, aspecto esse perceptível no modelo de segurança executado pelo DESEG/UFSC.

Entender a complexidade de questões que estão relacionadas à criminalidade é fundamental para que se busque meios de preveni-la e combatê-la. A prática criminosa está intrínseca à sociedade e dela se sustenta. Exigir mudanças é um caminho de mão dupla. Mudar a sociedade com sua atual postura individualista carece de atitudes não só de cobrança, mas de iniciativas e exemplo. Não podemos reclamar da corrupção no serviço público e da falta de segurança, enquanto ficamos quietos e inertes quando vemos uma bicicleta sendo furtada pelo simples fato de não ser a nossa. Essa percepção de vida em sociedade que busca melhores dias para todos deve estar intimamente ligada a responsabilidades individuais.

Com a ascendência do crime em todas as esferas sociais, temos todos que lutarmos juntos para que se alcance uma sociedade mais justa para todos. A responsabilidade pela segurança pública deve ser compreendida como responsabilidade de toda a sociedade, como já prevê a própria Constituição Federal e não como um dever atribuído somente ao Estado. Se cada um fizer sua parte, certamente o objetivo será mais facilmente alcançado.

A luta entre o “bem e o mal” que parece não ter fim e que adentra aos limites das IFES por todo o país tem que ser encarada como um fenômeno complexo e que merece estudos e discussões de especialistas em conjunto com toda a sociedade. Esse enfrentamento deve passar pelos caminhos da prevenção, fundamentado em uma atividade de inteligência ativa e eficaz, para que não seja necessário o desgaste da repressão. Prevenir é, acima de tudo, um processo inteligente que busca se antepor ao crime. A metodologia e ideologia de segurança comunitária deve ser difundida em todas as esferas governamentais e, sobretudo, no seio dos campi universitários, pois neles há a necessidade de se desenvolver esse método de aproximação dos agentes de segurança com o usuário, uma vez que é nas universidades que se discute saídas para os embates sociais ou, pelo menos, deveria ser. As questões ligadas ao crime, em razão de sua estrutura complexa, exige a análise multidisciplinar e não há melhor ambiente para que isso ocorra do que em uma universidade.

Ao caracterizar a atuação da atividade de inteligência da SII/DESEG/UFSC à luz do ciclo de inteligência, analisando o uso de seu produto na prevenção e no combate à criminalidade, bem como propondo medidas para sua melhoria, atendendo assim aos objetivos propostos a esse trabalho, foi possível estabelecer que a Seção de Investigação e Inteligência - SII do DESEG/UFSC demonstra buscar entender esses princípios e aplicá-los na atividade que desenvolve no interior do campus Trindade. Suas ações preventivas e integradas com outros órgãos de segurança parecem estar no caminho certo para a melhoria da segurança no campus, colocando-a como fundamental na busca de um campus mais seguro para todos.

Muito embora ainda exista um longo caminho a ser percorrido e não tenhamos um ambiente ideal, o que se percebeu com essa pesquisa é que existe a preocupação em buscar soluções para esses conflitos sociais que conhecemos como criminalidade. Mais uma vez, não custa lembrar que essa não é uma luta solitária dos agentes públicos. É uma luta que deve ser assumida por toda a sociedade que almeja um futuro melhor para seu semelhante. Parar de reclamar do Estado e fazer sua parte para que o país melhore parece ser o caminho. Investir em inteligência com inteligência, minimizando os gastos públicos desnecessários com medidas que maximizem o uso da máquina pública existente com eficiência e eficácia, minimizando os gastos com terceirizações, muitas vezes ineficazes, torna-se necessário para a melhoria dos serviços públicos, sobretudo em um período de crise econômica, como o que atualmente passa o Brasil.

Por fim, propõe-se que sejam desenvolvidos outros trabalhos na área de segurança universitária federal como os que busquem criar argumentos fundamentados na realidade e na atividade da segurança das IFES para serem levados às autoridades e políticos envolvidos com a PEC 38/2011, a qual busca transformar a segurança das IFES em Polícia Universitária Federal, para que sirvam de subsídios para discussão junto à comunidade acadêmica, buscando o apoio dessa na aprovação da referida PEC.

Outra pesquisa que pode ser desenvolvida está ligada às propostas aqui apresentadas, buscando encontrar meios de viabilizá-las, determinando a complexidade de sua implantação, bem como o custo que ela irá exigir da instituição para sua efetiva implementação.

Assim sendo, espera-se que a presente pesquisa abra caminhos para que a instituição seja pensada de maneira diferente no tocante ao tema *segurança no campus*, de maneira que essa questão, necessária e

importante para toda a sociedade, mas que muitas vezes é ignorada por muitos, seja entendida como um objetivo comum a ser alcançado por todos, para o benefício de todos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. **Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público**. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

BALTAZAR, Camila Silva; STOCKI, Juliana Fátima; KAFROUNI, Roberta. **O conceito de Crime e Criminalidade para agentes de segurança da cidade de Curitiba**. Polis e Psique. Vol. 1, n. 1. 2011.

Online. Disponível em <

<http://seer.ufgrs.br/index.php/PolisePsique/article/viewFile/23221/25911>

>. Acesso em: 15 Mar 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Art nº 144, de 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe Sobre A Estruturação do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação das Ifes**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. **Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm>. Acesso em: 1 outubro 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, DF, SENASP, 2007.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional nº 38, de 2011. **Cria a Polícia Universitária Federal**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508941>> Acesso em: 07 Nov. 2016.

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional nº 51, de 2013. **Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e**

144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Brasília, DF, 2013. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114516> Acesso em: 09 Out. 2016.

CASTELO BRANCO, André Haydt. **Inteligência e Segurança pública.** Livro didático. Palhoça: Unisul virtual. 2014.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Pensamento Criminológico: Da criminologia Clássica à Criminologia dos Direitos Humanos.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

CAVALCANTI, Marcelo e MOREIRA, Enzo. **Metodologia de estudo de caso:** livro didático. 3. ed. rev. e atual. Palhoça: UnisulVirtual, 2008. 170 p.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

CITON, Ariani Castellar et al. **A comunidade universitária e a segurança pública – Uma abordagem na Universidade Estadual de Londrina.** Exposição da pesquisa experimental em comunicação. Expocom. 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/expocom/EX30-0836-1.pdf> Acesso em: 19 Out. 2016.

CORREIO 24 HORAS: Estudante da UFBA é assassinado em frente à residência universitária. Salvador, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/estudante-da-ufba-e-assassinado-em-frente-a-residencia-universitaria-da-garibaldi/?cHash=75e6b07b42201e9b7954845a191a96db>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

COSTA, Gino. **La inseguridad em América Latina - Cómo estamos?** Revista brasileira de Segurança Pública. Ano 5, ed. 8. São Paulo, 2011. Online. Disponível em: www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/.../78. Acesso em: 20 Mar 2016.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. **Desafios dos serviços de inteligência das forças armadas: a projeção de cenários como subsídio à capacidade de pronta-resposta e à estimativa dos prazos**

críticos de mobilização. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2009. Online. Disponível em: < <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsbsites/upload/60/Desafios%20os%20servi%C3%83%C2%A7os%20de%20intelig%C3%83%C2%AAncia%20das%20for%C3%83%C2%A7as%20armadas.pdf>>. Acesso 15 Mar 2016.

CUBAS, Viviane Oliveira et al. **Segurança no *campus*: um breve levantamento sobre as políticas de segurança na USP e em universidades estrangeiras.** Revista Brasileira de Segurança Pública: n. 1, v. 7. São Paulo, 2013. Online. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/274>>. Acesso em 30 Mar. 2016.

DE PAULA, Giovanni; SANTOS, Paloma Maria; SILVA, Edson Rosa Gomes da. **A segurança pública com a aplicação do governo eletrônico nas vertentes da e-cidadania e da e-participação.** Democracia Digital e Governo Eletrônico. V. 2, n. 3, 2010. Online. Disponível em <http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/34028>. Acesso em 03 Mai 2016.

DE PAULA, Giovanni. **Criminologia e segurança pública:** Livro didático. Palhoça: Unisul virtual. 2011.

_____. **Atividade de inteligência de segurança pública: um modelo de conhecimento aplicável aos processos decisórios para a prevenção e segurança no trânsito.** Florianópolis, 2013. Disponível em: < <http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/08/Giovani-de-Paula.pdf>>. Acesso em 25 Mar 2016.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Martin Claret. São Paulo, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Joanival Brito. **SED QUIS CUSTODIET IPSO USTODES?O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá.** 2008. 837p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações

Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://btd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4062>. Acesso em: 1 out. 2013.

GT SEGURANÇA DA FASUBRA. **Blog sobre segurança universitária das IFES e IFETS. 2013.** Disponível em: <<http://gtsegurancafasubra.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 Ago. 2016.

GT SEGURANÇA DA FASUBRA. **Blog sobre segurança universitária das IFES e IFETS. 2014.** Disponível em: <<http://gtsegurancafasubra.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 Ago. 2016.

KRIEGER, César Amorim et al. **Inteligência – estratégia de segurança pública:** livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2001.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delincente.** 1ª reedição. Coleção Fundamentos de Direito. São Paulo: Ícone, 2007.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI.** Florianópolis: Insular, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, Armando Luís do. **Segurança Orgânica nas Universidades Federais: Pernambuco em perspectiva comparada.** Dissertação de Mestrado: Mestrado profissional em gestão pública para o desenvolvimento do nordeste – UFPE. Recife, 2006.

MOMENTO VERDADEIRO. Acontecimentos e fatos do dia a dia. ABIN monitorou Moro para livrar Lula, a mando de Dilma, revela

inteligência do Exército. 2016. Online. Disponível em <<http://www.momentoverdadeiro.com/2016/03/abin-e-dilma-monitoram-sergio-moro-criminosamente.html>>. Acesso em 25 Ago 2016.

NECKEL, Roselane; KUCHLER, Alita Diana C. (Org). **UFSC 50 anos: Trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC. 2010.

NETO, Theodomiro Dias. Segurança Urbana: O modelo da nova prevenção. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2005.

O DIA: Homem apontado por tráfico como miliciano teve o coração arrancado no Itanhanhã. Rio de Janeiro, 05 ago. 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-05/homem-apontado-por-trafico-como-miliciano-teve-o-coracao-arrancado-no-itanhanga.html>>. Acesso em: 19 maio 2016.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Batista de. **A atividade de Inteligência na Polícia Militar do Distrito Federal como orientadora do emprego do Policiamento Ostensivo para a Copa do Mundo da FIFA de 2014.** Rio de Janeiro: ESG, 2011. Online. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/OLIVEIRAP.pdf>>. Acesso em: 19 Mar 2016.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Atividades de inteligência e processo penal.** In: IV JORNADA JURÍDICA DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO – AUDITORIA DA 4ª CJM, 30 set. 2005, Juiz de Fora/MG. Disponível em: <<http://www.direitopositivo.com.br/modules.php?name=Artigos&file=display&jid=518>>. Acesso em 09 Mai 2016.

PANUCCI, Laís Flávia Arfeli. **Aumento da criminalidade – Causas.** Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em Direito. Faculdades integradas Antônio Eufrásio Toledo, 2004. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/258/251>>. Acesso em 30 Mar. 2016.

PEREIRA, Claudia Vieira. **A atividade de inteligência como instrumento de eficiência no exercício do controle externo pelo Tribunal de Contas da União.** Especialização em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública com Inteligência

Competitiva: Centro Universitário Newton Paiva. Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: < <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054618.PDF>>. Acesso em: 18 Mar 2016.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Violência e criminalidade**. 2012. Online. Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/24762/violencia-ecriminalidade#ixzz42LwcN18r>>. Acesso em 27 Mai. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006.

RODRIGUES, Fabiano da Cruz. **Análise do funcionamento da segurança da Universidade de Brasília (UNB): estudo de caso da coordenadoria de Proteção ao Patrimônio da Universidade de Brasília**. Brasília, 2010. Online. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1278/1/2010_FabianodaCruzRodrigues.pdf>. Acesso em 18 Mar. 2016.

ROMÃO, Cide Ferreira. **O que é inteligência Policial-Discutindo um conceito**: Espaço de discussão sobre inteligência de segurança pública e inteligência policial, 2013. Online. Disponível em: <http://www.inteligenciapolicial.com.br/2011/03/artigo-o-que-e-inteligencia-policial.html>. Acesso em 13 Mai 2016.

SÁ, Alvino Augusto; SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia e os problemas da atualidade**. Atlas. São Paulo, 2008.

SANTOS, Cristian Soares Vieira dos. **Ocorrências na área de segurança na Cidade Universitária da UFPB**. Monografia de graduação em Geografia. João Pessoa: UFPB. 2011. Online.

Disponível em: <

www.geociencias.ufpb.br/~paulorosa/gema/images/stories/.../2011/monocrislian.pdf>. Acesso em 20 Abr 2016.

SANTOS, Grasielle Aparecida Garcia dos; RUSCHE, Robson Jesus.

Representação do conceito de criminalidade para estudantes de Psicologia, Direito e Pedagogia. Universidade presbiteriana Mackenzie. 2011. Online. Disponível em: <

www.mackenzie.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/publicacoes/.../grasielle_aparecida.pdf>. Acesso em 20 Mai 2016.

SANTOS, Roberto Ferreira. **O arcabouço legal da atividade de inteligência do Brasil - Entre a eficiência e o controle**. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade de Brasília – Faculdade de Direito. Brasília, 2015. Online. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11013/1/2015_RobertoFerreiradosSantos.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2016.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2004.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Wellington Clay Porcino. **O Conceito da Atividade de Inteligência Policial**. Artigo. Conteúdo Jurídico, 2012. Online. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-conceito-da-atividade-de-inteligencia-policial,40442.html>>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

SIMÕES FILHO, Oscar Alves. **Inteligência Policial, Informação e gestão do Conhecimento na Segurança Pública: Livro didático**. Palhoça: Unisul virtual. 2011.

SOARES, Orlando. **Criminologia**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.

SOARES, Luiz Eduardo. et Al. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e Cidade: Violência urbana e a escola de Chicago**. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. . **UFSC em números**. 2014. Disponível em: <<http://dpqi.proplan.ufsc.br/files/2013/12/UFSC-em-números-2014-Estilizado.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. **Furto de veículo**. Boletim de ocorrência: n. 075. Florianópolis, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Cumprimento de mandado de prisão**. Boletim de ocorrência: n. 169. Florianópolis, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Furto em veículo**. Boletim de ocorrência: n. 178 e anexos. Florianópolis, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Tentativa de homicídio**. Boletim de ocorrência: n. 268. Florianópolis, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Recuperação de veículo furtado**. Boletim de ocorrência: n. 174 e anexos. Florianópolis, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Roubo**. Boletim de ocorrência: n. 048 e anexos. Florianópolis, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Perturbação do sossego**. Boletim de ocorrência: n. 095. Florianópolis, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Porte ilegal de arma**. Boletim de ocorrência: n. 247. Florianópolis, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Segurança. Seção de Investigação e Inteligência. **Assalto à mão armada**. Boletim de ocorrência: n. 093. Florianópolis, 2016.

WENDT, Emerson. **Inteligência Policial e Investigação**. Inteligência Policial: Espaço de discussão sobre inteligência de segurança pública e inteligência policial, 2013. Online. Disponível em: <http://www.inteligenciapolicial.com.br/2011/04/artigo-inteligencia-policial-e.html>. Acesso em 20 Mar 2016.

ZAVERUCHA, Jorge; OLIVEIRA, Adriano; NASCIMENTO, Armando Luis do(Org.). **(IN) Segurança Pública e a Ordem Social.** Recife: Editora Universitária - Ufpe, 2007. 354 p.

ANEXOS

1 OCORRÊNCIAS SOBRE SEGURANÇA EM IFES

Sexta-feira, 16 de outubro de 2015 – Universidade Federal do Piauí.

Homem é preso em flagrante após tentativa de assalto dentro da UFPI



Homem foi preso pelos policiais da divisão de segurança da UFPI (Foto: Divulgação/UFPI)

Mais um caso de violência da dentro da Universidade Federal do Piauí (UFPI) assustou alunos da instituição. Desta vez, um homem foi preso em flagrante durante tentativa de assalto dentro do campus da UFPI em Teresina. Ele foi preso pela divisão de segurança da unidade de ensino e encaminhado para a Central de Flagrantes em Teresina.

De acordo com a coordenadoria de comunicação da UFPI, a tentativa de assalto aconteceu em uma parada de ônibus no Centro de Ciências da Educação (CCE), no bairro Ininga, Zona Leste da capital.

Por volta das 15h30, ele e um comparsa, armados com faca, tentaram assaltar três estudantes que estavam aguardando o coletivo na parada de ônibus.

Percebendo o que estava acontecendo, os guardas que fazem o policiamento dentro da instituição perceberam o que estava acontecendo e interviram na ação. Um deles foi preso e o outro fugiu em uma motocicleta.

Os seguranças da UFPI levaram o suspeito para a Central de Flagrantes em Teresina. As vítimas compareceram para prestar depoimento e fizeram o reconhecimento do homem preso.



Fonte; http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/09/homem-e-preso-em-flagrante-apos-tentativa-de-assalto-dentro-da-ufpi.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar

Segunda-feira, 12 de outubro de 2015 – Universidade Federal de Pernambuco.

Estupro, assaltos, armas e arrastão assustam estudantes da UFPE

O medo tornou-se rotina no campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estupro, assalto, arrastão. Segundo os alunos, já houve de tudo na instituição nas últimas semanas. Muitos estudantes foram feridos ou roubados. O restante, que antes se orgulhava de estar em uma das

universidades federais mais bem avaliadas do país, agora tem medo de ir à aula.

A onda de violência veio à tona há dez dias, quando uma aluna revelou ter sido estuprada na saída da universidade. Eram 20h30 quando ela foi rendida por um homem, que levou seus pertences e a fez andar ao seu lado, de mãos dadas, até um terreno baldio. Ali, em frente à Casa da Estudante Feminina, a jovem contou ter sido agredida e estuprada. Ela conta que o homem já havia abordado outras duas mulheres no mesmo dia. Traumatizada, a vítima desistiu da faculdade e voltou para sua cidade natal. “Sim, esses acontecimentos destroem sonhos e tiram a liberdade de viver”, escreveu na rede social.

O relato da estudante assustou e gerou revolta entre os alunos da universidade e os relatos de violência só aumentam. Alunos assaltados e ameaçados têm compartilhado histórias no grupo da UFPE no Facebook para alertar os colegas e cobrar medidas de segurança. Segundo os estudantes, assaltos já eram comuns, mas estão cada vez mais frequentes. Só nos últimos dez dias, foram relatados nas redes sociais ao menos cinco assaltos, um arrastão e uma tentativa de estupro. Homens armados também foram vistos entre os prédios da universidade. A Polícia Civil informou que o delegado Joel Venâncio é o responsável pela investigação do caso de estupro. O G1 tentou contato com ele, mas não obteve retorno. Em nota, a Polícia Militar informou que a segurança da área interna é de responsabilidade da universidade e assegurou que faz o policiamento ostensivo da área externa por meio do 12º Batalhão da PM, do Grupamento de Apoio Tático Intensivo (Gati) e do motopatrulhamento. O telefone da Patrulha do Bairro é o 98494.3082. A PM pede ainda que as ocorrências sejam registradas na Polícia Civil e que os estudantes evitem expor objetos de valor.

“Você nunca vai para a Federal achando que está protegida. Ao contrário, você vai e sabe que pode ser assaltado. Antes de eu entrar já sabia que era perigoso, mas agora está muito pior. Nós, alunos, estamos meio desesperados”, completou Emanuele Alves, 21.

Quem mora nas casas estudantis localizadas dentro do campus está ainda mais assustado. Millena Aquino, 20, por exemplo, já não fica mais com a porta do quarto destrancada. “Achava a casa segura, porque os seguranças sempre ficam aqui na

frente. Mas agora estou com medo. Segunda [28] teve um assalto aqui na frente. Além disso, o caminho para cá é muito esquisito. É escuro, deserto e não tem segurança em boa parte. Estou com receio de ir à aula e voltar sozinha à noite", confessa a estudante, que saiu de Bezerros para estudar no Recife. "Não imaginava que isso pudesse acontecer dentro da universidade. Estou chocada."

Na residência que fica em frente ao terreno em que o estupro foi cometido, o clima é ainda pior.

Após o crime, as alunas se reuniram com representantes da universidade para pedir reforço na segurança. O vigilante extra designado não foi suficiente para deixá-las seguras. "Desde que cheguei, a recomendação é não passar sozinha pela 'Rua dos Bancos' depois das 17h, porque ali é mal iluminado, deserto. A insegurança é antiga, mas agora está muito pior, tenho andado super nervosa", revela Daniella Moraes, 35.

Os homens também não estão ilesos. Júlio Policarpo já deixou de sair para tentar se proteger. "Eu moro perto de onde ocorreu o estupro e estou com medo de vir para a faculdade, porque o caminho é muito perigoso. Não saio mais sozinha à noite. É triste, mas você tem que mudar seus planos por amor à vida", explica. Mesmo com a precaução, ele diz continuar sujeito à violência. Então, pede mais iluminação e segurança no campus e no seu entorno, além de mais diálogo com a universidade. "O campus é mal iluminado e tem muitas áreas desertas, então a gente fica com medo. Eu mesma já não vou para a parada sozinha e estou saindo mais cedo da aula", confirma Kathrin Santana, de 22 anos.

Uma estudante que preferiu não se identificar revelou que a professora encurtou a aula da noite por causa da insegurança. "A aula acaba às 22h10, mas estamos largando às 21h30 porque as paradas de ônibus são muito esquisitas. É um absurdo a gente sair mais cedo ou evitar pagar cadeiras à noite por falta de segurança. Mas, infelizmente, tornou-se preciso, porque é nossa segurança que está em jogo", completa. "Agora só andamos em bando para tentar nos proteger", disse.

Ocorrências

Só nesta semana, três assaltos foram relatados no entorno e no campus Recife da UFPE. O último foi na noite de quarta-feira (30), depois que um grupo de alunas realizou um protesto para

cobrar medidas de segurança na universidade. No Facebook, um aluno contou que três homens, portando armas brancas, assaltaram os passageiros do ônibus em que estava na BR-101, poucas paradas depois da Federal.

Uma professora que preferiu não se identificar disse que a história foi a mesma na sexta-feira (25). Ela estava no coletivo, voltando para casa, quando dois homens armados entraram na altura da reitoria. Algum tempo depois, anunciaram o assalto. Eles tomaram carteiras, celulares e a renda do ônibus. Desceram logo depois, ainda na BR-101.

Na segunda-feira (28), o roubo foi dentro do campus e o suspeito estava com uma espingarda. A Polícia Militar confirmou que um homem usou uma arma de grande porte para assaltar estudantes, mas acabou fugindo. Daniela Ribeiro conta que eram 19h e estava ao lado da Casa de Estudante Mista, dentro do campus, quando foi abordada. “Ele mostrou a arma e pegou meu celular. Quando pediu o da minha amiga, os seguranças da federal viram e atiraram para cima. Ele saiu correndo e não foi encontrado”, lembra a aluna, que deixou de ir à aula na quarta por medo de ser abordada novamente.

A Polícia Militar confirmou que uma espingarda calibre 28 foi apreendida por policiais perto do giradouro da UFPE na segunda-feira (28) após informação de que um homem estaria realizando roubos naquela região. O suspeito largou a arma e fugiu ao avistar os policiais e não foi encontrado durante as buscas.

No mesmo dia, um homem armado foi visto andando nas proximidades do Centro de Ciências Biológicas (CBB). Na semana passada, o mesmo já havia acontecido no Departamento de Química. No Facebook, uma aluna contou que um homem armado entrou no prédio na quarta-feira (23). Quem estava largando ficou preso na sala de aula e quem estava chegando não pôde entrar. Os seguranças alertaram todos os estudantes, mas não encontraram o suspeito.

Dois dias depois, as vítimas foram os alunos do Centro de Artes e Comunicação (CAC) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Cecília Moraes, 24, conta que estava na parada de ônibus que fica na saída dos centros quando seis adolescentes armados com cacos de vidro começaram a

realizar assaltos. Muita gente correu, mas Cecília não conseguiu escapar. Não teve nada roubado, mas foi ferida, teve que engessar e levar pontos no braço. “O menino que me abordou tinha cacos de vidro na mão. Foi agressivo, pediu o celular, como não achou na minha bolsa, me cortou com o vidro duas vezes no braço e me empurrou. Nisso, bati o braço e tive uma luxação”, relata a estudante de administração.

Ainda na semana passada, uma aluna do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) revelou ter sofrido uma tentativa de estupro no banheiro do próprio prédio. Como muitas pessoas passaram pelo corredor, ele acabou indo embora, correndo. Muitos outros estudantes comentaram casos de violência, mas não quiseram se identificar por medo de represálias. Uma aluna chegou até a supor que, com o último estupro, os ladrões possam ter percebido a falta de segurança do campus e se aproveitado da situação.

Na quarta-feira (30), o reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, se reuniu com o secretário de Defesa Social de Pernambuco, Alessandro Carvalho, para discutir a violência no entorno do campus. Segundo a universidade, foram acordadas medidas de reforço da segurança. O resultado da reunião será apresentado em coletiva de imprensa nesta quinta-feira (1º).

Domingo, 11 de outubro de 2015 – Universidade Federal do Piauí.

Indivíduo é preso após tentativa de assalto a professora no campus da UFPI

Um homem de 40 anos foi preso nesta quinta-feira (3) durante tentativa de assalto a uma professora no estacionamento do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Segundo o coordenador de comunicação da instituição, Maurício Santana, o criminoso costumava frequentar o campus e é suspeito de outros assaltos no local.



Maurício

Santana, coordenador de comunicação da UFPI (Foto: Gustavo Almeida/G1)

"Ele tentava assaltar uma professora no estacionamento quando foi visto pelo vigilante, que abortou a ação. O criminoso frequentava a universidade para pedir dinheiro aos universitários, inclusive entrava nas salas, declarava ser soropositivo, mas na verdade estava sondando o local para cometer assaltos", declarou o coordenador.

Ainda de acordo com Maurício Santana, o suspeito já foi abordado outra vez pela vigilância, mas como não encontraram provas ele foi liberado. Esta é a segunda pessoa presa suspeita da onda de assaltos dentro da universidade, que começou em julho.

O cabo Moacir da Silva Borges, do 5º Batalhão da Polícia Militar, revelou que duas vítimas de assaltos reconheceram o suspeito na Central de Flagrantes de Teresina. Ele pediu para outras pessoas se deslocarem até a delegacia para registrar boletim de ocorrência. "O suspeito pedia o dinheiro para a vítima e caso ela não entregasse, a ameaçava com uma faca e levava o celular ou a carteira. Temos testemunhas que ele agia algum tempo no campus", comentou.

Fonte: http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/09/homem-e-presos-apos-tentar-assaltar-professora-dentro-de-campus-da-ufpi.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar

Quarta-feira, 26 de agosto de 2015 – Universidade Federal do Acre.

Assalto a estudantes no Campus da UFAC - Rio Branco/AC



Um assalto foi registrado na noite desta terça-feira, 25, nas dependências da Universidade Federal do Acre (UFAC). Três estudantes, e a mãe de um deles, estavam conversando dentro de um carro, nas proximidades do lago do Campus Rio Branco quando, rapidamente, um jovem de 19 anos anunciou o assalto.

Thiago Alves Leite tomou os celulares das vítimas e roubou um veículo modelo Astra. Ele utilizava uma pistola com três munições intactas. Após serem informados sobre o assalto, por rádio, os seguranças da Universidade empreenderam busca para deter o criminoso. Ele foi encontrado já do lado de fora do campus da Ufac.

Após ser interceptado pelos agentes de segurança da Ufac, Thiago ainda tentou fugir, mas não conseguiu. A Polícia Federal (PF) foi acionada e um boletim de ocorrências foi registrado. O criminoso foi preso e encaminhado à Delegacia do Tucumã, na 4ª Regional de Polícia.

Fonte: <http://www.ac24horas.com/2015/08/26/carro-e-levado-durante-assalto-a-estudantes-no-campus-da-ufac/>

Quarta-feira, 3 de fevereiro de 2016 – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assaltos, furtos e tentativa de estupro na UFRJ

Mesmo com segurança da PM, de agentes particulares da universidade e instalação de câmeras, índice de crimes não caiu na universidade

O Dia

Rio - Alunos, professores e funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) têm sofrido com a violência no campus do Fundão, na Ilha do Governador. Com uma área de mais de 4,3 milhões de metros quadrados, resultado do aterro de nove ilhotas da Baía de Guanabara, o Fundão é cercado por vias expressas e comunidades – como a Favela da Maré.

Relatos mostram que a violência no campus cresceu nos últimos meses. De acordo com o estudante de Engenharia de Bioprocessos, Luiz Henrique Costa Rodrigues, de 21 anos, na última terça-feira ele, que estuda durante todo o dia na Escola de Química da UFRJ, voltava para o estacionamento por volta das 21h, quando foi informado por policiais militares que um homem havia arrombado seu carro e levado alguns pertences.

Segundo Luiz Henrique, o crime teria acontecido por volta das 15h daquele dia. Por sorte, o assaltante foi preso. "É muito comum a gente ficar sabendo de crimes no campus. No mesmo dia que quebraram o meu carro, eu fiquei sabendo que o carro de um outro estudante, do bloco A do Centro de Tecnologia, foi assaltado e levaram o estepe, uma roda e o som", contou.

O jovem afirmou que mesmo com a segurança do local, a ousadia dos bandidos é grande. "Mesmo com os guardas, eles entram e roubam pedestres, motoristas, levam tudo, na cara de pau", finalizou.

Além disso, criminosos estariam fazendo arrastões em ônibus que circulam dentro da universidade.

Na tarde de sexta-feira, uma estudante francesa, que está no país fazendo intercâmbio, contou que foi assaltada e quase

estuprada, no estacionamento do Bloco A, da UFRJ. Segundo a mulher, ela caminhava para o local onde seu carro estava estacionado quando um homem a abordou. De acordo com ela, o bandido teria a obrigou entrar no carro. "Ele repetia, perdeu, perdeu. Eu não entendi, já que não sou brasileira. O cara levou a minha bolsa com carteira e todos os meus documentos. Ele só não me estuprou porque vinha um grupo de jovens, e quando eles aproximaram do meu do meu carro e ele saiu correndo assustado", relatou. "Estou muito assustada e com raiva. Não esperava passar por uma decepção, como essa, em meu intercâmbio", contou.

Em 2007 a Divisão de Segurança da UFRJ ganhou um prédio na ilha para identificar e registrar ocorrências e divulgar estatísticas de roubos e assaltos nos campi. Já em 2013, uma estratégia de segurança foi montada pelo 17º BPM (Ilha do Governador) para reduzir problemas de segurança na Cidade Universitária. Uma das ações foi o fechamento do Portão 4, que dá acesso à Linha Vermelha. Na ocasião, foram intensificadas as rondas de guardas de bicicletas, que atuam em área federal — onde a Polícia Militar não pode entrar.

A equipe do DIA percorreu neste domingo todo o Campus do Fundão e encontrou apenas uma viatura com dois policiais militares, estacionada em frente à Ponte do Saber.

O outro lado

A reportagem procurou a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que em nota afirmou que, 14 funcionários contratados pela Coordenação de Segurança da Prefeitura da UFRJ (Diseg) e outros 844 vigilantes terceirizados fazem a segurança do campus do Fundão durante 24 horas por dia. Segundo a instituição essa vigilância é feita em turnos.

Ainda segundo o órgão, a instituição é monitorada 24 horas por um sistema de câmeras que abrangem 80% do território da Cidade Universitária. Segundo o comunicado, "embora os integrantes da Diseg tenham sido selecionados também para fazer a segurança patrimonial, eles acabaram fazendo também o patrulhamento nas vias de conexão entre os centros acadêmicos". Ainda de acordo com a nota, o objetivo da universidade é ensinar e não fazer a segurança pública. O pronunciamento termina dizendo que "o patrulhamento das vias

públicas da Cidade Universitária cabe ao 17º BPM (Ilha do governador) e as investigações sobre crimes são de competência da 37ª DP (Ilha). Furtos de patrimônio são apurados pela Polícia Federal".

A Polícia Militar também foi procurar para informar sobre o patrulhamento que é feito na universidade. Segundo o comando do 17º BPM (Ilha do Governador), agentes fazem diariamente "patrulhamento na Ilha do Fundão com quatro viaturas: uma fechando a Ponte do Saber e outra, no acesso a Linha Amarela". Segundo o comunicado, "a PM também emprega mais duas viaturas atuando diretamente nas manchas criminais". A polícia informou "que o Serviço Reservado do 17º BPM atua no Campus realizando operações de inteligência". A Polícia Militar foi questionada sobre o número de policiais que atuam dentro da instituição, mas limitou-se a dizer que "não divulga número de policiais por uma questão de estratégia". A PM finalizou afirmando que no mês de janeiro registrou, apenas, 12 ocorrências de roubo e duas prisões na Cidade Universitária.

A Polícia Civil, por telefone, informou que não sabe precisar o número de ocorrências registradas -- casos de roubos, assaltos e furtos dentro do campus do Fundão -- , já que as vítimas podem registrar os boletins de ocorrência na 37ª DP (Ilha do Governador) ou em 21ª DP (Bonsucesso).

Fonte: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2016-02-02/alunos-da-ufRJ-relatam-assaltos-furtos-e-tentativa-de-estupro-no-fundao.html>

3 LEGISLAÇÃO LIGADA ÀS IFES

Lei Nº 11.091, de 12 de Janeiro de 2005

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

Anexo II do Art. 2º - decreto nº. 5.824/2006. **Infraestrutura**

Descrição do ambiente organizacional: Planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades nas áreas de **segurança**.

Atividades nessas áreas:

Realização de atividades em assistência, assessoria, fiscalização, perícia e suporte técnico-administrativos a projetos e atividades:

- Elaboração dos planos de segurança e normas reguladoras da segurança na instituição;
- Execução de atividades de defesa patrimonial;
- Investigações e registro das anormalidades;
- Registro de ocorrências de sinistros, desvios, furtos, roubos ou invasões;
- Atuação em postos de segurança instalados nas entradas, portarias e vias de acesso;
- Outras atividades de mesma natureza.

Ofício-Circular nº. 15/2005/MEC

Descrição sumária do cargo: Exercer vigilância nas entidades, rondando suas dependências e observando a entrada e saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência e outras infrações à ordem e à segurança.

12/03/1988